



BANCO CENTRAL

— S. TOMÉ E PRÍNCIPE —



Relatório sobre a Economia
Santomense
2018



**Relatório Anual da Economia
Santomense
2018**

Índice

1. SUMÁRIO EXECUTIVO	8
2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO INTERNACIONAL	10
3. ECONOMIA NACIONAL	18
3.1. Produto Interno Bruto	18
3.2. Níveis de Preço	19
3.3. Políticas Macroeconómicas	23
3.3.1. Política Monetária e Principais Indicadores Monetários e Financeiros	23
3.3.2. Política Fiscal e Execução Orçamental	27
3.4. Sector Externo	30
3.4.1. Reservas internacionais líquidas (RIL)	30
3.4.2. Dívida Externa	31
3.4.3. Balança de Pagamentos	32
3.4.4. Mercado Cambial	35
3.5. Sistema Bancário	37
3.5.1. Activos	37
3.5.2. Estrutura de financiamento	40
3.5.3. Crédito bancário	44
3.5.4. Estrutura e Concentração	45
3.5.5. Qualidade da Carteira	48
3.5.6. Liquidez e rácio de transformação	51
3.5.7. Rendibilidade	53
3.5.8. Solvabilidade	56
3.6. Seguros	58
4. ANEXOS ESTATÍSTICOS	67

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DO PIB REAL DOS PRINCIPAIS GRUPOS DE ECONOMIAS	12
GRÁFICO 2-EVOLUÇÃO DE PREÇO DE PETRÓLEO (DÓLAR/BARRIL)	17
GRÁFICO 3-EVOLUÇÃO DE PREÇO DO CACAU (DÓLAR/KG)	17
GRÁFICO 4 – EVOLUÇÃO DO PIB REAL DE STP E DAS SUAS COMPONENTES EXPLICATIVAS.....	19
GRÁFICO 5 – IPC - VARIAÇÃO HOMÓLOGA (%).....	21
GRÁFICO 6 – IPC - VARIAÇÃO MENSAL (%).....	21
GRÁFICO 7 – VARIAÇÃO ACUMULADA DO IPC	21
GRÁFICO 8 – CONTRIBUIÇÃO DAS COMPONENTES DO IPC EM 2018	22
GRÁFICO 9 – PREVISÃO DO IPC PARA 2019.....	23
GRÁFICO 10 - M3 E OS SEUS COMPONENTES	24
GRÁFICO 12 – AS COMPONENTES DA BASE MONETÁRIA.....	26
GRÁFICO 13 - RESERVAS INTERNACIONAIS LÍQUIDAS	31
GRÁFICO 14 – DIVIDA EXTERNA (% DO PIB)	32
GRÁFICO 15 – BALANÇA COMERCIAL DE BENS.....	33
GRÁFICO 16 – SÍNTESE DOS PRINCIPAIS INDICADORES EXTERNOS	35
GRÁFICO 17 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE CÂMBIO DAS PRINCIPAIS MOEDAS	36
GRÁFICO 18- TAXA DE INFLAÇÃO HOMÓLOGA DE STP E DOS PRINCIPAIS PARCEIROS ECONÓMICOS	36
GRÁFICO 19 - EVOLUÇÃO DO ACTIVO	38
GRÁFICO 20 - ESTRUTURA DE ACTIVO.....	38
GRÁFICO 21 - TÍTULOS EM CARTEIRA.....	39
GRÁFICO 22 - EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO DOS ACTIVOS.....	40
GRÁFICO 23 - ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO	41
GRÁFICO 24- EVOLUÇÃO DOS DEPÓSITOS POR SECTOR INSTITUCIONAL.....	42
GRÁFICO 25 - ESTRUTURA DOS DEPÓSITOS SECTOR INSTITUCIONAL.....	42
GRÁFICO 26 - DEPÓSITOS POR MOEDA.....	43
GRÁFICO 27 - DEPÓSITOS POR MATURIDADE.....	44
GRÁFICO 28 - CRÉDITO POR SECTOR INSTITUCIONAL.....	45
GRÁFICO 29 - DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS BALCÕES DOS BANCOS	46
GRÁFICO 30 - RÁCIO DE CRÉDITO MAL PARADO.....	49
GRÁFICO 31 - CMP EM NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO	49
GRÁFICO 32 - CRÉDITO IRREGULAR E REGULAR	49
GRÁFICO 33 - CRÉDITO EM INCUMPRIMENTO POR SECTOR.....	50
GRÁFICO 34 - RÁCIO DE CMP COMPARAÇÃO INTERNACIONAL	51
GRÁFICO 35 - RÁCIO DE LIQUIDEZ	52
GRÁFICO 36 - GAPS DE LIQUIDEZ.....	52
GRÁFICO 37 - RÁCIO DE TRANSFORMAÇÃO E GAP COMERCIAL	53
GRÁFICO 38 - MARGEM FINANCEIRA	54
GRÁFICO 39 - CUSTOS E PROVEITOS.....	55
GRÁFICO 40 - RESULTADOS E RENDIBILIDADE.....	56

GRÁFICO 41 DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA PARA RENTABILIDADE.....	56
GRÁFICO 42 - ADEQUAÇÃO DE FUNDOS PRÓPRIOS	57
GRÁFICO 43 - ADEQUAÇÃO DE FUNDOS PRÓPRIOS POR INSTITUIÇÃO	57
GRÁFICO 44 - ESTRUTURA DA CARTEIRA – TODOS OS RAMOS.....	60
GRÁFICO 45 - ESTRUTURA DA CARTEIRA – RAMO VIDA	61
GRÁFICO 46 - SINISTRALIDADE POR RAMOS DE ACTIVIDADE	62
GRÁFICO 47 - ESTRUTURA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	63
GRÁFICO 48 – REPRESENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS.....	65
GRÁFICO 49 - RÁCIOS DE RENDIBILIDADE	66
GRÁFICO 50 - MARGEM DE SOLVÊNCIA	67

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 - PRINCIPAIS INDICADORES MACROECONÓMICOS.....	9
TABELA 2 - OPERAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO EM 2018	29
TABELA 3 - NÚMERO DE ATM E POS	46
TABELA 4 - HIRSHMAN E HERFINDAHL (IHH) CONCENTRAÇÃO DE CRÉDITO, ACTIVOS E DEPÓSITOS...47	
TABELA 5 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA EXPOSIÇÃO AO SECTOR DE HABITAÇÃO/CONSTRUÇÃO EM RELAÇÃO A CARTEIRA	48
TABELA 6 - EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE SEGURADORA.....	59
TABELA 7 - INDEMINIZAÇÕES PAGAS (MILHÕES DE DOBRAS)	61

ABREVIATURAS

AE	Área do Euro
AEL	Activo Externo Líquido
AIL	Activo Interno Líquido
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BCSTP	Banco Central de S. Tomé e Príncipe
BdP	Banco de Portugal
BM	Base Monetária
CE	Crédito à Economia
CLG	Crédito Líquido ao Governo
Db	Dobra de S. Tomé e Príncipe
DES	Direito Especial de Saque
EUA	Estados Unidos de América
EUR	Euro
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOMC	<i>Federal Open Market Committee</i>
IDA	Associação para o Desenvolvimento Internacional
M0	Circulação monetária + reserva
M1	M0 + Depósito à Ordem
M2	M1 + Depósitos à Prazo
M3	M2+ Depósitos em ME
ME	Moeda Estrangeira
MN	Moeda Nacional
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico
PIB	Produto Interno Bruto
PIP	Programa de Investimento Público
RIL	Reservas Internacionais Líquidas
RMC	Reserva Mínima de Caixa
TOFE	Tabela de Operações Financeiras do Estado
USD	Dólar Americano
WEO	World Economic Outlook

Conselho de Administração

Governador | *Américo Cardoso Soares de Barros*

Vice-Governador | *Luis Fernando Moreira de Sousa*

Administradora | *Esperanca Santiago da Costa*

Administrador | *Alcino Costa Batista de Sousa*

Administrador | *Eugénio Lourenço Soares*

Conselho Fiscal

Presidente | *Nikene Pontes de Sousa*

Vogal | *Jorge do Espírito Santo Cravid*

Vogal | *Edygelque Seny do Rosário Quaresma*

Responsáveis pelos Órgãos de Gestão

Gabinete do Governador | *Ibrahim Lima Salvaterra*

Direcção de Recursos Humanos | *Maria Celeste Santana*

Direcção de Estatísticas Económicas e Financeiras | *Antónia Santana*

Direcção de Sistemas de Informação | *Ayres da Costa*

Direcção de Estudos Económicos | *Gessy de Espírito Santo*

Direcção de Contabilidade e Controlo Financeiro | *Celso Batista de Sousa*

Direcção de Mercados e Gestão de Liquidez | *Diovisio Lagos Soares*

Direcção de Supervisão das Instituições Financeiras | *Cruyff Conceição*

Gabinete de Auditoria Interna e *Compliance* | *Manuel Will dos Santos*

Direcção de Organização e Documentação | *Álvaro Duarte*

Direcção de Sistemas de Pagamentos | *Maria Piedade Daio*

Direcção de Supervisão Comportamental e Apoio ao Consumidor | *Octávio Costa de Boa Morte*

Direcção de Emissão e Tesouraria | *Ricardo Soares dos Prazeres*

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

A economia nacional tem evoluído, desde 2016, de forma pouco favorável, tendo-se registado em 2018 um crescimento de apenas de 2,7% (menos 1,2 p.p.), o valor mais baixo dos últimos nove anos. Este comportamento da economia evidencia igualmente a evolução pouco favorável dos nossos principais parceiros económicos. Importa ainda destacar que a Angola, parceira estratégica de S. Tomé e Príncipe, continua a passar por um prolongado período de contracção económica, não obstante a recuperação gradativa dos preços do petróleo no mercado internacional.

O ambiente político interno instável vivido no segundo semestre de 2018 e a redução do recurso financeiro externo não permitiram que as autoridades prosseguissem as linhas programadas de orientação de política económica, e como consequência, não foram cumpridas algumas das principais metas acordadas com o FMI. A agravar o quadro, o país foi assolado por uma grave crise energética, também no segundo semestre de 2018 que afectou de forma significativa os principais sectores de actividade económica do país.

Com efeito, a execução orçamental foi afectada e o défice primário agravou-se consideravelmente, para cerca de 3,1% do PIB contra uma programação revista de 1,3%.

A inflação manteve o ritmo de agravamento dos últimos anos, situando-se em 9,0% contra 7,7% em 2017. Por outro lado, o crédito ao sector privado continua anémico, em consequência, também da fraca actividade económica nacional. Neste contexto, a orientação de política monetária permaneceu acomodatória, tendo o BCSTP optado por manter inalteradas as taxas directoras e os coeficientes das Reservas Mínimas de Caixa.

Ao nível do sistema financeiro, o ano de 2018 marcou-se por uma melhoria da actividade bancária, com ênfase para a melhoria dos indicadores de rendibilidade, não obstante o cancelamento da licença de uma instituição financeira, bem como, a persistência de elevados níveis de concentração da actividade bancária e os gaps de liquidez.

Tabela 1 - Principais Indicadores Macroeconómicos

Indicadores Macroeconómicos

	Unidade	2016	2017	2018
1. Sector Real				
Produto Interno Bruto	milhões de Dobras	7 697,73	8 153,80	8 763,02
PIB Nominal	milhões de USD	345,49	372,08	419,15
Produto Interno Bruto (Real)	taxa de crescimento (%)	4,17	3,87	2,66
Inflação Acumulada	taxa de variação (%)	5,12	7,69	9,00
2. Sector Monetário				
Activo Externo Líquido	milhões de Dobras	2 105,38	1 582,16	1 639,58
Crédito Interno	milhões de Dobras	1 778,98	1 971,59	2 227,98
Crédito Líquido ao Governo	milhões de Dobras	- 335,73	- 196,34	94,10
Crédito à Economia	milhões de Dobras	2 114,71	2 167,93	2 133,88
Crédito ao sector privado	milhões de Dobras	2 051,19	2 077,29	1 987,19
Massa Monetária (M3)	milhões de Dobras	2 703,23	2 697,34	3 106,42
Base Monetária (M0)	milhões de Dobras	1 640,32	1 483,58	1 495,77
Circulação Monetária	milhões de Dobras	308,59	324,03	392,57
Reservas Internacionais Líquidas	milhões de USD	49,25	46,53	28,59
Taxa de Juro de Referência	(%)	10,00	9,00	9,00
3. Finanças Públicas				
Saldo Primário (Interno)	em % do PIB	3,00	1,80	4,32
Stock da Dívida	em % do PIB	80,70	78,40	70,62
4. Sector Externo				
Reservas/Importações	em meses	3,08	2,91	1,79
Importação de Bens	milhões de USD	119,11	127,67	132,86
Exportação de Bens	milhões de USD	10,42	9,30	12,30
Saldo da Balança Comercial	milhões de USD	- 108,70	- 118,38	- 120,56
Saldo da Balança Comercial (%PIB)	em % do PIB	- 31,46	- 31,81	- 28,76
Taxa de câmbio médio (Dobras/USD)	(%)	22,28	21,91	20,91

Fonte: INE, MPFEA, Gabinete de Gestão da Dívida, BCSTP

2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO INTERNACIONAL

No contexto económico internacional, o PIB global expandiu ao ritmo do ano anterior (3,7%). Este comportamento da economia global é reflexo da evolução dos principais blocos económicos, onde de um lado os EUA mantêm a tendência de aceleração e do outro, regista-se o abrandamento da AE e da China.

O arrefecimento das economias referidas enquadra a economia externa de S. Tomé e Príncipe num contexto de moderação, num momento em que a África Subsaariana, após a recessão das principais economias desta região, ainda não apresenta uma recuperação regular e consistente, na medida em que, a Nigéria e a África do Sul desaceleraram em 2018 e a Angola continua a registar crescimentos negativos.

O desempenho da economia global é reflexo do enfraquecimento do comércio internacional, que se situou em 4,2% em 2018 contra 5,2% de 2017 (-1,1 p.p.), com maior significado para a contracção das exportações (-1,2%).

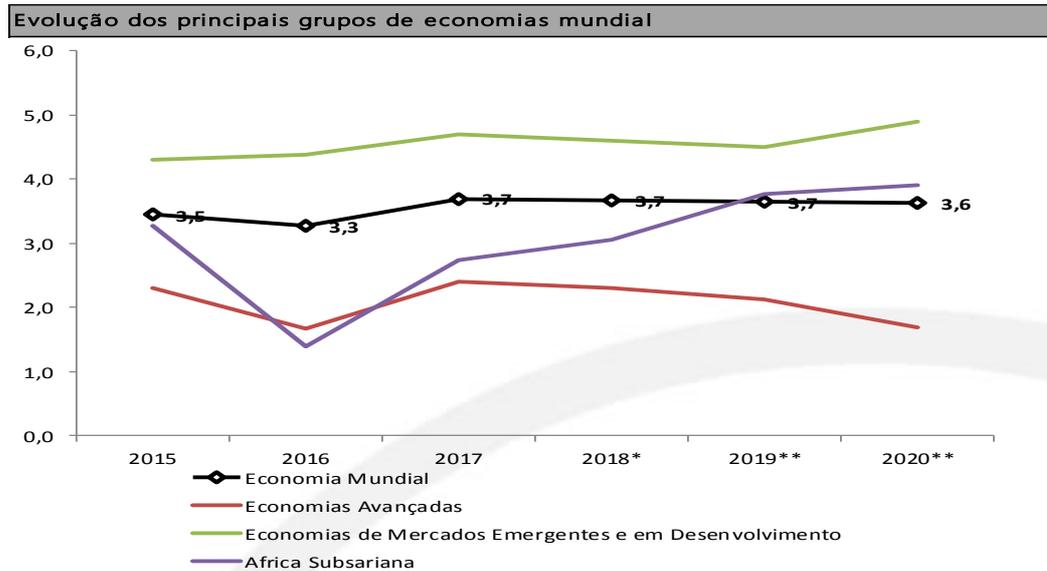
Assim, ressalta-se que a combinação de factores económicos e geopolíticos têm remetido a economia global para um cenário de riscos cada vez mais significativos ao médio prazo. Desde logo, destacam-se as incertezas nas negociações em torno da “guerra comercial” entre os EUA e a China e o reflexo deste evento na evolução dos mercados financeiros e, conseqüentemente, nas condições de financiamento das economias asiáticas. Portanto, esta correlação de factores tem reforçado a possibilidade de se vir a registar uma desaceleração económica mais pronunciada da China, situação que terá impactos significativos na economia global. Outrossim, a retirada “sem acordo” do Reino Unido da União Europeia, as sanções dos EUA aplicadas à Irã bem como a crise venezuelana constituem riscos adicionais bastante significativos para a economia global.

Dado ao ambiente de incertezas supramencionados, de acordo com a WEO, a economia global deverá crescer 3,5% e 3,6% em 2019 e 2020 designadamente (-0,2 p.p e -0,1 p.p respectivamente face ao cenário precedente).

A inflação global e das economias avançadas apresentaram uma trajectória convergente nos últimos dois anos, tendo ambas atingido 2,0% em 2018 e 1,7% no em 2017. Também se verificou uma ligeira pressão inflacionista nas economias de mercados emergentes e em desenvolvimento, tendo-se registado um aumento para 4,9% em 2018 contra 4,3% de 2017. No geral, a pressão inflacionista global esteve essencialmente associada a evolução ascendente das matérias-primas energéticas, com particular realce, para evolução do preço do petróleo.

No que se refere a evolução do índice de matéria-prima, destaca-se que na componente energética, após crescimentos negativos registados no período de 2012 a 2016, observou-se uma expansão significativa nos últimos dois anos, com aumentos de 23,7% e 27,8% em 2017 e 2018 respectivamente. A evolução favorável deste índice reflecte essencialmente o comportamento do preço do petróleo, que, segundo o World Bank, fixou-se em 68,3 dólares por barril em 2018 (52,8 dólares por barril no ano anterior), apresentando uma trajectória anual ascendente desde 2016. Contudo, importa ressaltar que nos últimos meses do ano, verificou-se uma ligeira inversão no comportamento do preço do petróleo. Em relação ao índice de matérias-primas não energética apresentou uma desaceleração de 1,7% em 2018, explicado essencialmente pelas diminuições ocorridas no índice de matérias primas agrícolas (0,3%).

Gráfico 1 - Evolução do PIB real dos principais grupos de economias



Fonte: WEO - Tratamento do BCSTP (* dados estimados/**previsões)

Estados Unidos da América

A economia dos EUA acelerou em 2018, tendo atingido 2,9% contra os 2,3% registados em 2017 (+0,6 p.p.), continuando, desta forma, a sua trajectória anual ascendente. De acordo com os dados do Bureau of Economic Analysis (BEA), este desempenho reflectiu, principalmente, as contribuições positivas do consumo privado (2,6%), investimento privado na sub-componente investimento fixo não-residencial (7,0%), exportações (3,9%) e gastos públicos na sub-componente defesa nacional (3,4%).

O índice de preços do consumidor atingiu 1,6%, recuando em 0,3 p.p. abaixo da meta de 2,0% estabelecida pelo FED, estando associada, essencialmente, ao declínio dos preços da energia (3,5%), enquanto os alimentos subiram (0,4%).

Área do Euro (AE)

O PIB real da AE registou um crescimento moderado, tendo-se fixado em 1,8% em 2018, contra 2,4% do ano precedente, desacelerando, desta forma, em 0,6 p.p.. De

acordo com os dados disponíveis do Eurostat, o índice de volume de produção industrial fixou-se em 1,0% contra 3,0% do ano precedente (2 p.p.) e as exportações (expressos em milhões de Euros) abrandaram em quase todas as economias da AE, particularmente, França Espanha, Itália, Portugal, etc. No geral, em 2018, o contributo do sector externo para o desempenho global da AE foi particularmente modesto, situação que é atribuível ao enfraquecimento do comércio global e outros factores de natureza transitória.

A inflação homóloga da AE foi de 1,7% em 2018, contra 1,5% de 2017, representando um aumento da pressão inflacionista de 0,2 p.p. que decorre, sobretudo, do aumento dos preços das matérias-primas do sector energético.

Portugal

O PIB real de Portugal expandiu 2,1% em 2018, diminuindo 0,7 p.p. face ao período anterior. Esta desaceleração está associada, essencialmente, ao enfraquecimento da Formação Bruta do Capital Fixo (FBCF), que se fixou em 3,9%, (-5,3 p.p.) e o abrandamento das exportações, que atingiu 5,7% em 2018 (-5,6 p.p.). Contudo, importa destacar que a variação do consumo privado se manteve inalterada face ao período anterior (2,3%). Segundo o BdP, a economia portuguesa deverá prosseguir uma trajectória de crescimento da actividade, embora em desaceleração, estando associado a fase de maturação do ciclo económico (1,8% em 2019, 1,7% em 2020 e 1,6% em 2021).

A IHPC registou uma variação de 1,2%, contra 1,6% do período anterior (-0,4 p.p.), reflectindo descidas de preços de matérias-primas energéticas nos últimos meses do ano.

China

A economia chinesa manteve a dinâmica de um crescimento robusto, mas desacelerou em relação ao período precedente, tendo-se registado em 2018 um aumento de 6,5%, (-0,2 p.p. face a 2017). Este resultado está essencialmente associado a queda do volume das exportações de bens, tendo-se fixado em 3,6% em 2018, contra 8,9% do ano de 2017, desacelerando em 5,3 p.p. Já os investimentos em percentagem do PIB não sofreram alterações significativas, saíram de 44,4% em 2017 para 44,1% em 2018. Não obstante a adopção do estímulo fiscal visando compensar perdas comerciais parciais decorrentes das tarifas altas aplicadas pelos EUA, esta desaceleração decorre de uma combinação de factores, sendo estes, a restrição de recursos financeiros, aperto regulamentar e tensões comerciais com os EUA.

A inflação fixou-se em 2,1% em 2018, contra 1,5% do período anterior, tendo a cifra situado abaixo da meta de 3,0% do Governo para 2018. A valorização dos produtos energéticos, com particular relevância para os preços de gasolina e do diesel, explicou essencialmente este aumento.

África Subsaariana

A economia da África Subsaariana manteve o ritmo de crescimento, tendo-se registado uma mesma variação de 2,9% em 2017 e 2018 respectivamente. A recuperação do preço de matérias-primas tem apoiado a evolução da economia da África Subsaariana, mas o elevado volume da dívida tem assinalado uma considerável vulnerabilidade da região associada às flutuações dos mercados financeiros internacionais. Adicionando a este facto, o possível abrandamento mais significativo do crescimento da China e, conseqüentemente, a diminuição da procura pelos recursos minerais na região, poderá levar a atividade na África Subsaariana a abrandar. Face a estes riscos mais o facto de o preço do petróleo ter apresentado uma trajectória descendente nos últimos meses do ano, a projecção para 2019 e 2020 é de 3,5% e 3,6%, e segundo WEO, ambas menores em 0,3 p.p do que a projecção anterior.

A inflação da África Subsariana situou-se em 8,0%, contra 10,3 de 2017, apresentando uma diminuição de 2,3 p.p. reflectindo, igualmente, o comportamento descendente do preço do petróleo verificados na segunda metade do ano.

África do Sul

A África do Sul saiu oficialmente da recessão técnica depois de ter registado um crescimento de 2,2% no terceiro trimestre de 2018, situação que resultou do crescimento da indústria, da agricultura e dos transportes e que levou a um aumento de confiança dos consumidores. Contudo, o PIB anual abrandou em 2018, a taxa de crescimento situou-se 0,8% contra 1,3% do ano precedente, reflectindo ainda as fragilidades da economia.

A Inflação situou-se em 2018 situou-se em 4,9%, contra 4,7% do ano precedente, e prevê-se que em 2020 atinja os 5,3%.

Angola

O FMI estima que Angola tenha contraído 1,7% em 2018, depois de uma diminuição de 0,2% em 2017. Não obstante registrar-se uma recuperação de matérias-primas na região de África-Subsaariana, este país continua em recessão técnica. O desempenho do PIB em 2018 reflectiu uma redução acentuada da produção de petróleo e de gás, situação que poderá ter um “impacto negativo” nas contas fiscais e externas e no agravamento do défice da conta corrente. De acordo com o Banco Mundial, a economia deverá crescer 2,2 % em 2019, reflectindo uma maior disponibilidade do câmbio, que resultará da evolução favorável dos preços do petróleo e aumento do preço do gás natural bem como maior confiança das empresas.

A inflação situou-se em 18,6%, acima da última previsão do Governo angolano em 6 p.p., situação que está associada a uma maior pressão nas classes de Alimentação e

Bebidas Não Alcoólicas (2,3%), Bens e Serviços (2,6%), Vestuário (2,01%) e Alimentação (1,53%).

Nigéria

De acordo com o FMI, o PIB da Nigéria cresceu 1,9% em 2018, contra 0,8% do ano anterior, expandindo, desta forma em 0,5 p.p. Este crescimento foi apoiado pela evolução favorável do sector do petróleo ao longo do período de 2017 e 2018. Contudo, por se tratar de uma economia muito dependente do contexto externo, a possibilidade de se verificar crescimento mais lento do que o projectado na China e na Área do Euro, novas quedas nos preços das matérias-primas, um forte aperto das condições de financiamento global, podem vir contribuir para o afrouxamento do crescimento no futuro próximo.

PREÇOS DAS MATÉRIAS-PRIMAS

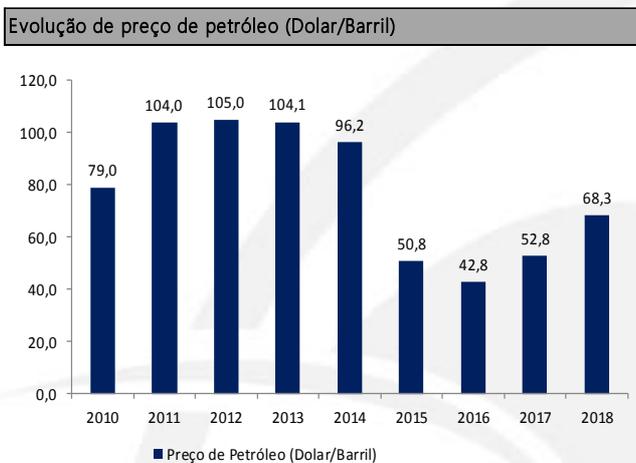
De 2016 a 2018, a evolução dos índices de Matérias-primas Energéticas e Não Energéticas apresentaram comportamentos assimétricos, pelo que, neste período, a primeira registou um aumento de 4,1 p.p. em 2018 enquanto a segunda apresentou um abrandamento de 3,8 p.p.

Da análise, importa ressaltar que em relação ao petróleo, tem-se verificado uma trajectória ascendente do preço nominal médio, em razão de uma combinação de factores económicos e geopolíticos, nomeadamente, sanções impostas ao Irão pelos EUA, crise venezuelana, restrições na produção acordados entre os países produtores e, por fim, incertezas significativas em torno de questões geopolíticas. Em 2018, fixou-se em 68,3 Dólares por barril, e em 2017 para 52,8, representando um aumento de 29,4%.

O Cacau, produto relevante para as exportações de S. Tomé e Príncipe, fixou-se em 2,3 dólares por quilo, representando um aumento de 13,0% em relação ao ano anterior.

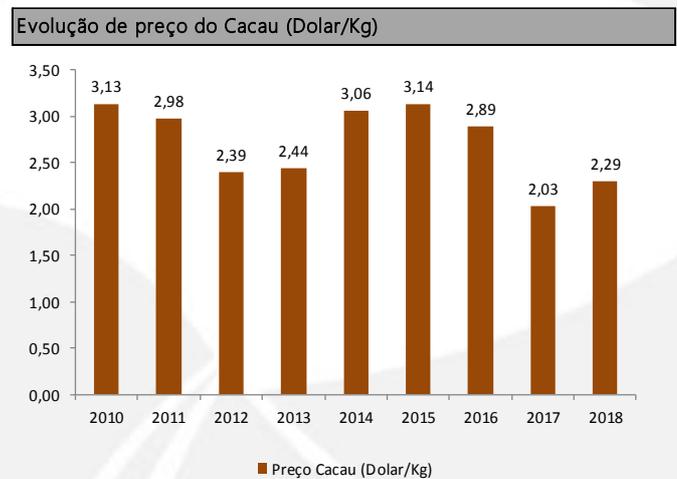
Contudo, quando se compara os preços de 2018 e 2017 em relação aos últimos cinco anos, conclui-se que só em 2012 e 2013 os preços foram tão baixos. Em relação ao Café, embora não tenha expressão nas exportações do país, o seu preço médio fixou-se 2,4 Dólar/Kg em 2018, contra 2,8 do período anterior, traduzindo-se numa redução de 13,6%.

Gráfico 2-Evolução de preço de petróleo (Dólar/Barril)



Fonte: World Bank Commodity - tratamento do BCSTP

Gráfico 3-Evolução de preço do Cacau (Dólar/Kg)



Fonte: World Bank Commodity - tratamento do BCSTP

3. ECONOMIA NACIONAL

3.1. Produto Interno Bruto

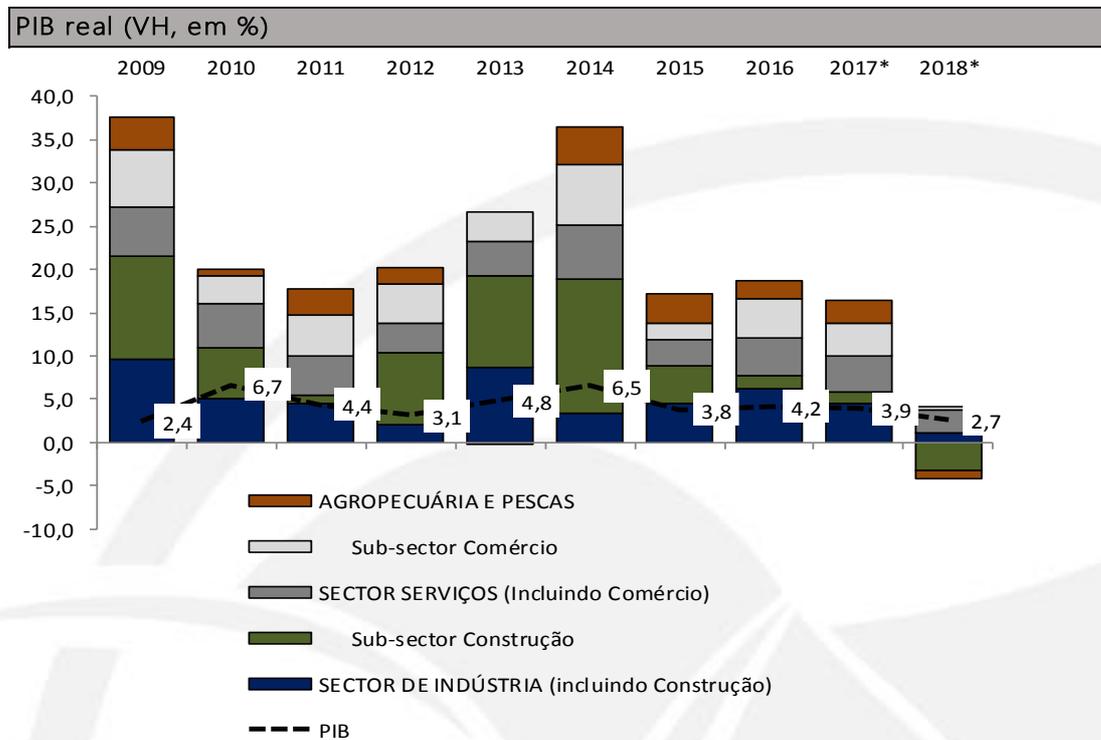
As estimativas do Instituto Nacional de Estatística (INE) apontam para uma desaceleração da actividade económica em 2018, tendo-se registado uma variação de 2,7%, (- 1,2 p.p. que 2017). Ressalta-se que o PIB deste ano é o valor mais baixo desde 2007, e, tem-se verificado uma trajectória descendente de actividade económica nos últimos dois anos. A redução do investimento público decorrente da continuada queda do financiamento externo, associada a redução dos influxos do IDE bem como dificuldades consideráveis registadas no sector da energia, explicaram o fraco dinamismo da economia, e determinaram o crescimento abaixo das expectativas.

Na análise dos sectores de actividade económica que melhor explicam o desempenho do PIB, destaca-se o sector das indústrias, na sub-componente “construção” com uma diminuição de 3,1% (-4,5 p.p. que 2017) e, do sector dos serviços, com o Comércio a fixar-se em 0,5% (3,3 p.p. que 2017). Destaca-se também os serviços associados ao sector turístico (alojamento e restauração), que registaram um acréscimo de 2,7 p.p. Ressalta-se que a desaceleração do produto em 2018, foi generalizado a quase todos os subsectores económicos à excepção dos subsectores, Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares).

Este arrefecimento mais pronunciado dos sectores da actividade económica foi determinada por uma combinação de factores subjacentes, nomeadamente, o facto de no segundo semestre de 2018 ter sido invulgarmente conturbado em São Tomé e Príncipe. As eleições legislativas, ocorridas em outubro, foram particularmente discutidas, dando origem a impasse político que só se resolveu em dezembro, com a formação de um Governo de coligação. Este hiato de governação e a instabilidade política associada deram origem a uma incapacidade em prosseguir as linhas de orientação de política económica estabelecidas, o que condicionou negativamente a

implementação do programa de investimentos, para o qual o financiamento e assistência técnica de parceiros internacionais é fundamental.

Gráfico 4 – Evolução do PIB real de STP e das suas componentes explicativas



Fonte: INE (*Dados semi-definidos) - tratamento do BCSTP

3.2. Níveis de Preço

Em 2018, a taxa de inflação atingiu uma variação homóloga de 9,0% contra 7,7% de 2017, pelo que só em 2012 observou-se valores próximos deste. A evolução da inflação foi influenciada pelo acréscimo no preço dos combustíveis ocorrido em Junho, o qual por sua vez se refletiu em numerosas outras componentes do cabaz de consumo, como, por exemplo, o pescado e derivados (com elevado peso nesse cabaz), dado que a actividade da pesca e, posteriormente, a sua distribuição, tem uma utilização intensiva de combustíveis.

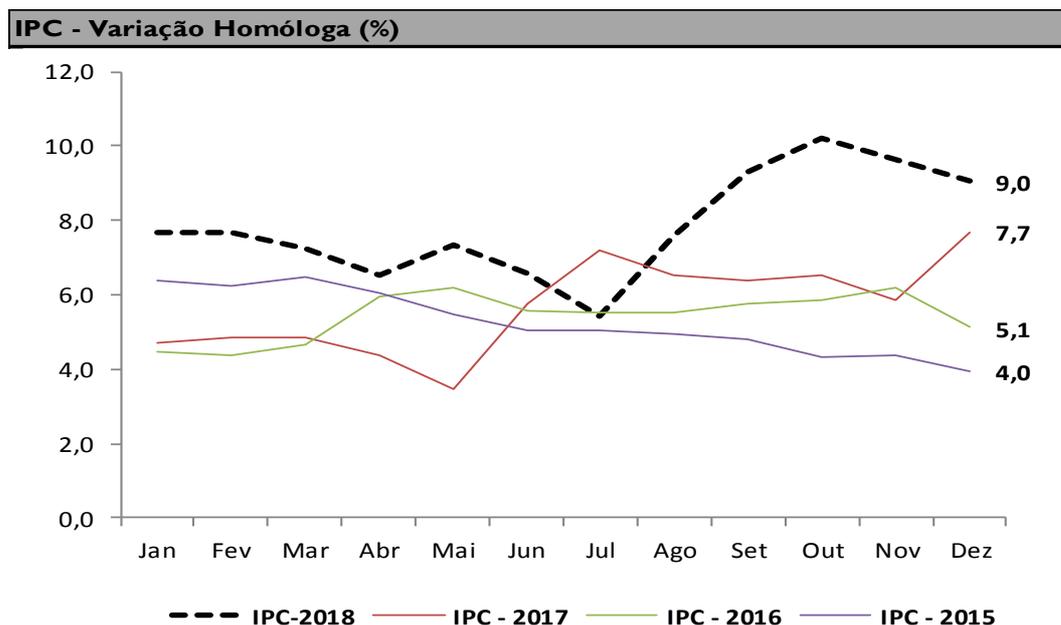
Também se verificou uma forte instabilidade no fornecimento de energia elétrica, sobretudo, no último trimestre de 2018, situação que levou os operadores de actividade económica a reflectirem nos preços finais dos bens e serviços os custos de produção adicionais decorrentes da utilização de geradores eléctricos individuais.

A intensificação da inflação em 2018 verificou-se em simultâneo com um forte crescimento da massa monetária (+ 15,2%). Ambas as variáveis aumentaram significativamente no segundo semestre, após o comportamento relativamente moderado nos primeiros meses do ano. Estes movimentos paralelos são independentes já que a expansão da base monetária praticamente foi nula ao longo de 2018. A inflação tem fundamentalmente como causas directas a redução da produção agrícola, o aumento do preço de combustível e dificuldade de fornecimento de energia elétrica.

Da análise efetuada aos factores subjacentes, adicionados às alterações nas condições meteorológicas, o impacto global de 2,7% no IPC foi distribuído como se segue:

- Aumento de preço de combustíveis no primeiro semestre de 2018: impacto 0,93%;
- Aumento exponencial do preço de malagueta, justificada pela propagação de uma praga que afectou esta cultura: Impacto estimado 1%;
- Ruptura do stock de arroz no mercado nacional, no segundo semestre de 2018: impacto 0,5%
- Ruptura de alguns medicamentos no mercado nacional, com destaque para os de tratamento cardiovascular: impacto 0,14%.

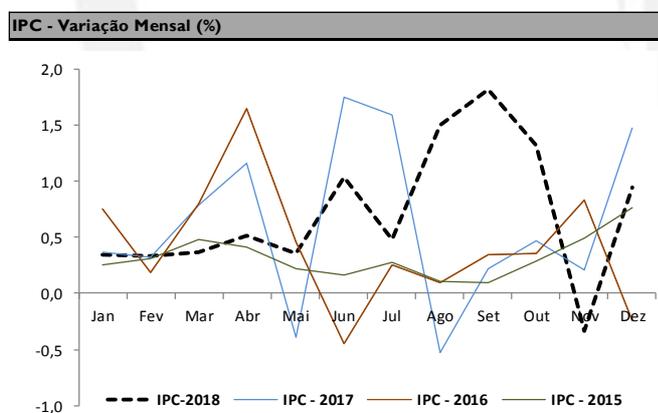
Gráfico 5 – IPC - variação Homóloga (%)



Fonte: INE - Tratamento do BCSTP

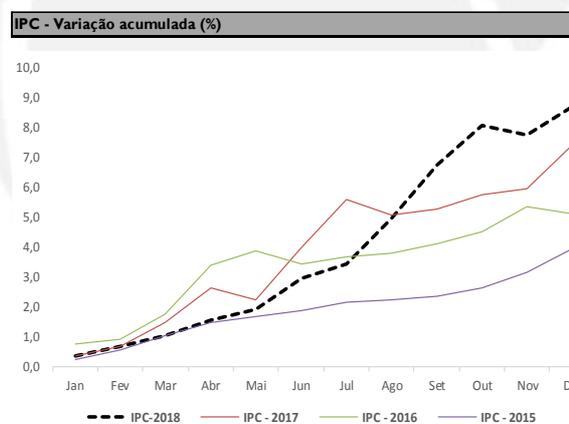
De acordo com o Gráfico 5, os choques supramencionados foram refletidos, particularmente, nos meses de Agosto (1,5%), Setembro (1,8%) e Outubro (1,3%), e em Dezembro (1,0%), períodos em que se verificou uma pressão maior dos preços do ano. No mês de Novembro, observou-se uma deflação muito pontual (-0,3%), justificada pela normalização da produção de malagueta.

Gráfico 6 – IPC - variação mensal (%)



Fonte: INE - Tratamento do BCSTP

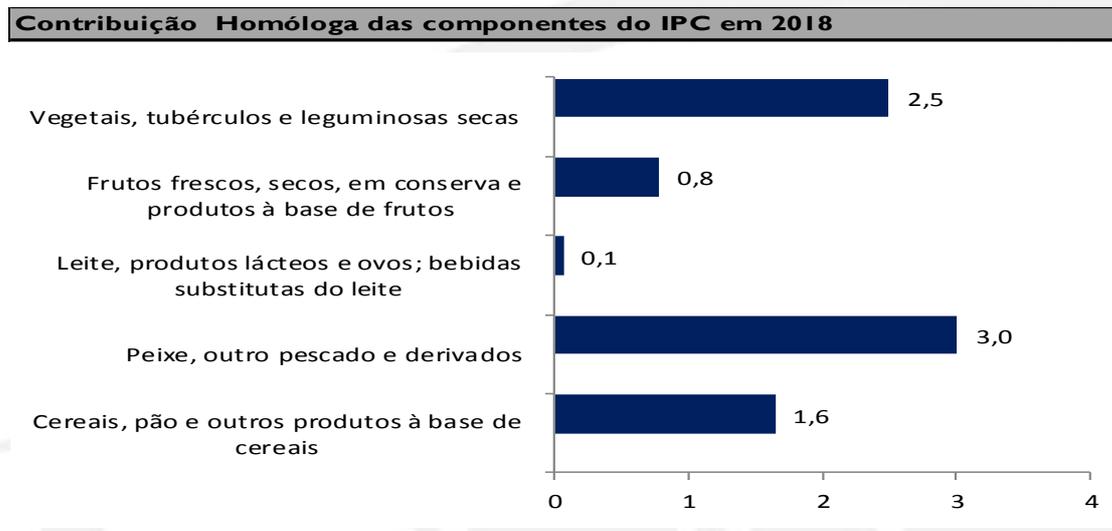
Gráfico 7 – Variação acumulada do IPC



Fonte: INE - Tratamento do BCSTP

O aumento da pressão inflacionária registada em 2018 foi determinado essencialmente pela classe dos Produtos Alimentares, componente em que se registou uma inflação de 7,0%. Deste grupo de produtos, destaca-se os produtos locais, nomeadamente, Peixe e derivados bem como vegetais, tubérculos e leguminosas secas, conforme o Gráfico 8 abaixo:

Gráfico 8 – Contribuição das componentes do IPC em 2018

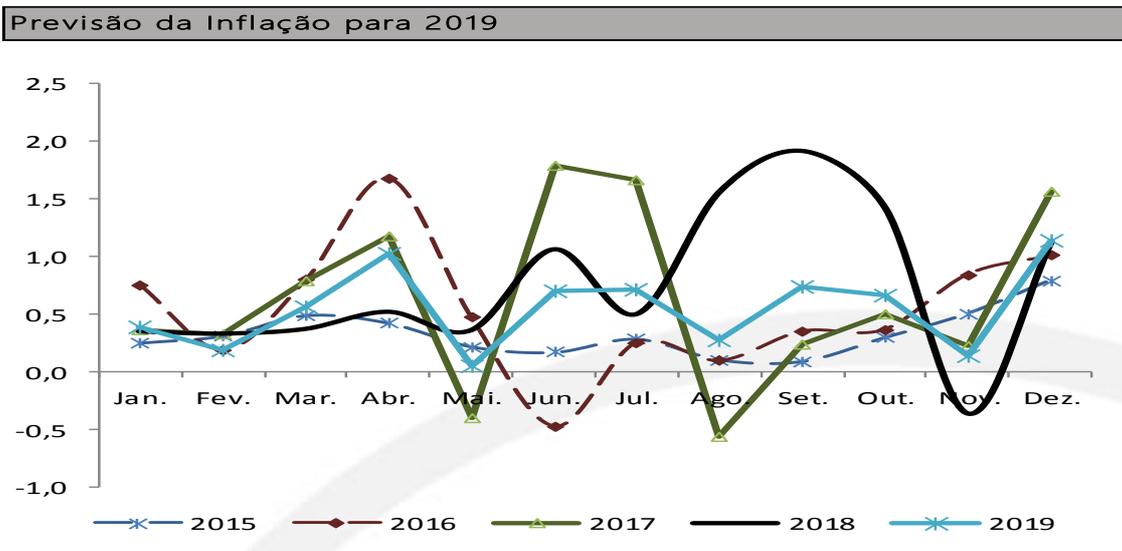


Fonte: INE - Tratamento do BCSTP

Quanto às perspectivas para 2019, prevê-se um comportamento favorável da inflação, esperando que este indicador atinja no final do ano 6,6%. Esta estimativa é justificada por uma conjuntura interna marcada por ausências de choques adicionais do lado da oferta e pela atenuação dos efeitos dos ajustes dos preços do petróleo no mercado local.

Outrossim, espera-se que a mobilização de fundos externos possa garantir uma maior estabilidade e cobertura cambial para importação, de modo que não se verifique pressões cambiais significativas.

Gráfico 9 – Previsão do IPC para 2019



Fonte: BCSTP

3.3. Políticas Macroeconómicas

3.3.1. Política Monetária e Principais Indicadores Monetários e Financeiros

Política monetária e taxas de juros de mercado

O Banco Central de S. Tomé e Príncipe (BCSTP) em 2018, deu continuidade a sua política monetária e cambial de forma a garantir a estabilidade macroeconómica, visando a redução da inflação e a melhoria das reservas internacionais.

Assim, face à conjuntura do mercado financeiro, as taxas directoras permaneceram em 9,0% e 11,0%, respectivamente para, a taxa de juro de referência e a taxa de facilidade de cedência de liquidez.

Os constrangimentos associados a transmissão da política monetária subsistem. Em particular, a falta de confiança das instituições bancárias em recorrerem ao MMI e a constância de índices elevados de risco de crédito continuam a pesar sobre a concessão de novos crédito à economia.

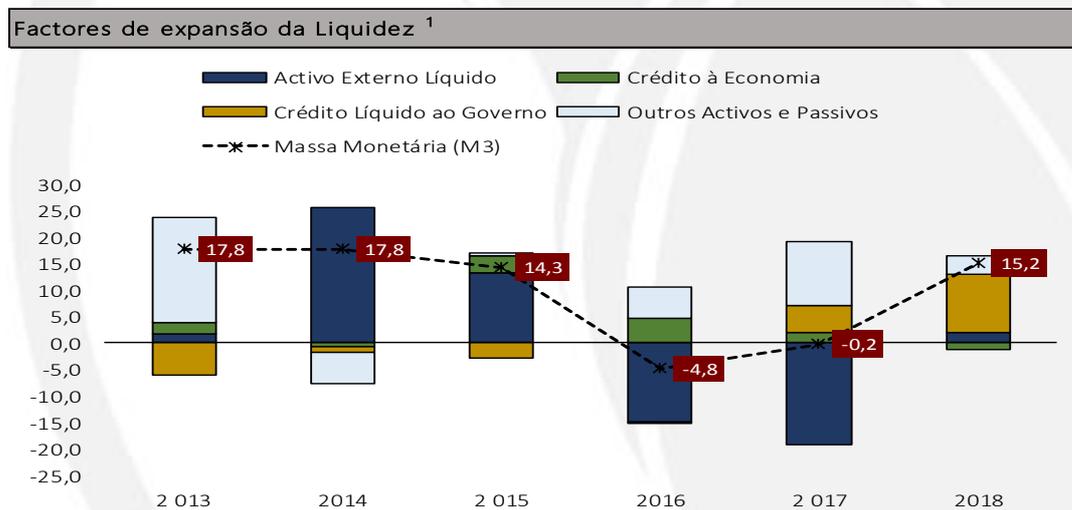
As taxas de juros de mercado não sofreram grandes alterações, tendo o spread bancário, em termos médios anuais, se situado em 15,7¹ p.p. (16,4 p.p. em 2017).

Massa Monetária

A oferta monetária dada pelo agregado mais vasto, o M3, registou um crescimento significativo de 15,2%, após dois anos consecutivos de contracção (4,8% e 0,2% em 2016 e 2017, respectivamente). Em termos nominais situou-se em 3.106 milhões de Dobras em 2018 contra 2.697 milhões de Dobras do ano anterior.

O crédito líquido ao governo, tal como no ano precedente, continua a ser o principal factor de crescimento do M3 com uma contribuição de 10,8%. De igual modo, o activo externo líquido contribuiu positivamente com 2,1%, após períodos sucessivos de contribuição negativa, ao passo que a contribuição do crédito à economia foi negativa de 1,3%, conforme o Gráfico 10.

Gráfico 10 - M3 e os seus Componentes



¹ variação acumulada em % do M3 do período anterior

Fonte: BCSTP

¹ cifra justificada mais pela redução das taxas passivas

Da análise do comportamento de cada um dos factores de expansão da liquidez, tem-se a destacar que:

- O crédito líquido ao governo ascendeu os 94,1 milhões de Dobras, representando um aumento expressivo face ao ano anterior (-196,3 milhões de Dobras em 2017), o que se deveu essencialmente ao aumento do crédito do sector bancário à administração central (42%), respectivamente (i) o crédito aos Serviços de migração e fronteiras, à Assembleia Nacional, aos serviços de Notariado e Registo civil e para o pagamento do salário dos funcionários públicos. Esta situação verificou-se em simultâneo com a variação nula dos depósitos do governo junto ao BCSTP, evolução coerente com as dificuldades na mobilização de fundos externos.

- Os activos externos líquidos (AEL) situaram-se em 1.640 milhões de Dobras, uma variação de 3,6% face a 2017. Este resultado decorre do acréscimo dos AEL dos bancos comerciais em 112,6 milhões de Dobras (+104,4%), explicado, essencialmente, pelo reforço da sua posição líquida face ao exterior.

Os activos externos líquidos do BCSTP, por seu turno, caíram em 3,7%, cerca de 5,5 milhões de dólares, correspondendo desta forma a uma diminuição da capacidade regular de cobertura cambial das importações. Assim, no final do ano, os AEL do BCSTP cobriam 4,2 meses de importação contra 4,5 verificados no mesmo período de 2017. Esta situação de escassez de divisas, é deveras preocupante no contexto do actual regime cambial.

- O Crédito à Economia² (CE) atingiu 2.134 milhões de Dobras, uma ligeira diminuição face ao período homólogo (1,6%). Ressalta-se que nos últimos dois anos, tem-se observado uma trajectória descendente do crédito à economia, evolução que tem sido afectada pela dinâmica pouco assinalável do crédito ao sector privado (-4% em 2018 e -21% em 2017). A razão para esta evolução do crédito ao sector privado assenta-se, de acordo com o terceiro inquérito aos bancos sobre as condições de mercado de crédito

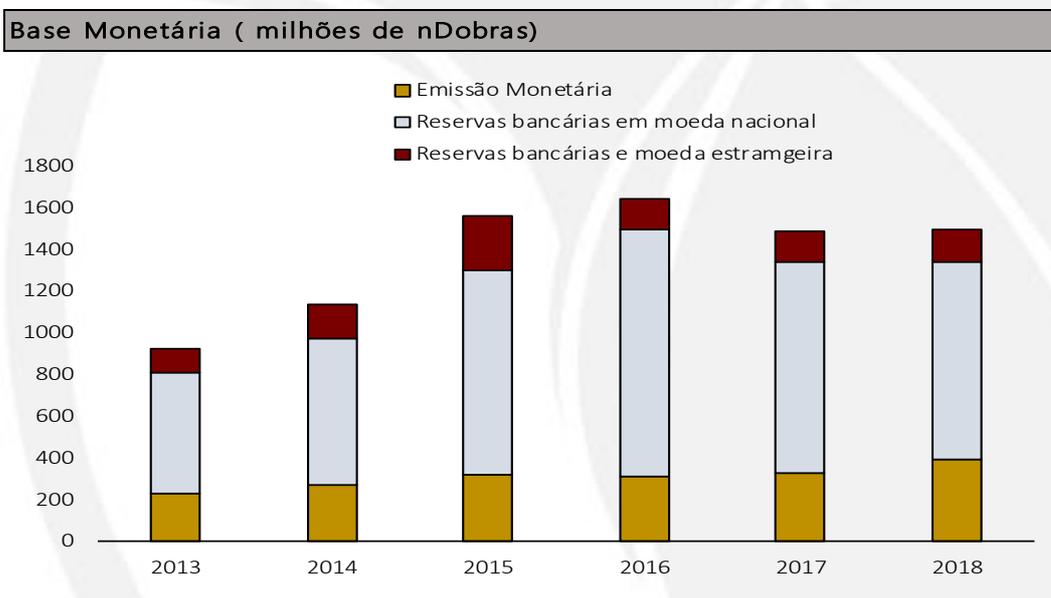
² Crédito à Economia corresponde ao crédito concedido ao sector privado e às empresas públicas.

em S. Tomé e Príncipe, de Fevereiro de 2019, nos critérios de financiamento que se tornaram ainda mais restritivos em 2018, nomeadamente, em resultado da actividade económica anémica e dos riscos associados às garantias exigidas, bem como, pela falta de incentivo das empresas privadas a realizar novos investimentos.

Base Monetária

A Base Monetária manteve-se praticamente no mesmo nível (+0,8%), ascendendo a 1.496 milhões de Dobras contra 1484 milhões de Dobras em 2017, justificada pelos movimentos simétricos das reservas bancárias, que contraiu em 4,9%, situação que resultou, essencialmente, da subscrição dos BT's nos meses de Março e Outubro no total de 415 milhões de Dobras e da emissão bancária que aumentou em 25,2% (acréscimo de cerca de 68,5 milhões de Dobras).

Gráfico 11 – As Componentes da Base Monetária



Fonte: BCSTP

3.3.2. Política Fiscal e Execução Orçamental

O Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2018, foi norteado essencialmente para a implementação de uma política fiscal eficiente, que permitisse alcançar um défice primário na ordem dos 93 milhões de Dobras (1,1% do PIB), sustentado pela arrecadação das receitas correntes³ na ordem dos 1.338 milhões de Dobras e pela realização de despesas primárias nos 1.431 milhões de Dobras. A melhoria esperada face a 2017 (1,8% do PIB) seria explicada também pelo alargamento da base tributária, maior eficácia na arrecadação dos atrasados fiscais e maior rigor na execução das despesas públicas.

Porém, assistiu-se a uma execução orçamental aquém do programado com um défice primário na ordem de 271 milhões de Dobras, ou seja, cerca 3,1% do PIB, excedendo consideravelmente a meta indicativa acordada com o FMI (1,3% do PIB). A evolução registada decorreu num contexto de contracção dos donativos (-35,1%) e da fraca arrecadação de receitas correntes (um crescimento de 2,2% contra 3,9% em 2017).

Os resultados apresentados decorreram, igualmente, num ambiente socio-político pouco favorável que contribuiu para o aumento do risco-país, culminando na redução do financiamento externo (-43,2% face a 2017), com particular realce para o desempenho dos donativos para os investimentos públicos e concorrendo decisivamente para os resultados macroeconómicos registados no período.

O saldo global⁴ de 148 milhões de Dobras, valor menor em 64% face ao verificado no período homólogo foi financiado com recursos internos (emissões de Bilhetes do Tesouro num total de 415 milhões de Dobras, a transferência da Conta Nacional do Petróleo para a cobertura das despesas públicas correntes em cerca de 45 milhões de

³ Excluindo os rendimentos de petróleo

⁴ Base de caixa

Dobras); e recursos externos (desembolsos da BADEA, da BAD-FAD e do FMI, no montante total de 133 milhões de Dobras).

Com efeito, quer a receita efectiva quer a despesa efectiva contraíram em 2018. Dados apontam uma variação negativa nas receitas efectivas de 8,8%, menos 202 milhões de Dobras em relação ao período homólogo, o que corresponde a uma execução de 69% contra 80% em 2017. Esta evolução não foi ainda mais onerosa dada a contribuição favorável e não programada das receitas de petróleo.

As receitas correntes⁵ domésticas rondaram 1.153 milhões de Dobras (2,2%), um grau de execução de 86%, resultante do aumento das receitas fiscais em 5,7%. Este aumento deveu-se, essencialmente, (i) ao aumento das receitas em sobretaxas⁶ de importação dos derivados de petróleo devido a subida de preços do petróleo no mercado internacional e (ii) a arrecadação substancial em atrasados fiscais. Os impostos directos, por seu turno, registaram uma queda de 12,3% decorrente das condições menos favoráveis à arrecadação fiscal num contexto marcado por eleições legislativas em Outubro de 2018 e pela crise energética que afectou o crescimento do sector privado e resultou no abrandamento da economia.

Não obstante a entrada do bónus de rendimentos de petróleo em cerca de 212 milhões de Dobras contra os 2 milhões de Dobras programados para o ano, as receitas não fiscais cuja variação foi positiva em 90,9% refletiu também o atraso no desembolso do apoio orçamental explicados pelos constrangimentos nas negociações das licenças de pescas com a UE.

No tocante às receitas de capital (donativos), registou-se uma execução abaixo dos 50% para o ano e uma redução de recursos externos na ordem dos 35% face ao estimado

⁵ Excluindo os rendimentos petrolíferos.

⁶ Receitas resultantes do pagamento de atrasados dos impostos em dívida da Enco sobre o direito de importação de derivados de petróleo.

em 2017. A queda observada é justificada pelos constrangimentos já descritos ao longo deste relatório, que se prendem com a redução de financiamento externo.

Relativamente às despesas efectivas, estas apresentaram uma execução acima dos 50%, mas ligeiramente abaixo do observado em 2017 (77%), e uma redução em torno de 347 milhões de Dobras (-13,3%), reflectindo a queda nas despesas de investimentos públicos (-34,5%).

Verificou-se no período em apreço que as despesas de investimento contraíram quer na componente interna quer na externa, explicadas sobretudo, por atrasos nos desembolsos por parte dos credores externos.

As despesas correntes registaram uma execução na ordem dos 97,4% e um crescimento de 4,9%, em grande medida influenciados pelo aumento nas despesas com pessoal (6,8%) e com as despesas em bens e serviços (16,2%). Estes aumentos, por seu turno, foram compensados pelas reduções dos encargos com os juros da dívida externa em 2,6%, nas transferências correntes em 7,2% e nas outras despesas correntes em 7%.

Tabela 2 - Operações Financeiras do Estado em 2018

Designação	2 017	Previsão 2018	2 018	V.H. (%)	% do PIB	
					2017	2018
Receitas Efectivas	2 282 547	3 035 650	2 080 816	-8,8%	28,0	23,7
Receitas Correntes totais	1 179 589	1 366 590	1 365 306	15,7%	14,5	15,6
Receitas Correntes domésticas	1 128 663	1 337 951	1 153 287	2,2%	13,8	13,2
Receitas Fiscais	1 040 301	1 253 354	1 099 411	5,7%	12,8	12,5
Impostos Directos	408 280	475 994	358 017	-12,3%	5,0	4,1
Impostos Indirectos	631 694	776 061	740 353	17,2%	7,7	8,4
Receitas não fiscais	139 288	113 236	265 896	90,9%	1,7	3,0
Donativos	1 102 958	1 669 060	715 510	-35,1%	13,5	8,2
Despesas Efectivas	2 605 180	3 162 381	2 258 614	-13,3%	32,0	25,8
Despesas Primárias	1 401 809	1 430 660	1 424 167	1,6%	17,2	16,3
Despesas Correntes	1 404 577	1 511 839	1 473 182	4,9%	17,2	16,8
Despesas de Investimento	1 200 603	1 650 542	785 432	-34,6%	14,7	9,0
Invest. c/ fin. interno	50 185	48 540	25 248	-49,7%	0,6	0,3
Invest. c/ fin. externo	1 150 419	1 602 002	760 184	-33,9%	14,1	8,7

Fonte: MPFEA

3.4. Sector Externo

À semelhança do ocorrido em 2017, a evolução das contas externas em 2018 continua a evidenciar a deterioração dos principais indicadores, com particular incidência para as RIL e o IDE que contraíram de forma acentuada.

3.4.1. Reservas internacionais líquidas (RIL)

Em 2018, as Reservas Internacionais Líquidas caíram, fixando-se em 28,8 milhões de dólares, menor valor registado desde 2011, o correspondente a uma redução de 38,6% face a 2017 (18 milhões de Dólares). O resultado reflecte a degradação da balança comercial, a diminuição das remessas de emigrantes e a diminuição do investimento direto do estrangeiro no país.

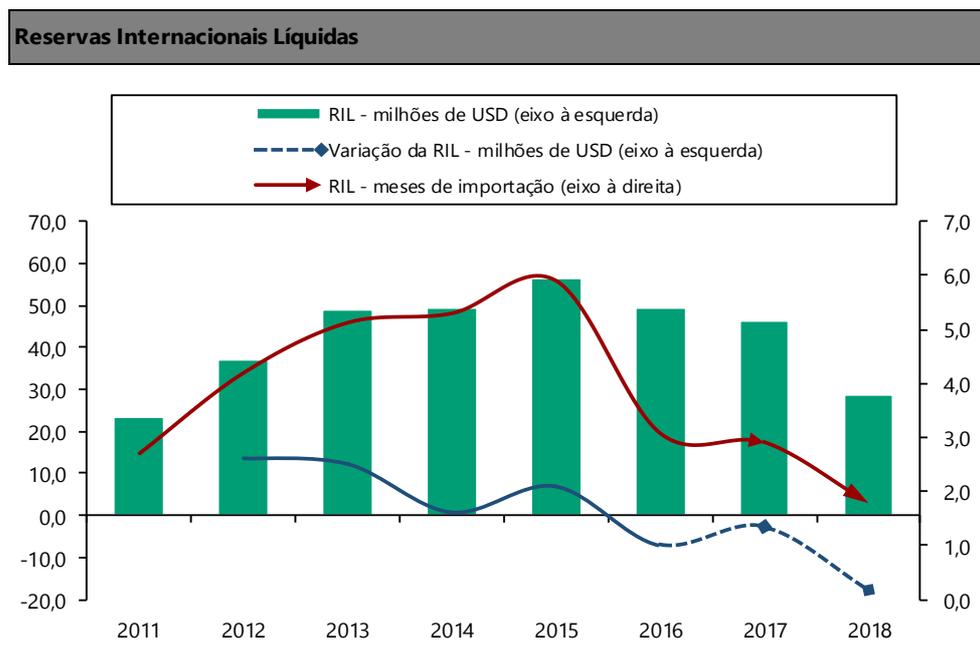
Em Dezembro, o montante das RIL garantia apenas 1,8 meses de importação de bens e serviços não factoriais.

As reservas foram maioritariamente canalizadas para pagamento das despesas do Banco Central, despesas do governo e cobertura cambial aos bancos comerciais para a importação de combustível.

A diminuição excessiva das RIL torna imperativo implementar-se mecanismos que assegurem um nível de reservas externas compatível com o regime de câmbios vigente.

A captação de recursos externos continua a ser prioridade do Governo. As perspectivas para 2019 apontam para a realização de alguns projectos do Governo com entradas de mais recursos externos. Adicionado a este facto, o controlo dos gastos do Estado faz parte das medidas esperadas para 2019.

Gráfico 12 - Reservas Internacionais Líquidas



Fonte: BCSTP

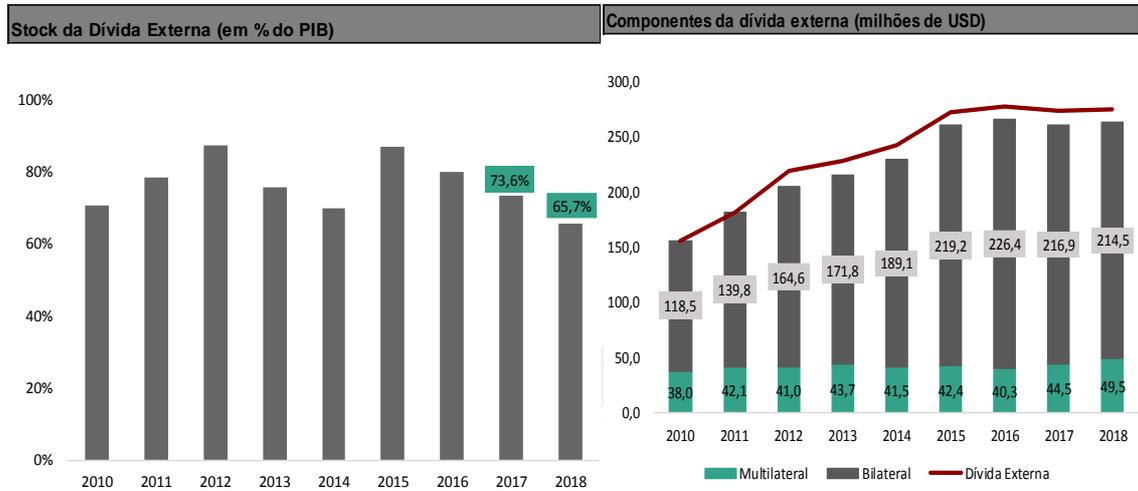
3.4.2. Dívida Externa

Em 2018, a dívida pública externa em valores nominais manteve-se praticamente inalterada, situando-se a 276,5 milhões de Dólares (274,9 milhões de Dólares em 2017), correspondendo a um incremento de 0,6%.

Reportada em função do PIB, a dívida externa fixou-se em 65,7%, que compara a cerca de 73,6% do PIB em 2017.

Os desembolsos atingiram o montante de 6 milhões de dólares, provenientes dos credores multilaterais BAD e BADEA. Relativamente a amortização da dívida externa, foram programados reembolsos no total de 7,9 milhões de Dólares, dos quais 49,7% permaneceram atrasados.

Gráfico 13 – Dívida Externa (% do PIB)



Fonte: Gabinete de Gestão da Dívida

Fonte: Gabinete de Gestão da Dívida

3.4.3. Balança de Pagamentos

Num contexto de desaceleração económica global com fortes repercussões a nível interno, as transações comerciais entre a economia nacional e o resto do mundo não registaram ajustamentos significativos na Balança de Pagamentos. As necessidades de importação de bens e serviços aliada às limitações de financiamento externo da economia continuam a traduzir-se, de uma forma geral, em resultados não sustentáveis dos indicadores externos.

Balança Corrente

O défice da conta corrente contraiu 20,1% em 2018, fixando-se em 15% do PIB contra os 21% no período homólogo, resultado que reflectiu a retoma do saldo da balança de serviços (16,2 milhões de dólares), após uma queda de 71% em 2017. Este resultado deveu-se ao reforço das exportações em viagens (18,2%), mormente as viagens de turismo (17,1%). A evolução da conta corrente deveu-se também ao aumento das transferências públicas associado à entrada de donativos de apoio ao OGE, provenientes do Banco Mundial.

As transferências privadas continuam praticamente ao mesmo nível (16,2 milhões de Dólares), dada a estagnação das remessas dos emigrantes.

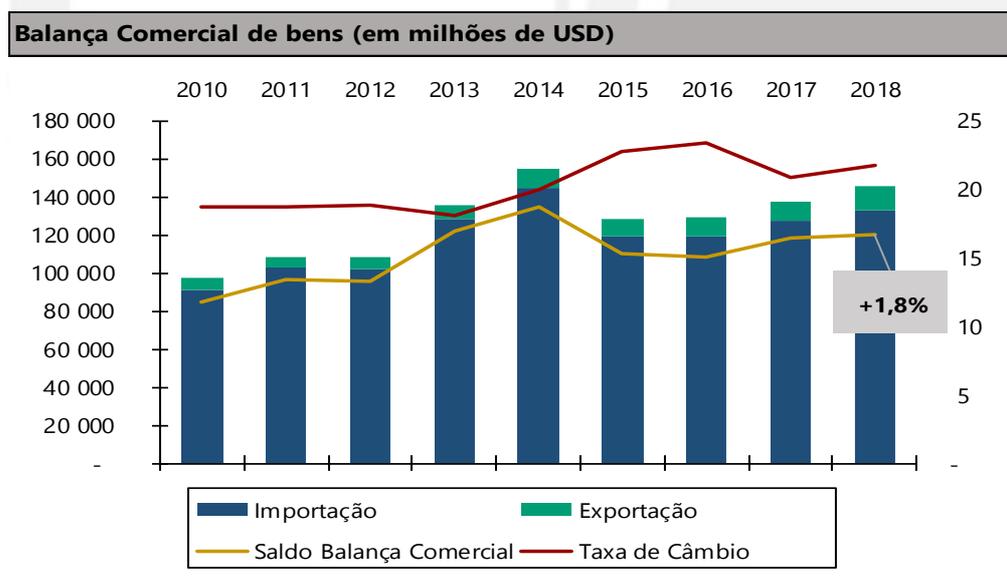
O défice da balança comercial de bens atingiu 120 milhões de Dólares, o que representa uma deterioração deste indicador em 1,8%, explicado pelo aumento da importação de bens em 4,1%, tendo atingido o montante mais alto desde 2014, situando-se nos 132,9 milhões de dólares.

Na base destes resultados estiveram a generalidade dos bens de consumo a aumentar acima dos 10%, com excepção dos géneros alimentícios que contraíram 4,9%, e os produtos petrolíferos a registar um acréscimo de 20,9%.

Por seu turno, os bens de capital contraíram devido a uma redução nas importações de equipamentos (9,2%) e materiais de construção, dos quais cimento (3,5%), na sequência da fraca dinamização do sector da construção em 2018.

Do lado das exportações, as receitas de exportação do Cacau mantiveram-se ao nível do ano anterior, apesar de ter-se verificado em 2018 uma valorização da cotação do Cacau no mercado internacional. No entanto, as exportações gerais de bens aumentaram devido ao incremento da exportação de sucatas e ferro velho.

Gráfico 14 – Balança Comercial de Bens



Fonte: INE / Tratamento: BCSTP

No que se refere aos mercados de destinos das exportações observou-se a contínua relevância dos países da UE, representando mais de 85% do total. Destaca-se o reforço de Portugal (24 p.p.) dos Países Baixos (8 p.p.) e da Bélgica (4 p.p.) no total dos produtos nacionais exportados e o enfraquecimento do peso das exportações para a Espanha (-15 p.p.) e França (-11 p.p.).

Relativamente aos bens importados, a grande maioria (bens de consumo) provém do continente Europeu (59%) e 28% da África, dos quais se destacam os combustíveis provenientes de Angola.

Balança de Capital

Em 2018 os constrangimentos à entrada de recursos externos persistiram, condicionando a execução dos projectos de investimento. Neste sentido a balança de capital permaneceu quase inalterada, fixando-se nos 29,9 milhões de Dólares, o correspondente a um acréscimo de 1,7% face a 2017.

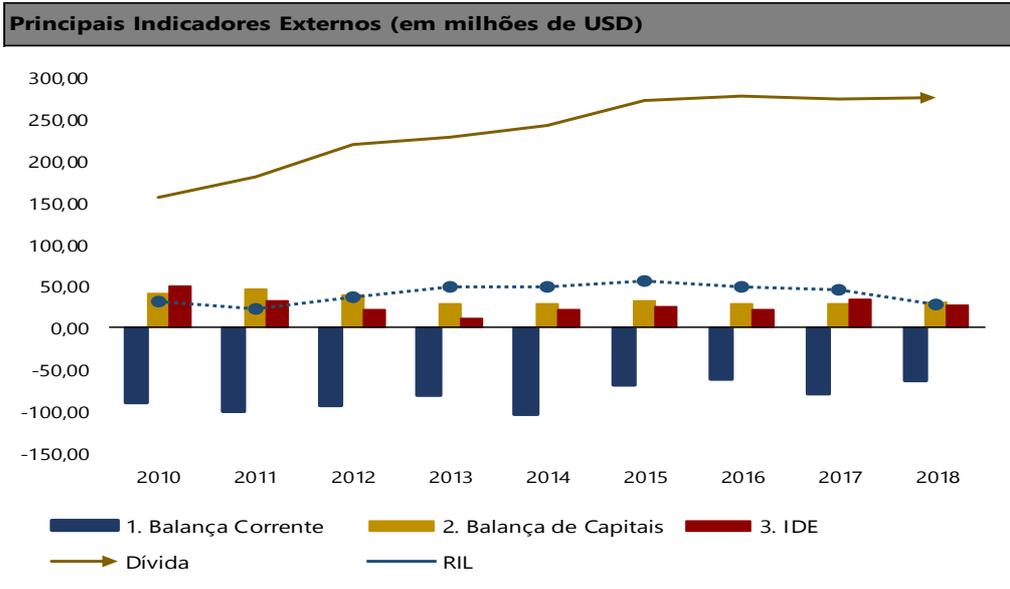
O saldo conjunto da balança corrente e de capital, que corresponde grosso modo às necessidades líquidas de financiamento da economia, reduziu, situando-se em 7,84% do PIB contra 13,14% em 2017.

Balança Financeira

Os fluxos resultantes da balança financeira sofreram uma contração de 35,1% contra os 73,1% de redução em 2017. Esta evolução é explicada pela forte variação da componente “Outros Investimentos”, reflectindo a queda dos depósitos do país no exterior.

Por sua vez, o IDE apresentou uma contração de 17,5%, devendo-se este resultado desfavorável à redução de investimentos das empresas petrolíferas em 5,9% no período em análise.

Gráfico 15 – Síntese dos Principais Indicadores Externos



Fonte: BCSTP

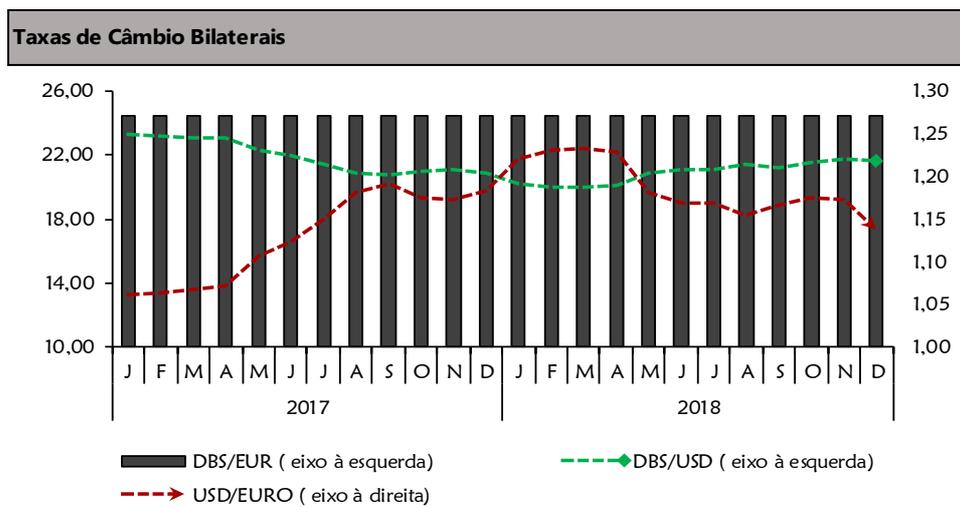
3.4.4. Mercado Cambial

No que se refere as taxas de câmbio bilaterais, em Dezembro de 2018 o euro situou-se em termos médios a 1,14 dólares contra 1,18 em Dezembro de 2017, representando uma depreciação de 3,8%.

Apesar de uma ligeira apreciação desta moeda face ao dólar no primeiro trimestre, assistiu-se ao longo do ano a um movimento de depreciação, refletindo, em parte, o efeito de políticas monetárias divergentes entre a AE e os EUA, algum enfraquecimento económico da área do euro e a elevada incerteza quanto ao desfecho do Brexit.

Na sequência da oscilação da moeda europeia, a moeda nacional apresentou uma depreciação de 4,0%, situando-se em Dezembro de 2018 a 21,7% contra 20,9% no período homólogo.

Gráfico 16 - Evolução da taxa de câmbio das principais moedas

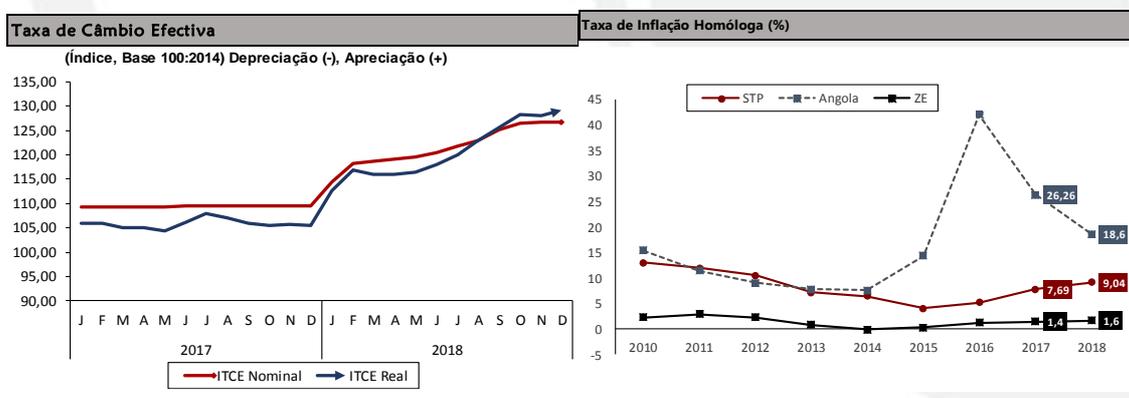


Fonte: BCSTP

Após um longo período de estabilidade, o Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Nominal (ITCEN) registou um expressivo aumento face ao ano anterior (15,7%) em resultado da alteração do regime cambial em Angola, ocorrido em Janeiro de 2018, que determinou uma forte apreciação da Dobra face ao Kwanzas. Em termos homólogos, a Dobra apreciou-se 57,2% face ao Kwanzas.

O Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real (ITCER), por sua vez, aumentou 22,6% em resultado do diferencial da taxa de inflação em relação aos principais parceiros comerciais, contribuindo desta forma para a diminuição da competitividade externa do país.

Gráfico 17- Taxa de Inflação Homóloga de STP e dos principais parceiros económicos



Fonte: BCSTP

Fonte: INE (Tratamento BCSTP), BNA, BCE

3.5. Sistema Bancário

O ano de 2018 constituiu uma reversão do ciclo de contracção no sistema bancário registado nos últimos dois anos com o aumento dos Activos em 3,2%, não obstante a manutenção do ambiente macroeconómico desfavorável observado no sector bancário nos últimos três anos que culminou no cancelamento da licença de uma instituição financeira que operava no mercado santomense em 2018, o antigo Banco Privado S. Tomé e Príncipe.

De igual modo, a actividade bancária conheceu um conjunto de evoluções positivas, com ênfase para a melhoria dos indicadores de rentabilidade, apesar de se manterem negativos. Verificou-se, igualmente, o crescimento da carteira de crédito, contrariando a evolução negativa dos últimos anos.

Destacou-se identicamente uma ligeira redução do rácio de crédito malparado (CMP) em 0,3 p.p., diminuição observada pelo terceiro ano consecutivo, apesar desta redução estar abaixo da média de 2,5 p.p. dos dois últimos anos.

Contudo, subsistem vulnerabilidades na actividade bancária, nomeadamente, os elevados níveis de concentração e os gaps de liquidez.

3.5.1. Activos

No ano de 2018, os activos do sistema bancário incrementaram 3,2%, contrariando a média negativa de 4% observada nos três anos anteriores, não obstante a resolução de uma instituição bancária no segundo semestre, tendo a mesma gerado um impacto negativo de 1,8% - nos activos do sistema. Como efeito, os activos situaram-se neste período em 4.117 milhões de Dobras, passando a representar cerca de 43,9% do PIB, uma redução de 4,1 p.p. face ao período homólogo anterior. O incremento dos activos resultou, particularmente, da evolução positiva dos depósitos e aplicações em instituições de crédito, do crédito líquido e dos títulos, que contribuíram em 3,8%, 1,9%

e 1,5% respectivamente. Importa referir que esta evolução, decorreu, essencialmente, da evolução positiva de apenas uma instituição.

Gráfico 18 - Evolução do Activo

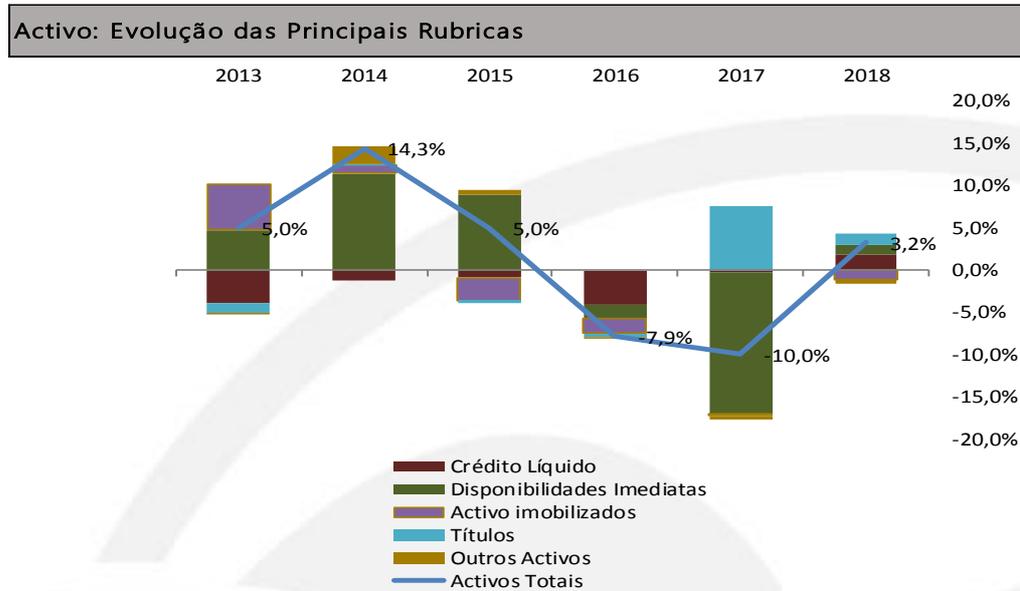
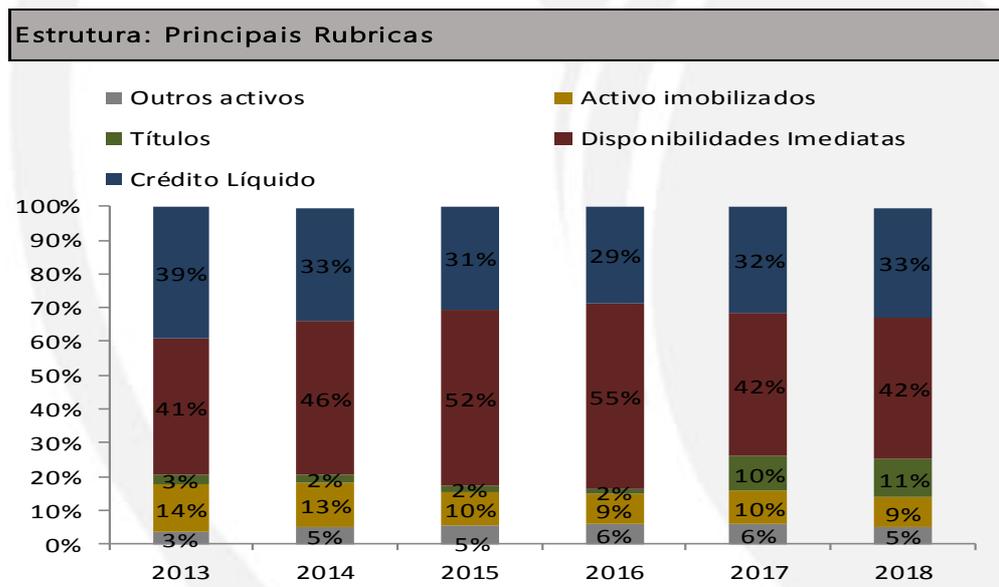


Gráfico 19 - Estrutura de Activo

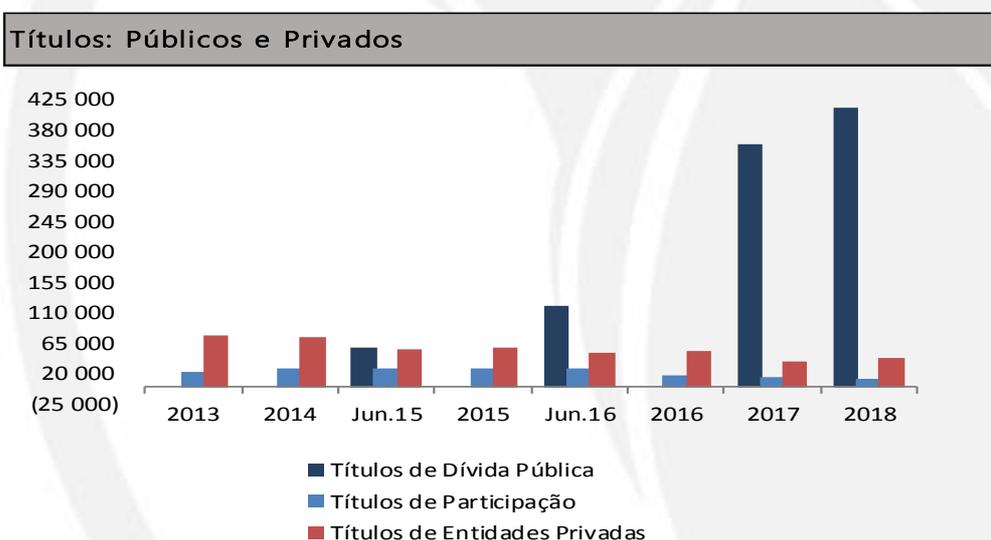


No período em referência, as disponibilidades imediatas⁷ incrementaram 3%, mantendo o seu peso nos activos de 42%. Esta evolução positiva deveu-se, em grande medida, ao incremento de 11% dos Depósitos e Aplicações em Instituições de Crédito, complementados por um ligeiro acréscimo de caixa e reservas junto ao BCSTP.

O crédito líquido⁸ aumentou 6% no período em estudo como resultado do incremento dos financiamentos à administração e empresas públicas, este financiamento está essencialmente concentrado em duas instituições bancárias. Consequentemente, esta rubrica incrementou o seu peso em 1 p.p. na estrutura do activo.

Os títulos em carteira aumentaram 14% no período em referência, em comparação com período homólogo, passando a representar 11% dos activos, um incremento de 3 p.p., suportados, pelo incremento dos títulos de dívida pública (Bilhetes do Tesouro), que mantiveram a tendência crescente do seu peso nos activos, acrescidos da extensão da maturidade dos mesmos, que contrariamente as primeiras emissões de 2015 e 2016 com maturidade de três a seis meses, passaram a ter maturidade de um ano.

Gráfico 20 - Títulos em carteira



Fonte: BCSTP

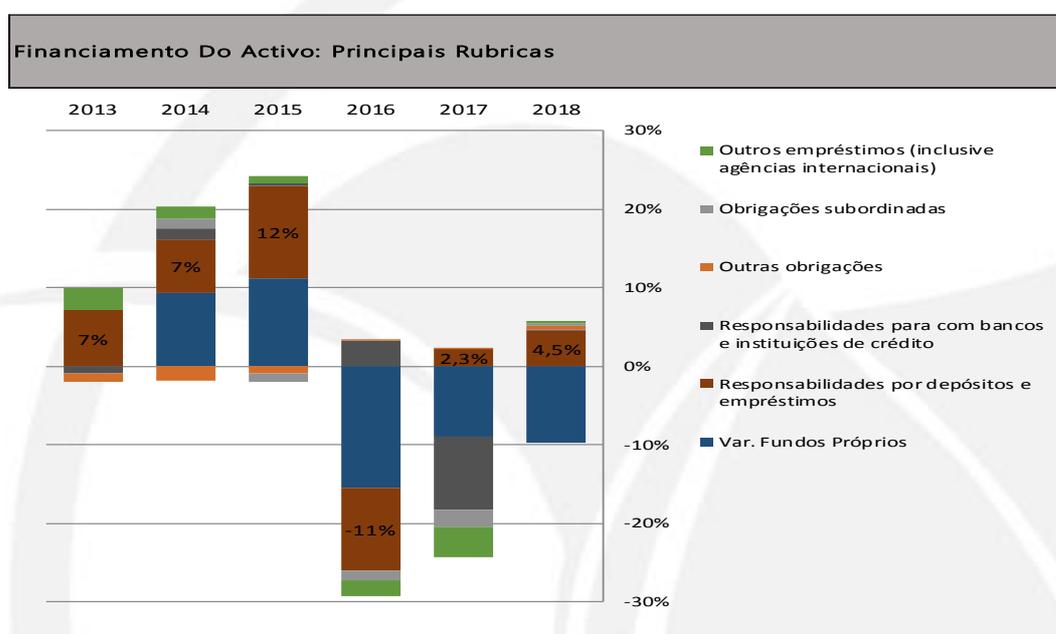
⁷ Disponibilidades imediatas incluem: Caixa, Reservas junto ao Banco Central e Depósitos e Aplicações de curto prazo em Instituições de Crédito.

⁸ Crédito líquido consiste em crédito bruto líquido de provisões e incluindo proveitos a receber.

3.5.2. Estrutura de financiamento

No ano em referência, a evolução da estrutura de financiamento dos activos resulta essencialmente, do incremento dos depósitos e empréstimos, contribuindo em cerca de 4,5% dos activos totais e para um crescimento de 7,3% dos passivos, tendo os depósitos e empréstimos incrementado o seu peso na estrutura de financiamento, passando a representar 69% dos activos.

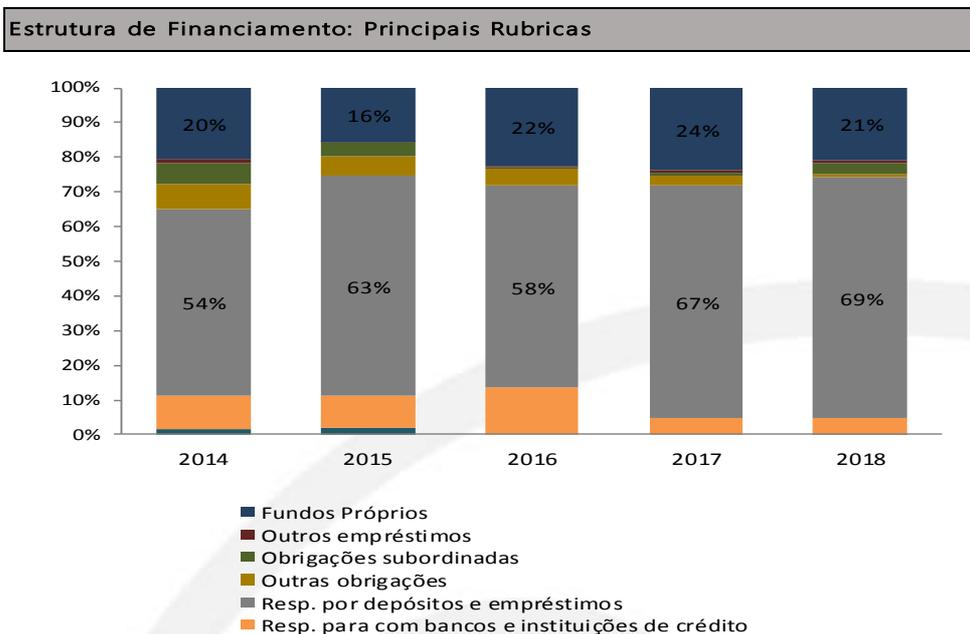
Gráfico 21 - Evolução da estrutura de Financiamento dos Activos



Fonte: BCSTP

No ano em referência, os capitais próprios diminuíram 9,7%, sendo que esta evolução deriva essencialmente da redução das acções ordinárias como consequência da saída de uma instituição bancária no mercado financeiro nacional, contribuindo negativamente em 1,2% dos activos totais. Com efeito, os fundos próprios diminuíram o seu peso na estrutura de financiamento das instituições bancárias, passando a representar 21% dos activos comparativamente com 24% do ano transacto. Neste cômputo, facilmente depreende-se que uma parte considerável dos activos em balanço da generalidade dos bancos são-tomenses é financiada, para além dos depósitos, pelos fundos próprios.

Gráfico 22 - Estrutura de Financiamento



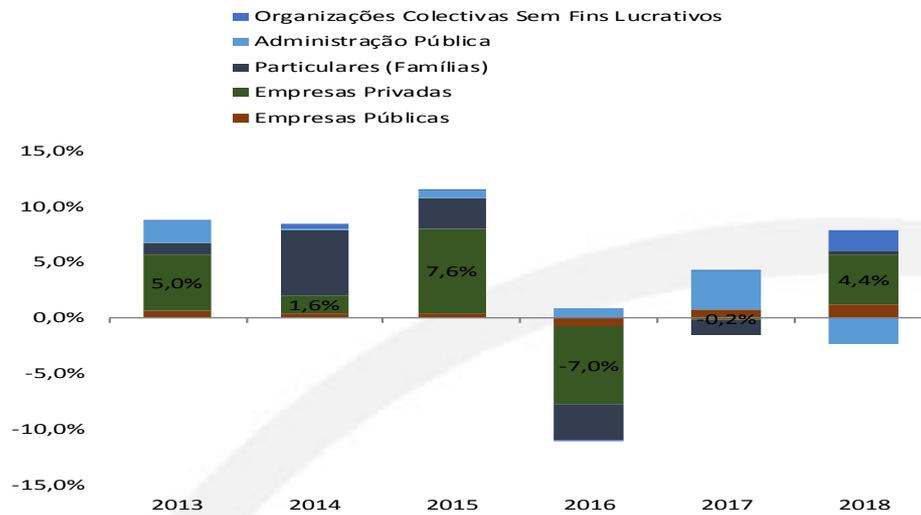
Fonte: BCSTP

Os depósitos aumentaram 6,7% em dezembro de 2018, acima da média de 4% dos últimos três anos, esta evolução positiva deve-se sobretudo, ao incremento de 20% nos recursos de Instituições Privadas que contribuíram em 4,4% dos activos totais, conseqüentemente, esta rubrica aumentou o seu peso na estrutura de depósitos em 4 p.p., passando a representar 38% da carteira de depósitos.

Os depósitos de Particulares mantiveram-se inalterados, contrariando a evolução registada no ano transacto, como efeito, estes recursos mantêm-se ainda como principal fonte de financiamento, apesar da redução 2 p.p. do seu peso na estrutura de depósitos. Os recursos da Administração e Instituição Públicas diminuíram 10%, contribuindo para a redução do seu peso em 3 p.p., passando a representar 16% dos depósitos.

Gráfico 23- Evolução dos Depósitos por Sector Institucional

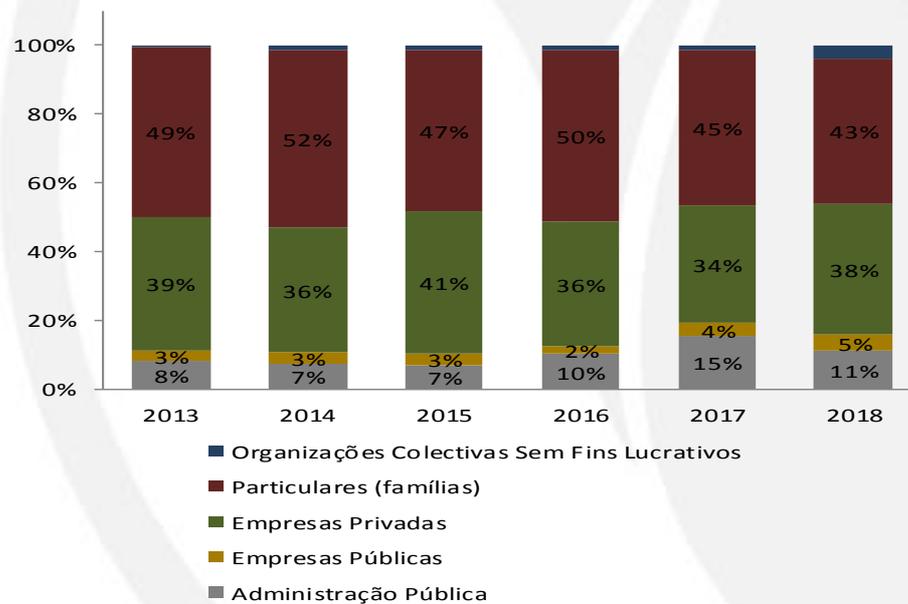
Evolução dos Depósitos: Principais Rubricas



Fonte: BCSTP

Gráfico 24 - Estrutura dos Depósitos Sector Institucional

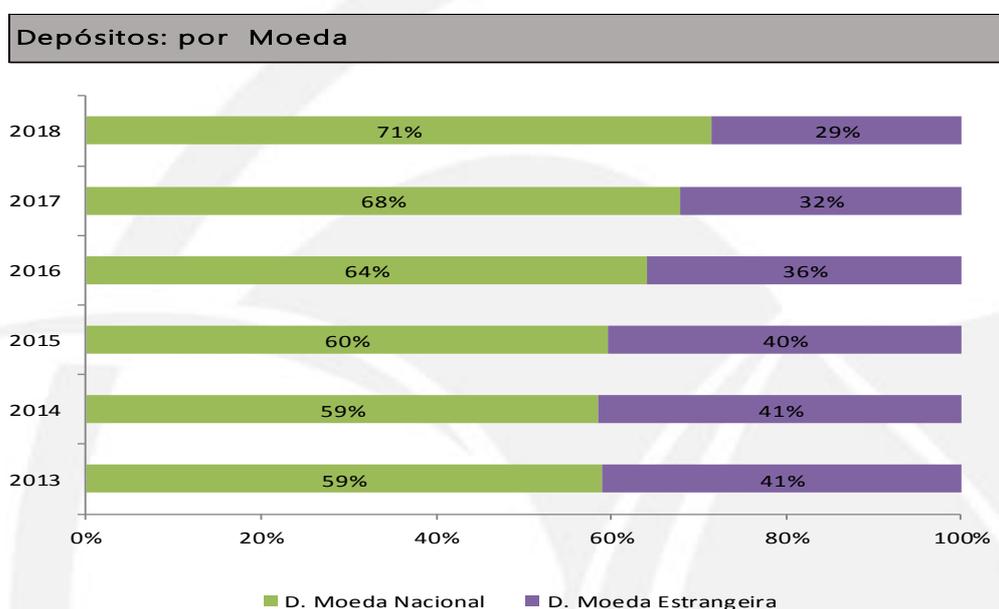
Depósitos: Sector Institucional



Fonte: BCSTP

No período em referência, os depósitos em moeda nacional (MN) aumentaram 12,8%, acima da média de 8,9% dos três últimos anos, contribuindo assim para o aumento do seu peso na estrutura de depósitos (71%), novo máximo em cinco anos. Em contraste, os depósitos em moeda estrangeira (ME) continuaram a diminuir, desta feita em cerca de 4,9%, reduzindo igualmente o seu peso na estrutura. Estes recursos continuam altamente concentrados 89,2% em duas das cinco instituições no mercado, apesar de uma redução da concentração em 1,5 p.p. face ao ano transacto.

Gráfico 25 - Depósitos por moeda



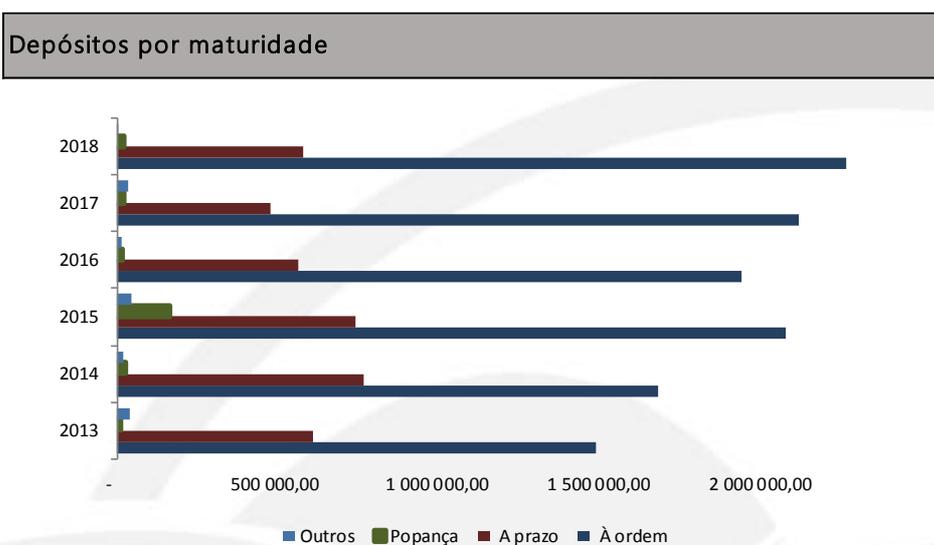
Fonte: BCSTP

As responsabilidades de curto prazo, ou seja, depósitos à ordem aumentaram 7%. Este aumento está abaixo da média de 8,8% dos três últimos anos e como efeito, estes depósitos reduziram o seu peso na estrutura de depósitos por maturidade em 1 p.p., situando-se em 79%, sendo que, 45,8% das exigibilidades de curto prazo constituem recursos de Instituições Privadas.

Paralelamente, as responsabilidades a prazo aumentaram 12,9%, muito acima da média negativa de 10,1%, dos últimos anos. Este aumento está relacionado com um incremento de depósitos a prazo e poupança em 21,4% e 2,6%, sendo que, o aumento

da primeira resultou essencialmente, da evolução positiva de aplicações realizadas por instituições públicas, que contribuíram positivamente em 1,1% dos activos totais e a segunda resultou de um ligeiro aumento nas poupanças das famílias.

Gráfico 26 - Depósitos por maturidade



Fonte: BCSTP

3.5.3. Crédito bancário

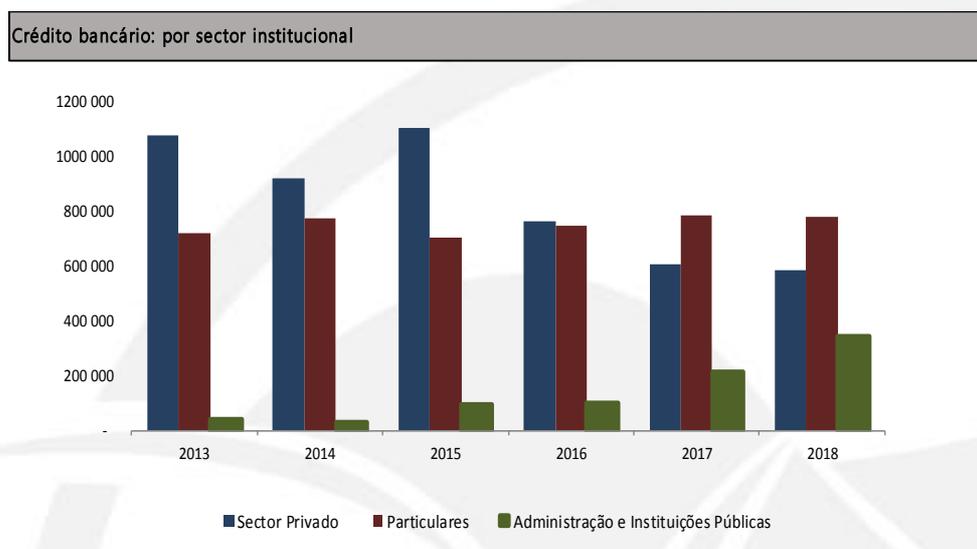
No ano em referência, o crédito bancário⁹ incrementou 6%, em contraste com a média negativa de 1,7% dos três últimos anos. Este aumento resulta essencialmente do incremento do crédito concedido à Administração e Instituições Públicas em 3,2% dos activos totais, não obstante a redução do crédito concedido aos Particulares e Instituições Privadas em 0,5% e 0,2% dos activos totais.

Os créditos aos particulares reduziram 1,1%. Esta evolução está abaixo da média positiva de 0,75% dos últimos anos, tendo este seguimento reduzido o seu peso na carteira de crédito em 3,3 p.p., situando-se em 45,7%. Entretanto mantiveram-se como

⁹ Crédito bancário consiste em crédito bruto de instituições bancárias que operam no mercado

o principal segmento da carteira. Os créditos às Instituições Privadas reduziram 3,6%, tendo mantido a tendência de redução dos últimos anos, em média de 10,5%. Os créditos direccionados às Instituições e Administração Públicas continuaram a evoluir positivamente nos últimos anos com um incremento de 59%, na senda da evolução do mercado interno de dívida.

Gráfico 27 - Crédito por sector institucional

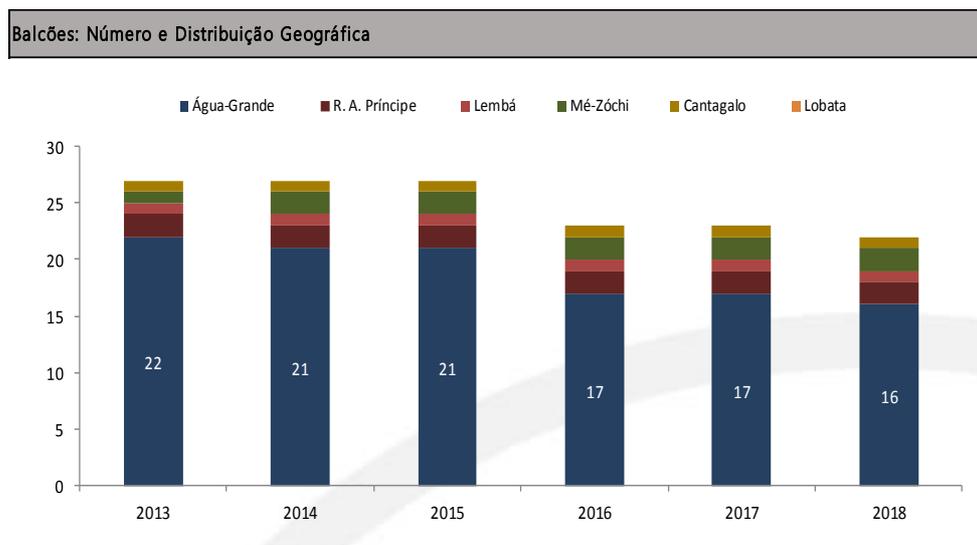


Fonte: BCSTP

3.5.4. Estrutura e Concentração

No ano em referência, a estrutura do sistema financeiro alterou como resultado da resolução do antigo Banco Privado São Tomé e Príncipe (BPSTP) em Junho 2018, a segunda resolução nos últimos três anos, após a resolução do Ex Banco Equador em 2016. Consequentemente, o sistema bancário passou a comportar cinco (05) instituições bancárias.

Gráfico 28 - Distribuição geográfica dos balcões dos bancos



Fonte: BCSTP

As instituições bancárias acima referidas possuem uma rede de vinte (20) agências, distribuídas por cinco dos sete distritos do país, com excepção de Caué e Lobata. Todavia, desde de 2017 esses dois distritos estão cobertos pela rede de ATM e POS. De referir que existe actualmente um total de 31 ATM e 138 POS, distribuídas por todos os distritos do país. Porém, os canais de prestação de serviços bancários continuam excessivamente concentrados no Distrito de Água-Grande, com representação de cerca de 80% do mercado.

Tabela 3 - Número de ATM e POS

	2016	2017	2018
ATM	27	32	31
POS	91	105	138

Fonte BCSTP

Os níveis de concentração dos activos, e na captação de depósitos no sistema bancário nacional aumentaram de acordo ao Índice de Hirshman e Herfindahl (IHH), ver tabela

4. Esta evolução resulta essencialmente da redução do número de instituições no mercado e o incremento acentuado destas rubricas na maior instituição bancária.

Tabela 4 - Hirshman e Herfindahl (IHH) Concentração de Crédito, Activos e Depósitos

<i>IHH4</i>	<i>2013</i>	<i>2014</i>	<i>2015</i>	<i>2016</i>	<i>2017</i>	<i>2018</i>
<i>Crédito concedido</i>	2.982	3.209	2.854	3.418	3.653	4.331
<i>Crédito por sector económico</i>	2.173	2.095	2.060	2.151	2.215	2.449
<i>Activos totais</i>	2.729	2.949	2.910	3.310	3.889	4.448
<i>Depósitos totais</i>	4.972	5.158	4.361	5.476	5.378	5.690

Fonte BCSTP

O crédito bancário está, de igual modo, altamente concentrado, desta feita, em duas maiores instituições. Na análise por sector económico, destacam-se os sectores de construção e consumo que representam 36% e 23% da carteira de crédito, particularmente. A exposição ao sector de construção e habitação que passou a representar 14,9% dos activos totais no ano em referência registou um crescimento de 3,9 p.p. face ano de 2013, sendo que, 3 das 5 instituições apresentam elevados níveis de exposição ao sector de habitação e construção (ver tabela 5).

A exposição ajustada¹⁰ às Instituições e Administração Públicas manteve a tendência crescente passando a representar 18,4% dos activos, um incremento de 17,4% face ao ano 2013, com destaque para duas instituições com licença de banca comercial e de investimento.

¹⁰ Incluindo créditos e títulos

Tabela 5 - Distribuição de frequência exposição ao sector de habitação/construção em relação a carteira

	<i>< 5%</i>	<i>5% - 20%</i>	<i>20% - 45%</i>	<i>> 50%</i>
<i>2018</i>	2	0	2	1

Fonte BCSTP

3.5.5. Qualidade da Carteira

Durante o ano em referência, o rácio de crédito mal parado¹¹ (CMP) manteve-se praticamente inalterado quando comparado com o ano anterior, situando-se em 24,6% contra 24,9% do ano transacto. Todavia, os níveis mantiveram-se muito acima dos níveis preconizados pela estratégia de redução de CMP, de 9%. O rácio de cobertura de CMP diminuiu 2 p.p. face ao final de 2017, situando-se em 86%, mantendo-se, contudo, acima da média de 82% dos últimos anos.

O rácio de crédito em risco¹² manteve-se inalterado, situando-se em 32,9%. Contudo, o rácio de incumprimento em novas operações de crédito aumentou 2 p.p., comparativamente ao período homólogo, situando-se em 8,5%. De se referir que, apesar deste aumento, este rácio manteve-se muito abaixo dos níveis observados nos anos precedentes ao do ano de 2015. Esta evolução resulta em parte, de uma supervisão mais intensiva que obrigou as instituições a efectuarem uma gestão mais rigorosa do risco de crédito. Contribuiu, igualmente, para esta estabilidade, as melhorias efectuadas na Central de Risco Crédito (CRC) e maior monitoramento pelo BCSTP dos dados reportados à CRC.

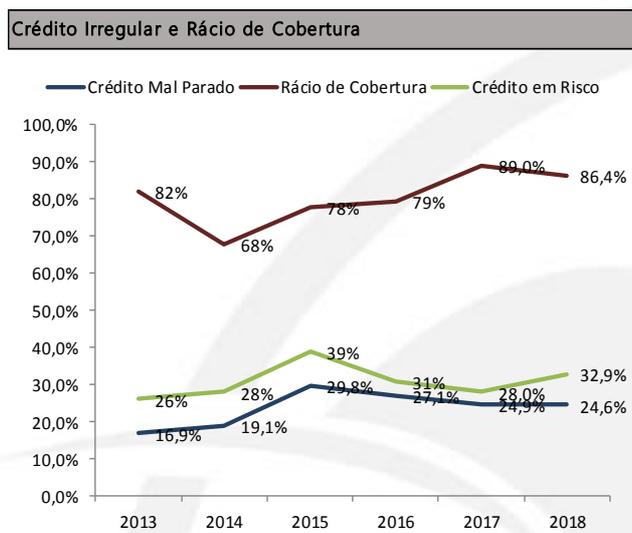
O Stock de crédito irregular aumentou 4,8% no período em referência. Esta evolução resultou essencialmente do incremento do incumprimento nos sectores de comércio,

¹¹ Crédito Mal Parado está definido nos termos da NAP 07/2007 "Identificação e Classificação de Activos e Provisões".

¹² O rácio de crédito em risco corresponde ao crédito com pelo menos uma prestação em atraso.

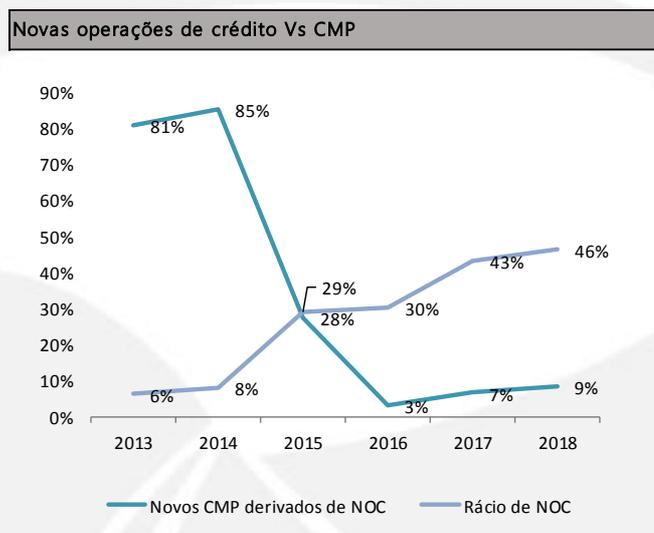
indústria e consumo, contribuição de 2,2%, 1,1% e 0,5% dos activos totais. Contudo, a evolução da carteira regular se sobrepôs a evolução do crédito irregular com um incremento de 6,4%. Importa referir que a redução do rácio de CMP resulta essencialmente do incremento da carteira de crédito regular e resolução do antigo Banco Privado.

Gráfico 29 - Rácio de Crédito Mal Parado



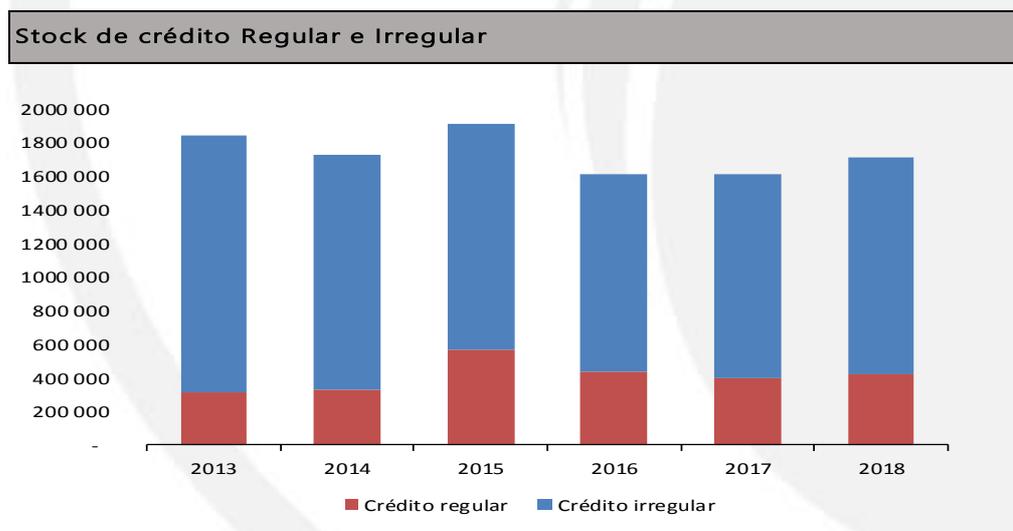
Fonte: BCSTP

Gráfico 30 - CMP em novas Operações de Crédito



Fonte: BCSTP

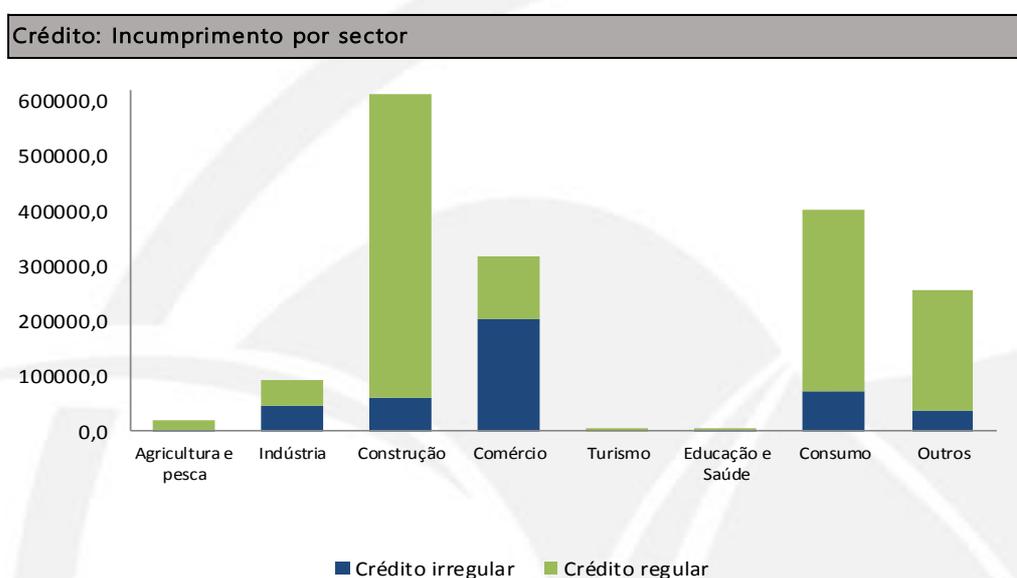
Gráfico 31 - Crédito Irregular e Regular



Fonte: BCSTP

Na análise por sector económico, os sectores de comércio, indústria e consumo apresentam elevados níveis de incumprimento na medida em que cerca de 64,4%, 47,9% e 18% dessas carteiras encontram-se em incumprimento. Em contraste, os sectores de turismo, educação, saúde, agricultura e pesca apresentam níveis de incumprimento mais baixos. Com efeito, o rácio de CMP destes sectores está abaixo do definido pela estratégia de redução de CMP. O incumprimento no sector de construção evoluiu negativamente, com um incremento de 0,7 p.p., situando-se em 9,7%.

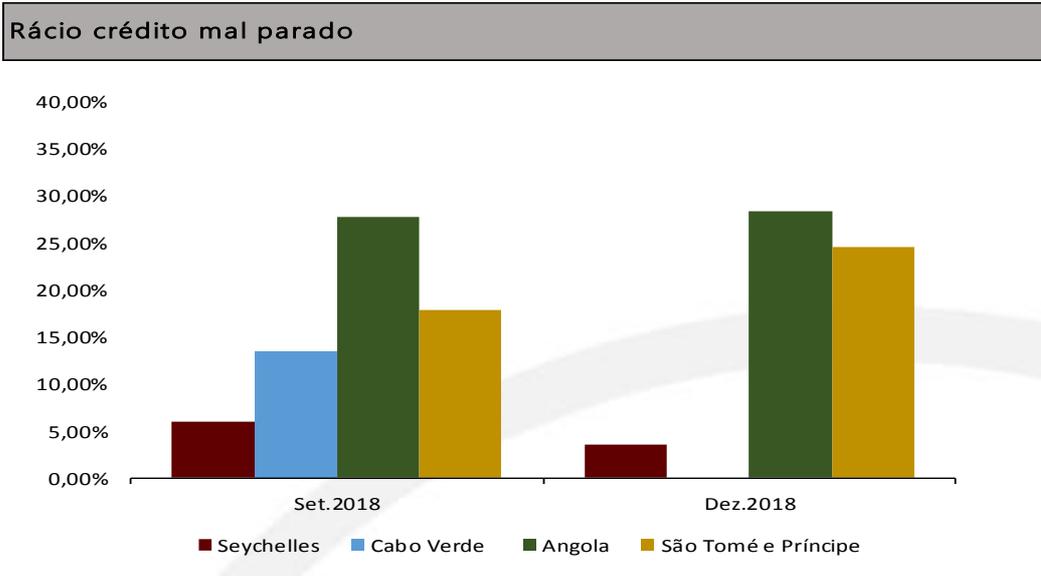
Gráfico 32 - Crédito em Incumprimento por sector



Fonte: BCSTP

Uma análise comparativa com os países Africanos permitiu-nos verificar que apesar do rácio de CMP nacional estar abaixo de um dos países seleccionados, os níveis de incumprimento em São Tomé e Príncipe mantêm-se muito elevado.

Gráfico 33 - Rácio de CMP comparação Internacional



Fonte: Angola - <http://www.bna.ao/uploads/%7B5d944511-1729-4fbd-ad83-018326e24be6%7D.pdf>

Cabo Verde - <http://www.bcv.cv/vPT/Supervisao/sectorbancario/Paginas/Informa%C3%A7%C3%B5esEstat%C3%ADsticaseFinanceirasdeBancos.aspx>

Seychelles - <http://www.cbs.sc/Statistics/StatisticsData.html>

S. Tomé e Príncipe - BCSTP

3.5.6. Liquidez e rácio de transformação

Em contraste com o ano 2017, o rácio de liquidez aumentou 5,4 p.p., posicionando-se em 63,3%, resultado em parte, do aumento das disponibilidades imediatas acima referida. Apesar deste aumento, o sistema no seu todo apresenta-se excedentário, visto que este rácio manteve-se muito acima dos mínimos exigidos (20%) pela NAP 04/2007 “Norma Sobre Liquidez Bancária”, Entretanto, não obstante as responsabilidades a vista serem aparentemente estáveis, importa enfatizar os riscos inerentes ao incremento dos Gaps de liquidez que continuaram a apresentar valores negativos, num contexto em que a concessão de crédito é de médio à longo prazo e as responsabilidades são sobretudo, de curto prazo.

Gráfico 34 - Rácio de Liquidez

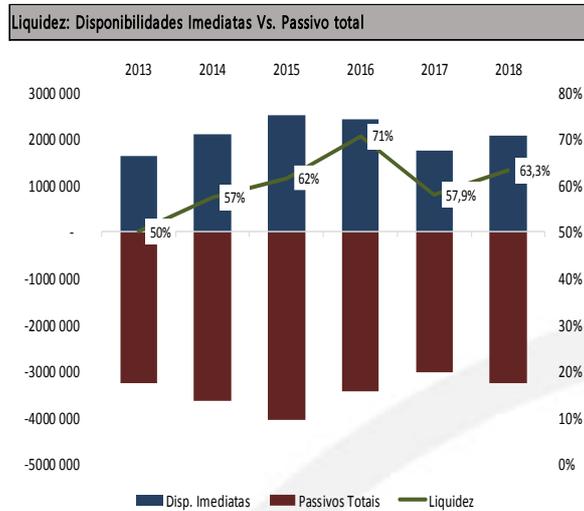
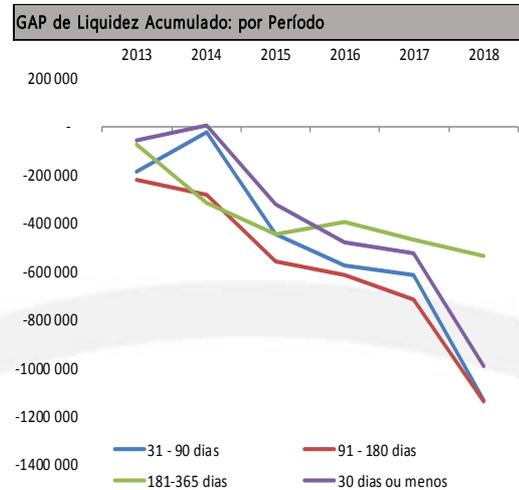


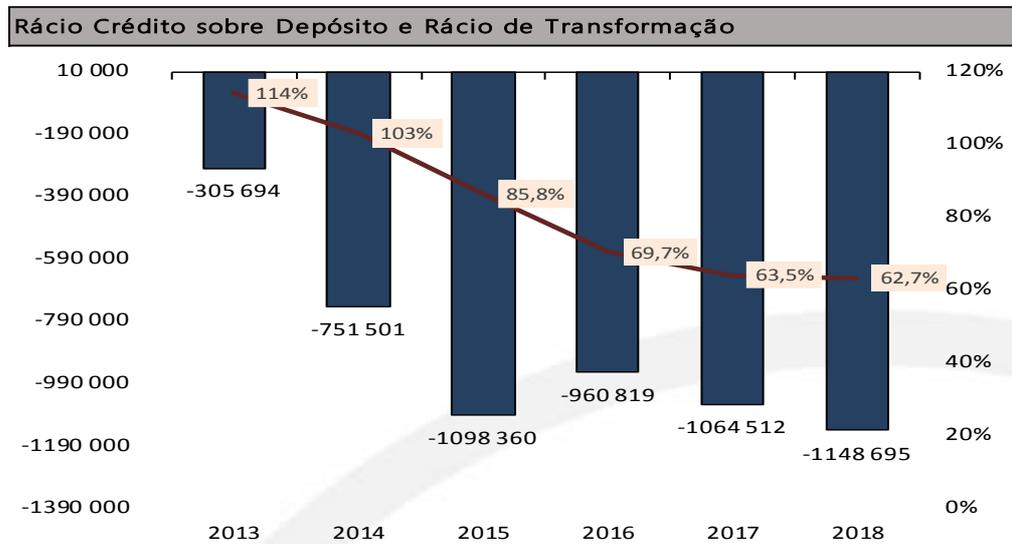
Gráfico 35 - Gaps de Liquidez



No ano em referência, os níveis de intermediação mantiveram-se baixos, o rácio de transformação situou-se em 59,8% valor semelhante ao do ano transato, mantendo-se a tendência de redução dos últimos seis anos. Tal comportamento resulta essencialmente, do incremento dos depósitos que se sobrepôs uma vez mais à evolução dos créditos. Com efeito, a Gap comercial¹³ aumentou, posicionando-se no ano em referência em cerca de Db 1.149 milhões.

¹³ Gap Comercial - diferença entre os créditos e os depósitos

Gráfico 36 - Rácio de Transformação e GAP Comercial



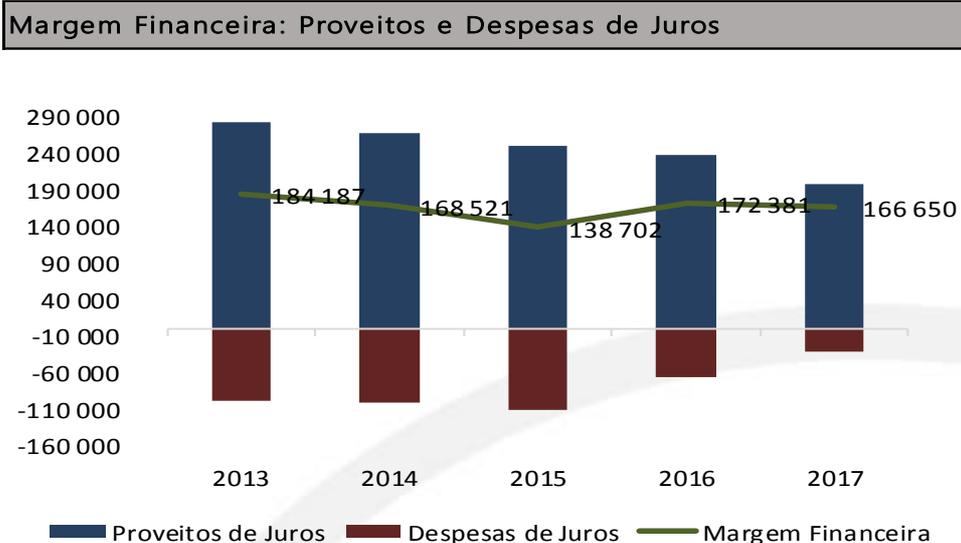
Fonte: BCSTP

3.5.7. Rendibilidade

Em Dezembro de 2018, contrariamente ao ano anterior, a margem financeira¹⁴ aumentou 12%, posicionando-se em 186 milhões de Dobras. Contribuiu para esta evolução a redução das despesas de Juro em 0,3% e o incremento dos proveitos de juro em 0,2%. As despesas de juro reduziram, não obstante o incremento das responsabilidades a prazo acima citadas, demonstrando assim uma contracção da taxa média de remuneração dos depósitos à prazo e das poupanças. Em contraste, a margem complementar reduziu 10%, situando-se em 177 milhões de Dobras, como resultado da redução de outras receitas operacionais em 0,6%.

¹⁴ A margem financeira é a diferença entre os proveitos e despesas de Juro.

Gráfico 37 - Margem financeira



Fonte: BCSTP

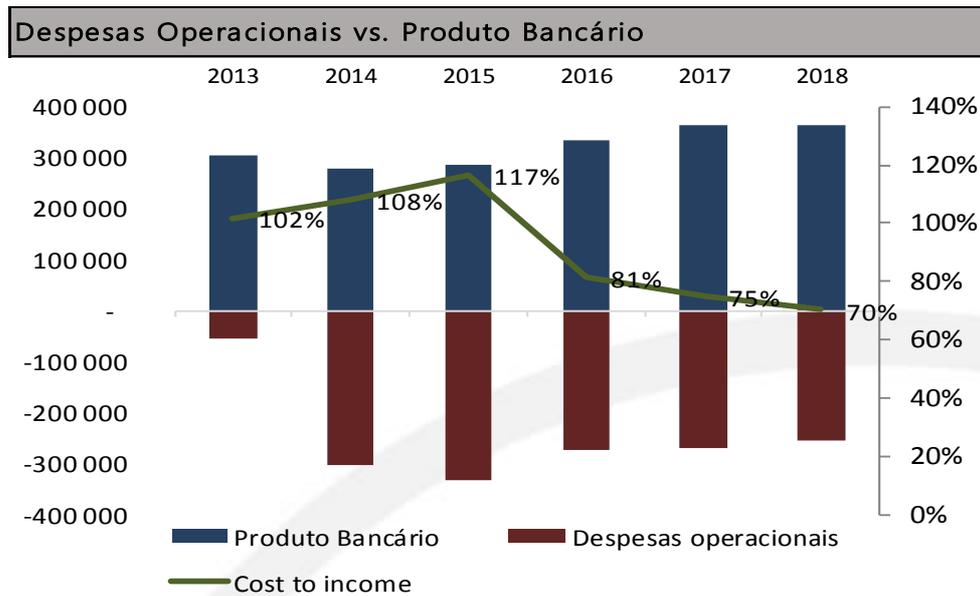
A eficiência do sistema financeiro aumentou, resultado da redução do rácio de *Cost to Income*¹⁵ em 5 p.p., passando a situar-se em 70%. Esta evolução deveu-se principalmente à diminuição das despesas operacionais em 5,9 p.p. De se realçar igualmente, que se verificou a redução em todas as rubricas das despesas operacionais, resultante essencialmente, do processo de resolução do antigo BPSTP.

Os custos com pessoal reduziram em 1,9%, em contraste com o incremento médio 0,9% nos últimos anos, tendo resultado em parte, como consequência da resolução do antigo BPSTP com a redução do número de funcionários bancários que se situou no ano em referência em 272 colaboradores. De salientar que, apesar da redução acima citada os custos médios com pessoal¹⁶ aumentaram em 6%, estando o mesmo abaixo da média de 9% dos últimos anos.

¹⁵ Cost to Income - Rácio de relação entre as despesas operacionais e o produto bancário.

¹⁶ Custo médio com pessoal – Rácio de relação entre o custo com pessoal e número total de colaboradores de instituições bancárias.

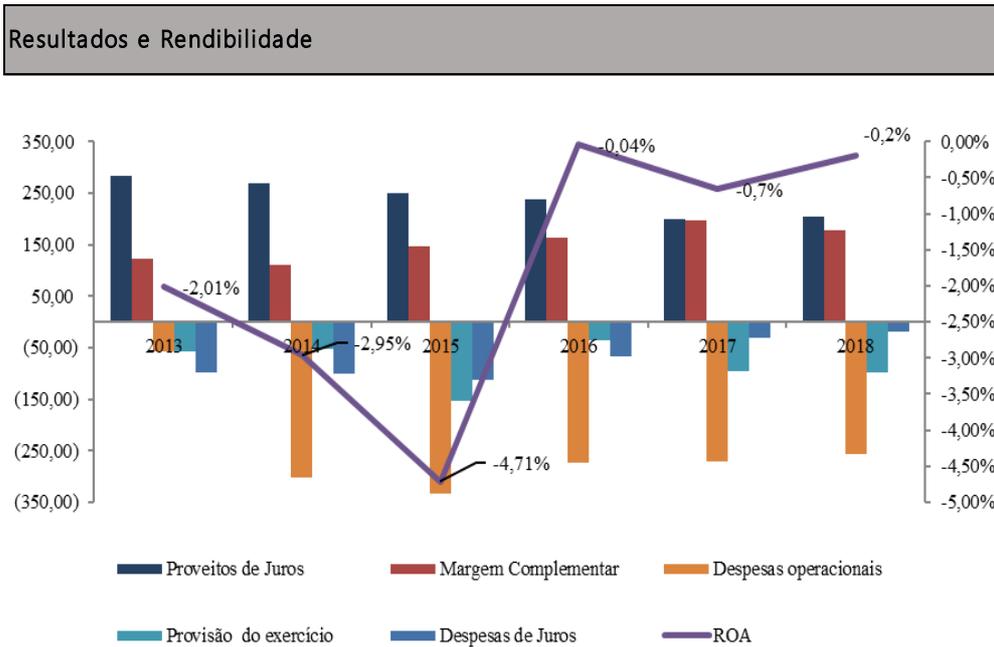
Gráfico 38 - Custos e Proveitos



Fonte: BCSTP

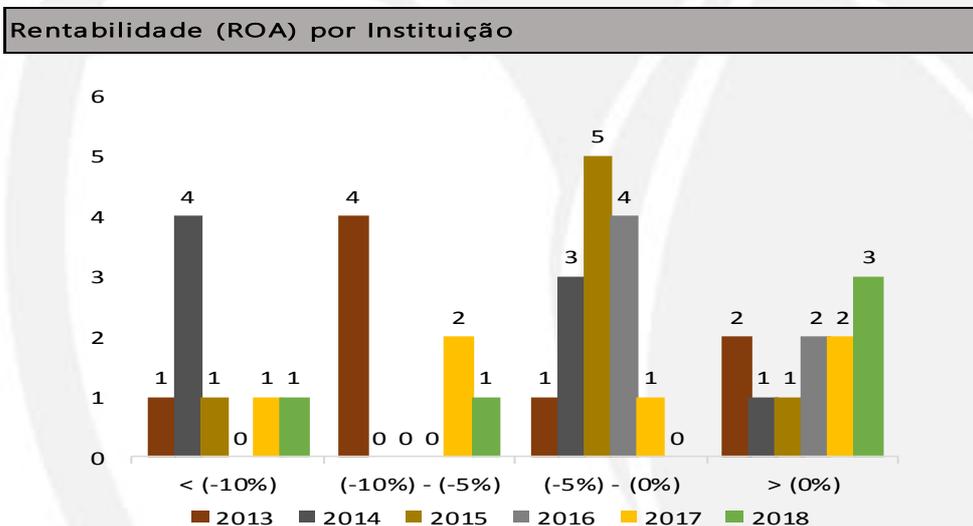
A rentabilidade do período em estudo definida pelo retorno sobre os activos após o imposto (ROA) manteve-se negativa, situando-se em -0,2%. Contudo, este rácio evoluiu positivamente em 0,5 p.p.. A rentabilidade negativa, resultou sobretudo, da baixa qualidade da carteira de crédito que se traduziu na necessidade de constituição de provisões específicas. Por sua vez, apesar de se verificar uma evolução positiva no retorno sobre o património líquido (ROE) em 1,8 p.p., o mesmo ainda permanece negativo em -0,9%. Na análise por instituição, o ROA da maioria das instituições bancárias evoluiu positivamente, com efeito, 3 das 5 instituições apresentaram resultados positivos.

Gráfico 39 - Resultados e rentabilidade



Fonte: BCSTP

Gráfico 40 Distribuição de frequência para rentabilidade



Fonte: BCSTP

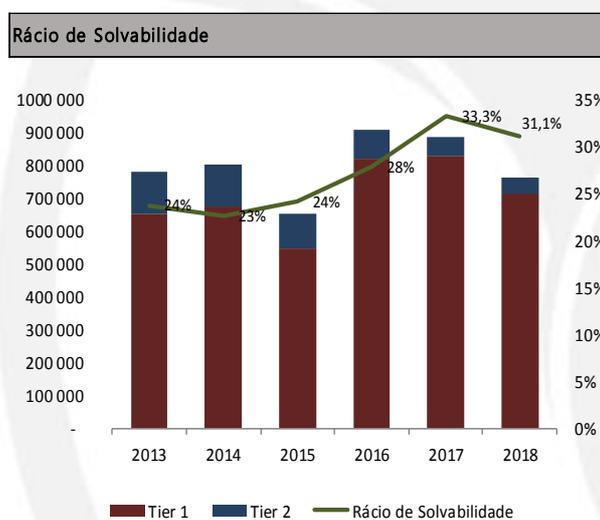
3.5.8. Solvabilidade

No período em referência, os Fundos Próprios Qualificados reduziram 14%. Contribuíram para esta evolução a redução dos Fundos Próprios de Base e

Complementares em 3% e 0,2% respectivamente dos activos totais. Os activos ponderados pelo risco reduziram 8%, tendo em conta a diminuição do risco de mercado em 4,4%. As evoluções citadas resultam, essencialmente, da saída de uma instituição bancária no sistema e da redução da exposição ao risco cambial nas duas maiores instituições.

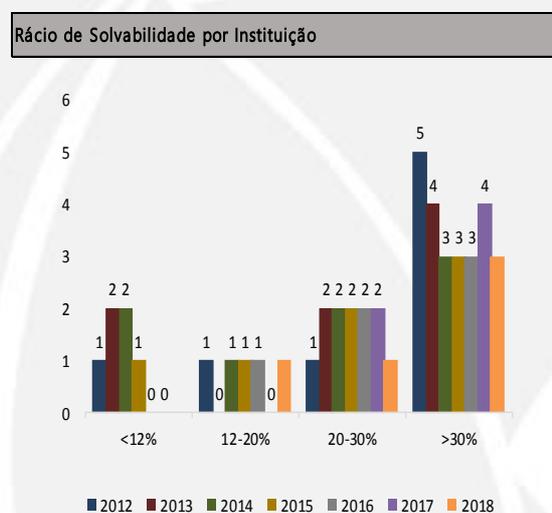
O rácio de solvabilidade¹⁷ do sistema bancário diminuiu 2,3 p.p. comparativamente ao observado no final do ano anterior e fixou-se em 31%. De se realçar também a diminuição do rácio de Fundos Próprios Base (Tier 1) em 2,1 p.p., que situou-se em 29%. Na análise por instituição, a distribuição do rácio de solvabilidade revelou uma menor heterogeneidade face ao ano transacto. Com efeito, 4 das 5 instituições apresentaram o rácio de solvabilidade acima dos 20%, ou seja, muito acima dos 12% mínimos exigidos.

Gráfico 41 - Adequação de Fundos Próprios



Fonte: BCSTP

Gráfico 42 - Adequação de Fundos Próprios por Instituição



Fonte: BCSTP

¹⁷ Rácio de solvabilidade definida nos termos da NAP 10/2007 “Norma Sobre Adequação de Fundos Próprios e Rácio de Solvabilidade”, mínimos exigidos pela NAP 12%.

3.6. Seguros

3.6.1. Introdução

O mercado segurador santomense foi reactivado em 2001 e conta actualmente com duas empresas seguradoras, ambas com capital de origem estrangeira. Existe grande concentração neste mercado, na medida em que uma das empresas controla mais de oitenta porcentos do mercado, denotando pouca competitividade no sector.

Em termos de negócios, é feita a exploração tanto do ramo Vida, como do ramo não Vida e o sector tem se sentido afetado com o fraco dinamismo verificado na economia local. O ramo Vida registou um grande nível de abrandamento no seu crescimento enquanto que nos ramos Gerais, se verificou uma contracção na produção.

Por conseguinte, o sector segurador continua com uma participação exígua na produção interna bruta do país (0,6%), sugerindo a existência de uma grande margem para expansão do sector.

A produção do sector segurador, já não se apresenta tão dependente do seguro Automóvel, que já chegou a representar mais que a metade da produção deste sector.

3.6.2. Evolução da Actividade Seguradora

Em Dezembro de 2018, registou-se uma quebra no volume de negócios do sector segurador, confirmando a tendência decrescente verificada nos últimos dois anos, efeito da persistência do período delicado em que atravessa o sistema financeiro e a economia nacional. No final do exercício de 2018, os prémios brutos contabilizaram-se em 47,99 milhões de Dobras, correspondendo a uma diminuição de 4% comparativamente ao período homólogo anterior.

Tabela 6 - Evolução da Actividade Seguradora

	2014	2015	2016	2017	2018	VAR.18/17
TOTAL	43,9	50,9	50,9	49,98	47,99	-4%
RAMO VIDA	1,7	4,6	5,4	5,89	5,99	2%
RAMO NÃO VIDA	42,2	46,3	45,5	44,09	41,99	-5%

Fonte: BCSTP

O ramo **Não Vida** com uma produção de 41,99 milhões de Dobras, registou uma quebra de 5% provocada principalmente pelas diminuições de prémios nas modalidades de seguro Responsabilidade Civil Geral (-26%) e incêndio e outros Danos (-11%).

De acordo com a tabela nº6, a evolução do ramo **Não Vida** que vinha sendo favorável, começa a espelhar dificuldades a partir do exercício de 2016. De salientar que de 2015 a 2018, registou-se reduções graduais ao nível da produção do ramo **Não Vida**.

Referindo-se especificamente ao seguro Automóvel que é o produto com maior contributo na produção das seguradoras locais, no exercício de 2018, verificou-se uma espécie de início de recuperação, na medida em que a arrecadação de prémios aumentou 5% contrariando a redução de 31% ocorrida no período homólogo anterior.

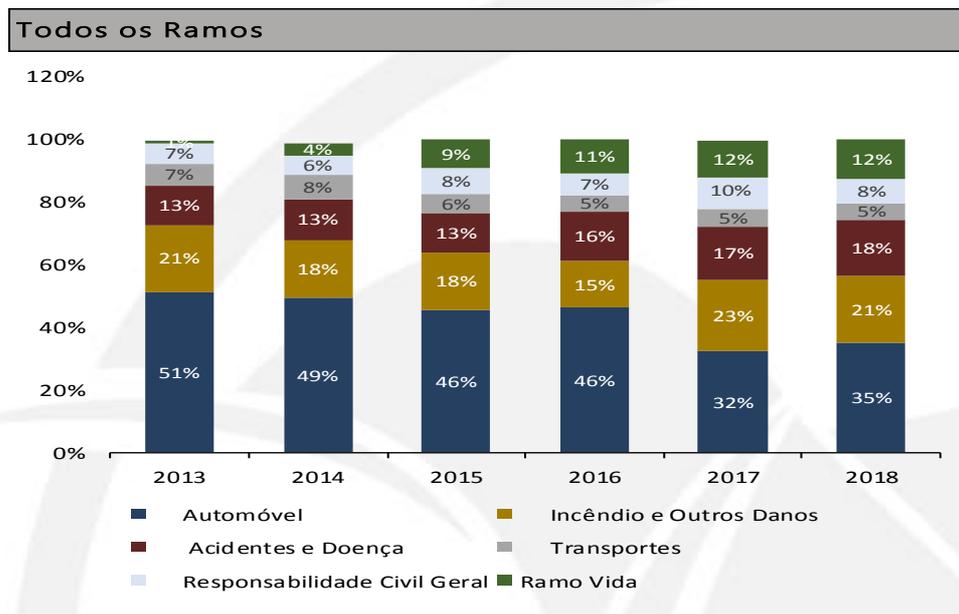
Concernente ao ramo **Vida**, desde 2015 que se tem verificado abrandamentos graduais da produção. Em Dezembro de 2018, os prémios inerentes ao ramo **Vida**, contabilizaram-se em 5,99 milhões de dobras correspondendo a um aumento de apenas 2%.

A exploração do referido ramo começou em 2013 e os dois primeiros exercícios que se seguiram foram notáveis, com taxas de crescimentos exponenciais, típicas dum início de exploração de um novo produto. Contudo, as fragilidades do sistema financeiros realçadas pelas dificuldades económicas sentidas nos últimos anos, marcaram de forma inexorável o abrandamento do crescimento do ramo **Vida**.

3.6.2.1 Estrutura da Carteira

No que respeita a composição da carteira de prémios, em 2018 tornou-se mais evidente a diminuição da concentração da carteira e a perda da hegemonia do seguro Automóvel, explicável não só pelo surgimento do ramo Vida, como também pela quebra significativa verificada no seguro Automóvel em 2017.

Gráfico 43 - Estrutura da Carteira – Todos os Ramos

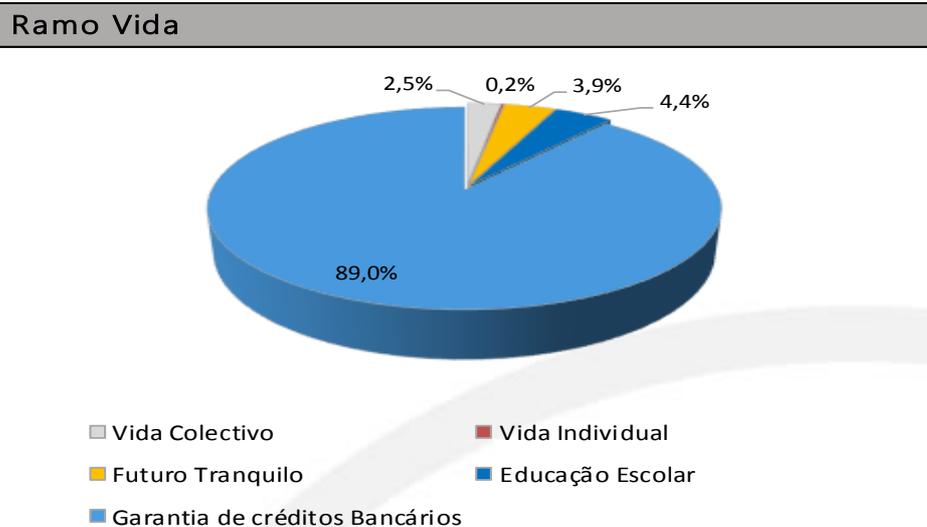


Fonte: BCSTP

Pese embora a diminuição do seu peso na estrutura da carteira, o seguro Automóvel continua na primeira posição, com um contributo de 35% na produção, seguido do seguro incêndio e outros Danos com 21% dos prémios processados, respectivamente.

Relativamente a análise da estrutura da carteira do ramo **Vida**, se verifica uma concentração considerável no seguro de garantia de créditos bancários, como espelha o gráfico nº45 abaixo referenciado.

Gráfico 44 - Estrutura da carteira – Ramo Vida



Fonte: BCSTP

3.6.2.2 Sinistralidade

O exercício de 2018 fechou com um custo com sinistro contabilizado em 11,63 milhões de dobras, correspondendo a uma diminuição de 10% relativo ao período homólogo anterior. Neste mesmo período, verificou-se uma diminuição das indemnizações pagas, principalmente nas modalidades de seguro de Incêndio e outros Danos, e seguro Automóvel.

As indemnizações pagas pelas seguradoras no período em análise baixaram a 10,50 milhões de dobras contra os 11,10 milhões do ano anterior.

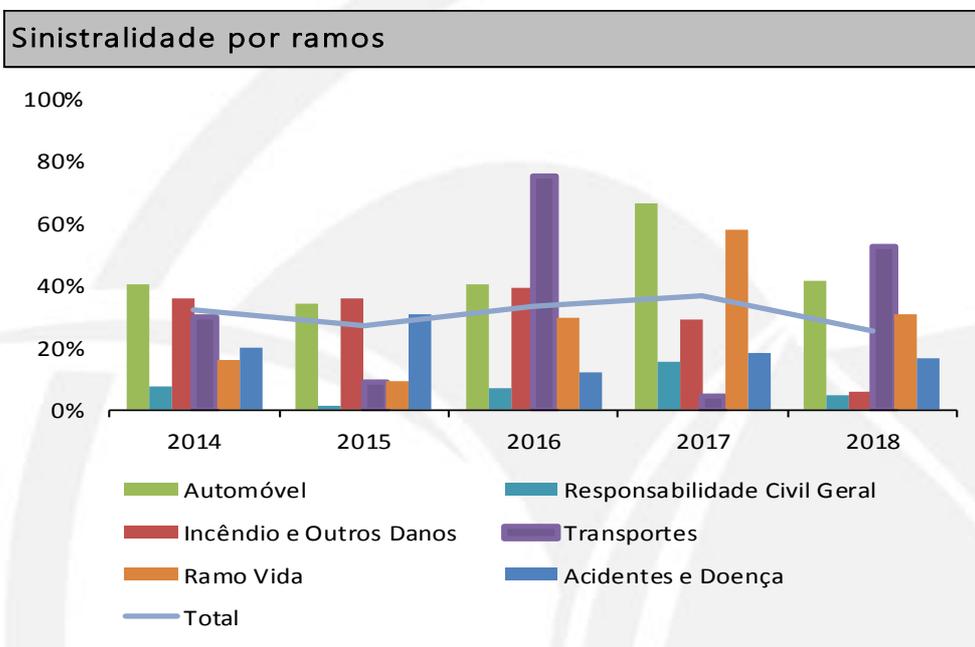
Tabela 7 - Indemnizações Pagas (milhões de Dobras)

	2014	2015	2016	2017	2018	VAR.18/17
ACID. E DOENÇA	0,90	1,27	0,62	1,03	1,31	27%
INCÊNDIO E OUT.	2,09	0,85	0,63	2,46	0,52	-79%
AUTOMÓVEL	5,53	4,44	5,39	6,47	5,42	-16%
TRANSPORTES M.	0,82	0,18	1,63	0,02	1,30	6579%
RESP.CIVIL	0,17	0,01	0,04	0,23	0,17	-25%
RAMO VIDA	0,1	0,3	9,1	0,9	1,73	89%
TOTAL	9,6	7,0	9,14	11,1	10,50	-6%

Relativamente a sinistralidade, no período em análise registou-se uma taxa de 25%, tendo caído 12 p.p. comparativamente ao ano transato, situando-se assim, abaixo da média da taxa de sinistralidade dos últimos cinco anos.

Esta redução resulta da combinação de duas variáveis, nomeadamente, a redução dos custos com sinistros e a diminuição da variação de provisões que por sinal concorreram para o aumento dos prémios adquiridos.

Gráfico 45 - Sinistralidade por Ramos de Actividade



Fonte: BCSTP

Analisando a sinistralidade por ramos, destaca-se o seguro Incêndio e outros Danos com uma taxa de sinistralidade de 6% contra os 29% do ano anterior. Depois de registar taxas acima da média do sistema por três anos consecutivos, este ramo baixou consideravelmente o nível de sinistralidade em 2018.

3.6.3. Situação Financeira e Patrimonial

3.6.3.1. Activo

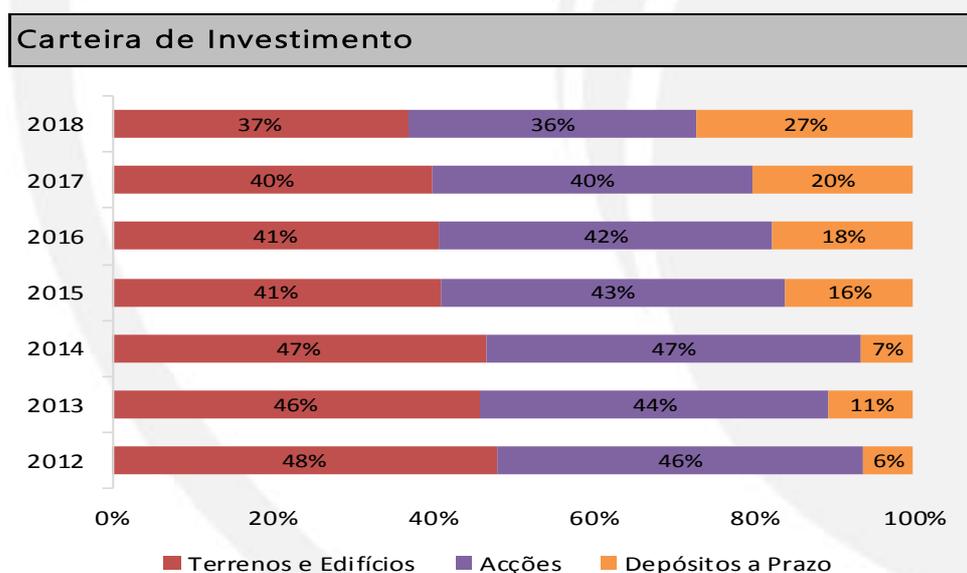
Em Dezembro de 2018, os activos das seguradoras autorizadas a operar no mercado santomense ascenderam a 124,74 milhões de dobras, contra os 115,72 milhões do período homólogo anterior. Após a desaceleração verificada nos últimos dois anos, os activos registaram um aumento de 8%, contra 1% do ano 2017.

Os activos das empresas seguradoras estão compostos essencialmente por investimentos e prémios em cobrança.

3.6.3.1.1. Investimento

As seguradoras encerraram o exercício 2018 com investimentos que se contabilizavam em 86,82 milhões de dobras, contra os 78,46 milhões do ano anterior, correspondendo a um aumento de 11%. Estes investimentos estão compostos, por terreno e edifício, títulos de rendimento variável e depósitos a prazos.

Gráfico 46 - Estrutura da carteira de investimentos



Fonte: BCSTP

O aumento de investimentos em 2018 deveu-se a elevação do nível dos depósitos a prazo das seguradoras na ordem de 50% face ao ano anterior. Do ponto de vista monetário, os depósitos à prazo do sector ascenderam a 23,80 milhões de Dobras, passando a representar 27% dos investimentos. De salientar que houve um incremento significativo na parte mais líquida dos investimentos.

3.6.3.2. Passivo

O passivo das seguradoras ascendeu a 49,53 milhões de Dobras em 2018, correspondendo a um aumento de 12% relativo ao ano anterior. A variação ascendente deveu-se ao incremento da rubrica credores, tendo em conta que, ao nível global, as provisões técnicas registaram variações marginais.

3.6.3.2.1. Provisões Técnicas

Em Dezembro de 2018, as provisões técnicas se contabilizavam em 16,70 milhões de Dobras. Ao nível geral, verificou-se uma relativa estabilidade desta rubrica, uma vez que a variação registada foi de apenas -0,5%.

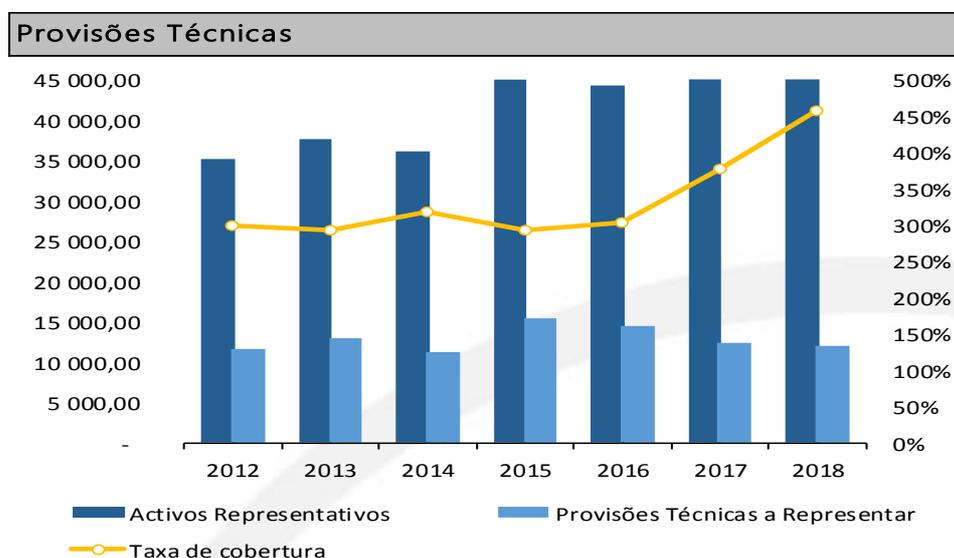
Analisando em separado as provisões que compõem as provisões técnicas, destaca-se as provisões para sinistros com uma redução de 33%, comparativamente ao ano anterior.

As provisões matemáticas cresceram em 9%, cifrando-se em 4,71 milhões, contra os 4,32 milhões de Dobras do ano transato.

As provisões técnicas de ramos Gerais, contabilizaram-se em 12,00 milhões de Dobras, correspondendo a uma redução de 4% relativo ao ano anterior.

Concernente aos activos afetos à representação das provisões técnicas dos ramos gerais, as seguradoras encerraram o exercício 2018, com um montante de 55,00 milhões de Dobras, atingindo um rácio de cobertura de 458%.

Gráfico 47 – Representação das Provisões Técnicas



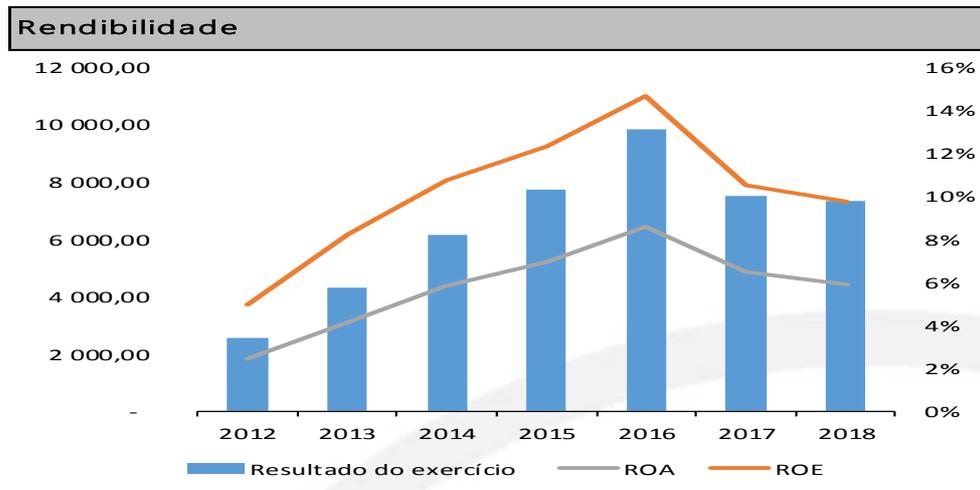
Fonte: BCSTP

O aumento em 17% dos activos representativos, impulsionado pelo incremento dos depósitos ao prazo na ordem de 7,95 milhões de dobras e coadjuvado com a estabilização do nível das provisões técnicas a representar, resultou numa maior consolidação da taxa de cobertura das provisões técnicas.

3.6.3.3. Capital Próprio

Em Dezembro de 2018, o capital próprio das empresas seguradoras ascendeu a 75,21 milhões de Dobras, correspondendo a um aumento de 5% relativo ao exercício anterior. O incremento do valor líquido do património das seguradoras deveu-se aos bons resultados registados nos últimos anos, que possibilitou o aumento das reservas.

Gráfico 48 - Rácios de Rendibilidade



Fonte: BCSTP

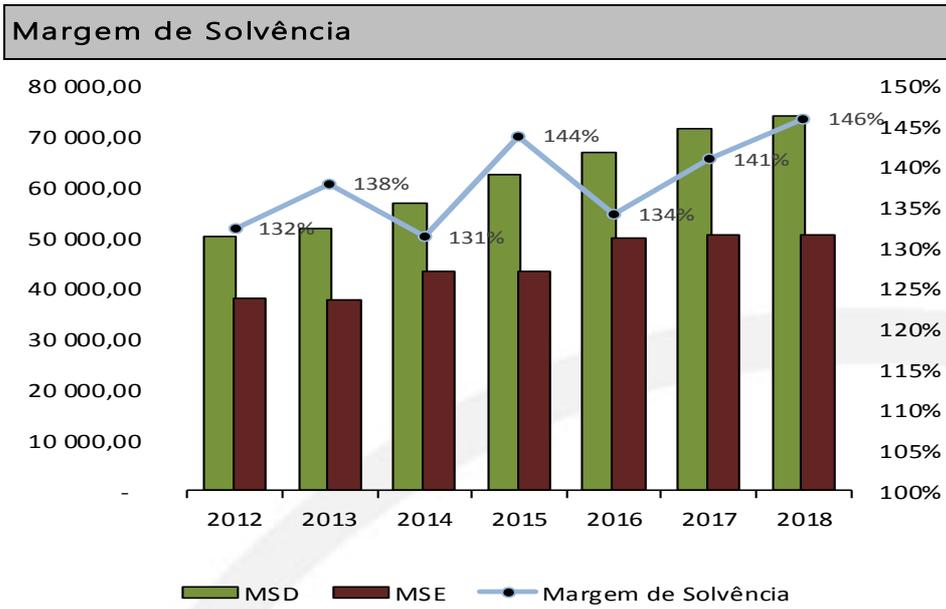
O resultado do exercício em análise contabilizou-se em 7,35 milhões de Dobras, situando-se 2% abaixo do exercício anterior. Contudo, este registo se enquadra dentro da média de resultados obtidos nos últimos quatro anos.

De acordo com o gráfico nº 49, as empresas seguradoras registaram rentabilidade positiva, com os accionistas, a garantirem taxa de retorno ligeiramente acima da inflação, ou seja 10%.

3.6.3.3.1. Solvabilidade

No que tange a solvabilidade das seguradoras, os elementos que constituem a margem de solvência se avaliavam em 74,03 milhões de Dobras face a um valor exigível de 50,69 milhões, gerando um rácio de cobertura de 146%.

Gráfico 49 - Margem de Solvência



Fonte: BCSTP

Anexos Estatísticos

Anexo I - Balanço Monetário do Banco Central de São Tomé e Príncipe

	<i>Saldos em fim de período (Milhões nDb)</i>			
	dez/15	dez/16	dez/17	dez/18
ACTIVO EXTERNO (LÍQUIDO)	1 903,82	1 775,40	1 474,28	1 419,10
Reservas Internacionais Líquidas ¹	1 744,38	1 607,42	1 284,27	1 184,41
Ativos Externos	2 240,43	2 143,54	1 839,80	1 800,15
Reservas Oficiais	1 861,22	1 751,85	1 442,21	1 354,25
Outros Activos Externos	379,22	391,69	397,59	445,90
Passivos Externos	-336,61	-368,14	-365,52	-381,05
Passivos Externos De Curto Prazo	-116,84	-144,43	-157,94	-169,84
Outros Passivos Externos	0,01	0,00	0,00	0,00
Alocações em Direito Especial de Saque	-219,79	-223,71	-207,58	-211,22
ACTIVO INTERNO (LÍQUIDO)	-341,97	-135,07	9,30	76,67
Crédito Interno Líquido	109,82	259,10	172,34	133,38
Credito a outras Sociedades de Deposito	128,41	197,51	194,58	194,58
Crédito líquido a Administração Central	-133,17	-69,00	-157,30	-200,64
Crédito a Administração Central	246,61	445,75	259,68	309,89
<i>dos quais: uso de Direito Especial de Saque</i>	219,79	223,71	207,58	211,22
Passivos Face a Administração Central	-379,78	-514,75	-416,98	-510,53
Depósitos Administração Central	-11,38	-14,07	-23,08	-7,36
<i>dos quais: Bilhetes de Tesouro</i>	0,00	0,00	2,00	27,00
Recursos De Contrapartida	-120,25	-81,57	-60,03	-64,67
Depósito em Moeda Estrangeira	-249,00	-399,94	-315,55	-425,51
Outros depósitos Administração Central	0,85	-19,18	-18,33	-12,99
Crédito a Economia	114,58	130,59	135,07	139,45
Outros Ativos (líquido)	-451,80	-394,18	-163,04	-56,72
Passivos Monetários	1 561,85	1 640,32	1 483,58	1 495,77
Base Monetária	1 561,85	1 640,32	1 483,58	1 495,77
Circulação Monetária	315,30	308,59	324,03	392,57
Reservas Bancárias ²	1 246,55	1 331,73	1 159,55	1 103,20
Reservas Bancárias Moeda Nacional	980,39	1 182,94	1 012,68	946,59
Reservas Bancárias Moeda Estrangeira	266,16	148,79	146,87	156,61
Memorando:				
Reservas Internacionais (milhões de dólares)	83,00	74,74	70,25	63,31
(dos quais):				
Conta de Petróleo (milhões de dólares)	10,26	11,54	11,30	19,58
Reservas Bancárias (milhões de dólares)	11,87	6,35	7,15	7,32
Depósito de Garantia (milhões de dólares)	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas Internacionais Líquidas ¹ (Milhões de dólares)	56,36	49,68	46,85	28,59
(em meses de importação) ³	5,91	3,11	2,93	1,79

¹Reservas Internacionais Líquidas exclui Reservas Bancárias e Depósito de Garantia

²As reservas bancárias foram ajustadas de janeiro a junho de 2015

³Importação de Bens e Serviços exclui importação de bens de investimento e Assistência Técnica

Fonte: Banco Central de São Tomé e Príncipe

Anexo II - Balanço Monetário dos Bancos Comerciais

<i>Saldos em fim de período (Milhões nDb)</i>	dez/15	dez/16	dez/17	dez/18
ACTIVO EXTERNO (LÍQUIDO)	624,10	329,99	107,88	220,48
Ativos Externos	1 512,84	1 334,02	656,67	689,31
Moeda Estrangeira	53,84	59,55	47,46	68,90
Depósitos	674,96	529,50	422,95	487,72
Títulos excepto Participação de Capital	58,54	54,56	38,30	44,29
Empréstimos	709,10	677,59	138,23	70,08
Derivados Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	16,41	12,82	9,73	18,32
Passivos Externos	888,74	1 004,03	548,79	468,83
Depósitos	351,25	650,79	285,47	243,49
Títulos excepto Participação de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	427,72	264,20	210,30	155,45
Outros	109,77	89,04	53,02	69,89
ACTIVOS FACE A BANCO CENTRAL	1 281,02	1 353,80	1 183,06	1 067,19
Notas e Moedas	68,35	50,06	29,10	78,13
Reservas Obrigatórias	1 212,67	1 303,74	1 153,96	989,06
Outros Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
ACTIVO INTERNO (LÍQUIDO)	1 679,14	1 717,39	1 993,82	2 289,18
Créditos a Residentes	1 679,14	1 717,39	1 993,82	2 289,18
Crédito a Administração Central (Líquido)	-190,10	-266,73	-39,04	294,74
Responsabilidades para com a Administração Central	8,68	37,73	427,22	667,01
Créditos a Administração Central	198,78	304,46	466,25	372,27
Crédito a Economia	1 869,24	1 984,12	2 032,86	1 994,43
Crédito a Outras Sociedades Financeiras	4,56	5,31	4,55	1,46
Crédito a Administrações Estaduais E Locais	0,00	0,41	0,64	5,20
Crédito a Sociedades Não Financeiras Públicas	25,63	24,31	51,95	106,54
Crédito ao Setor Privado	1 839,05	1 954,09	1 975,72	1 881,23
PASSIVOS INTERNOS	3 584,26	3 401,18	3 284,77	3 576,85
Depósitos Incluídos na Massa Monetária	2 581,28	2 432,67	2 386,17	2 751,08
Depósitos Transferíveis incluídos na Massa Monetária	1 934,65	1 878,24	1 846,76	2 140,72
Outros Depósitos incluídos na Massa Monetária	646,63	554,42	539,41	610,35
Depósitos Excluídos da Massa Monetária	21,01	20,62	19,21	23,02
Passivos Face a Banco Central	85,91	155,03	155,03	155,77
Empréstimos	30,61	37,85	16,75	12,74
Acções e Outras Participações	823,74	600,91	580,73	530,33
Outros Activos e Passivos (Líquido)	41,71	154,09	126,88	103,92

Fonte: Bancos Comerciais

Anexo III - Síntese Monetária Global

<i>Saldos em fim de período (Milhões nDb)</i>	dez/15	dez/16	dez/17	dez/18
ACTIVO EXTERNO (LÍQUIDO)	2 527,92	2 105,39	1 582,16	1 639,58
Ativo Externo do BCSTP	1 903,82	1 775,40	1 474,28	1 419,10
Ativo Externo de outras Sociedades de depósitos	624,10	329,99	107,88	220,48
	0,00	0,00		
ACTIVO INTERNO (LÍQUIDO)	312,00	597,85	1 115,18	1 466,84
Créditos a Residentes	1 660,56	1 778,98	1 971,59	2 227,98
Crédito Líquido a Administração Central	-323,27	-335,73	-196,34	94,10
Crédito a Administração Central	255,29	483,48	686,90	976,90
Responsabilidades para com a Administração Central	-578,56	-819,21	-883,23	-882,80
Depósitos Administração Central	-11,38	-14,07	-23,08	-7,36
Recursos De Contrapartida	120,25	81,57	60,03	64,67
Depósitos em Moeda Estrangeira	-687,43	-886,71	-920,18	-940,10
Crédito a Economia	1 983,82	2 114,71	2 167,93	2 133,88
Crédito a Outras Sociedades Financeiras	4,56	5,31	4,55	1,46
Crédito a Administrações Estaduais E Locais	0,00	0,41	0,64	5,20
Crédito a Sociedades Não Financeiras Públicas	25,63	24,31	51,95	106,54
Crédito ao Setor Privado	1 953,63	2 084,68	2 110,78	2 020,68
Outros Ativos	-1 348,56	-1 181,13	-856,41	-761,14
Massa Monetária (M3)	2 839,92	2 703,23	2 697,34	3 106,42
Passivos em Moeda nacional incluídos na Base Monetária (M2)	1 905,85	1 909,40	1 981,68	2 365,74
Moeda (M1)	1 431,01	1 522,23	1 577,99	1 849,27
Moeda em poder das sociedades de Depósitos	246,95	258,53	294,93	314,43
Depósitos Transferíveis em moeda nacional	1 184,06	1 263,70	1 283,06	1 534,84
Outros Depósitos em moeda nacional	474,84	387,17	403,69	516,47
Depósitos em moeda estrangeira	934,07	793,84	715,66	740,68

Fonte: Banco Central de São Tomé e Príncipe e Bancos Comerciais

Anexo IV - Agregados Monetários

<i>Saldos em fim de período (Milhões nDb)</i>	dez/15	dez/16	dez/17	dez/18
M0 (BASE MONETÁRIA)	1 561,85	1 640,32	1 483,58	1 495,77
Emissão Monetária	315,30	308,59	324,03	392,57
M1	1 431,01	1 522,23	1 577,99	1 849,27
Moeda em Circulação	246,95	258,53	294,93	314,43
Depósitos Transferíveis em Moeda Nacional	1 184,06	1 263,70	1 283,06	1 534,84
M2	1 905,85	1 909,40	1 981,68	2 365,74
M1	1 431,01	1 522,23	1 577,99	1 849,27
Outros Depósitos em Moeda Nacional	474,84	387,17	403,69	516,47
M3	2 839,92	2 703,23	2 697,34	3 106,42
M2	1 905,85	1 909,40	1 981,68	2 365,74
Depósitos em Moeda Estrangeira	934,07	793,84	715,66	740,68

Fonte: Banco Central de São Tomé e Príncipe e Bancos Comerciais

Anexo V - Reservas Internacionais

<i>Saldos em fim de período (Milhões de Dólares)</i>	dez/15	dez/16	dez/17	dez/18
ACTIVOS EXTERNOS LÍQUIDOS	84,85	75,75	71,81	66,34
RESERVAS INTERNACIONAIS BRUTAS	83,13	74,74	70,25	63,31
Notas e Moedas	1,03	0,67	0,75	1,15
Depósitos	65,17	36,92	35,12	29,78
<i>dos quais: à ordem</i>	10,71	17,38	11,43	3,76
<i>à prazo</i>	54,46	19,54	23,69	26,01
Direito Especial de Saque	0,430	0,645	0,285	0,348
Posição de Reserva no FMI	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos Estrangeiros	16,39	36,06	33,75	31,66
Outros*	0,12	0,44	0,34	0,37
RESERVAS INTERNACIONAIS LÍQUIDAS	56,34	49,68	46,53	28,59

(*incluem os juros a receber, outros ativos com não residentes)

Fonte: Banco Central de São Tomé e Príncipe

Anexo VIa - TAXAS DE JURO EM MOEDA NACIONAL

TAXA DE JUROS DO BANCO CENTRAL (%)				
	Dez-15	Dez-16	Dez 17	Dez-18
TAXA DE JUROS DE REFERÊNCIA DO BANCO CENTRAL	10,0	10,0	9,0	9,0
TAXA DE JUROS DOS BANCOS COMERCIAIS (% e por prazo)				
	Dez-15	Dez-16	Dez 17	Dez-18
TAXA DE JUROS OPERAÇÕES ACTIVAS				
Crédito Concedido				
91 a 180 dias	23,5	19,3	19,1	19,7
181 dias a 1 ano	23,2	19,2	18,7	19,8
Superior a 1 ano	22,8	20,3	19,7	19,5
Descoberto				
01 a 30 dias	27,6	25,0	24,7	24,5
31 dias a 90 dias	26,6	24,3	19,9	22,0
Superior a 90 dias	27,6	24,4	20,8	18,7
TAXA DE JUROS OPERAÇÕES PASSIVAS				
Depósitos à Prazo				
91 a 180 dias	8,0	3,8	4,0	3,0
181 dias a 1 ano	6,3	4,2	3,6	3,5
Superior a 1 ano	6,2	3,9	4,0	3,7
Poupança				
01 a 180 dias	3,8	3,2	2,8	2,1
181 dias a 1 ano	3,5	3,2	2,6	2,3
Superior a 1 ano	3,3	2,4	2,1	2,4
TAXA DE JUROS MÉDIA DOS BANCOS COMERCIAIS				
Média das Maturidades				
Taxas de Juros Operações Activas	23,2	19,6	19,2	19,7
Taxas de Juro Operações Passivas	5,0	3,7	3,3	2,7
Depósitos à Prazo	6,2	4,1	3,8	3,2
Poupança	3,8	3,3	2,9	2,3

Fonte: Bancos Comerciais

Anexo Vlb - TAXAS DE JURO EM MOEDA ESTRANGEIRA

TAXAS DE JUROS DOS BANCOS COMERCIAIS (% e por prazo)				
	Dez-15	Dez-16	Dez-17	Dez-18
TAXA DE JUROS OPERAÇÕES ACTIVAS				
Crédito Concedido				
91 a 180 dias	16,9	14,4	14,9	15,0
181 dias a 1 ano	16,4	12,9	12,9	12,8
Superior a 1 anos	14,3	13,0	13,0	12,6
Descoberto				
01 a 30 dias	19,3	19,3	20,6	20,3
31 dias a 90 dias	19,3	15,4	20,6	15,3
Superior a 90 dias	19,3	19,3	20,6	15,3
TAXA DE JUROS OPERAÇÕES PASSIVAS				
Depósito à Prazo				
91 a 180 dias	2,0	2,1	1,6	1,6
181 dias a 1 ano	2,4	2,0	1,6	1,7
Superior a 1 ano	2,9	1,9	1,2	1,3
Poupança				
01 a 180 dias	1,2	0,9	1,2	1,3
181 dias a 1 ano	1,1	1,3	1,6	1,1
Superior a 1 ano	0,9	1,0	1,0	0,9
TAXA DE JUROS MÉDIA DOS BANCOS COMERCIAIS				
Taxas de Juros Operações Activas	15,9	13,4	13,2	12,4
Taxas de Juro de Operações Passivas	1,7	1,6	1,7	1,6
Depósito à Prazo	2,2	2,2	1,6	1,7
Poupança	1,1	1,0	1,8	1,5

Fonte: Bancos Comerciais

Anexo VII - ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR

Base: (Dez 2014 = 100)	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2018	114,46	114,83	115,26	115,85	116,26	117,47	118,05	119,83	122,01	123,62	123,21	124,37
2017	106,30	106,65	107,49	108,73	108,30	110,21	111,97	111,38	111,63	112,16	112,39	114,06
2016	101,51	101,70	102,51	104,20	104,68	104,21	104,47	104,57	104,93	105,30	106,15	105,91
2015	97,16	97,46	97,94	98,35	98,56	98,73	99,00	99,11	99,20	99,49	99,98	100,75
2014	91,33	91,75	91,97	92,72	93,47	93,99	94,25	94,42	94,65	95,36	95,80	96,92
2013	85,33	85,91	85,66	87,15	87,40	87,55	87,72	88,12	88,40	88,89	89,75	91,06
2012	77,30	77,73	78,00	78,69	79,77	81,67	82,38	82,85	83,09	83,48	84,03	85,00
2011	69,11	69,71	71,23	72,84	73,47	73,66	73,82	74,38	74,58	74,91	75,64	76,99
2010	61,28	61,75	62,07	62,41	62,58	63,17	64,15	64,73	65,51	66,19	67,43	68,78
2009	52,87	53,33	54,07	55,02	56,00	56,65	57,05	57,39	57,89	58,56	59,66	60,92
2008	42,81	44,44	45,92	46,82	47,57	48,03	49,43	50,09	50,64	51,04	51,63	52,48
2007	33,52	33,88	34,33	34,65	35,03	35,51	36,08	37,05	38,21	39,20	40,62	42,04
2006	27,19	28,19	29,40	30,92	31,07	31,29	31,56	31,92	32,05	32,23	32,48	32,96
2005	23,24	23,95	24,71	24,98	25,09	25,13	25,20	25,32	25,52	25,89	26,15	26,46

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Anexo VIII - INFLAÇÃO												(Base Dez 2014=100)
(%)	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Taxa inflação acumulada												
2018	0,35	0,68	1,05	1,57	1,93	2,99	3,50	5,06	6,97	8,39	8,02	9,04
2017	0,37	0,70	1,49	2,66	2,26	4,06	5,72	5,16	5,39	5,89	6,12	7,69
2016	0,75	0,94	1,74	3,42	3,90	3,43	3,69	3,79	4,14	4,51	5,36	5,12
2015	0,25	0,57	1,05	1,48	1,70	1,87	2,15	2,26	2,36	2,66	3,16	3,96
2014	0,30	0,76	0,99	1,71	2,64	3,21	3,50	3,69	3,94	4,72	5,20	6,43
2013	0,39	1,07	0,77	2,53	2,82	3,00	3,21	3,67	4,00	4,58	5,59	7,13
2012	0,40	1,00	1,30	2,20	3,60	6,10	7,00	7,60	7,90	8,40	9,10	10,40
2011	0,50	1,40	3,60	5,90	6,80	7,10	7,30	8,10	8,40	8,90	10,00	11,90
2010	0,60	1,40	1,90	2,40	2,70	3,70	5,30	6,20	7,50	8,60	10,70	12,90
2009	0,70	1,60	3,00	4,80	6,70	7,90	8,70	9,30	10,30	11,60	13,70	16,10
2008	1,80	5,70	9,20	11,40	13,20	14,20	17,60	19,20	20,50	21,40	22,80	24,80
2007	1,70	2,80	4,20	5,10	6,30	7,70	9,50	12,40	15,90	18,90	23,30	27,60
2006	2,70	6,50	11,10	16,80	17,40	18,30	19,30	20,60	21,10	21,80	22,80	24,60
2005	2,94	6,08	9,45	10,63	11,15	11,33	11,63	12,14	13,05	14,70	15,80	17,20
Varição em cadeia												
2018	0,35	0,33	0,37	0,51	0,36	1,04	0,49	1,51	1,82	1,32	-0,33	0,95
2017	0,37	0,33	0,78	1,16	-0,39	1,76	1,60	-0,53	0,22	0,47	0,21	1,48
2016	0,75	0,19	0,80	1,65	0,46	-0,45	0,25	0,10	0,34	0,36	0,81	-0,22
2015	0,25	0,31	0,49	0,42	0,22	0,17	0,28	0,10	0,09	0,29	0,49	0,77
2014	0,30	0,46	0,23	0,71	0,91	0,55	0,28	0,18	0,24	0,76	0,46	1,16
2013	0,39	0,68	-0,29	1,74	0,28	0,18	0,19	0,45	0,32	0,55	0,97	1,46
2012	0,40	0,60	0,30	0,90	1,40	2,40	0,90	0,60	0,30	0,50	0,70	1,20
2011	0,50	0,90	2,20	2,30	0,90	0,30	0,20	0,80	0,30	0,50	1,00	1,80
2010	0,60	0,80	0,50	0,50	0,30	0,90	1,60	0,90	1,20	1,00	1,90	2,00
2009	0,70	0,90	1,40	1,80	1,80	1,20	0,70	0,60	0,90	1,20	1,90	2,10
2008	1,80	3,80	3,30	1,90	1,60	0,90	2,90	1,30	1,10	0,80	1,20	1,60
2007	1,70	1,10	1,30	0,90	1,10	1,40	1,60	2,70	3,10	2,60	3,60	3,50
2006	2,70	3,70	4,30	5,10	0,50	0,70	0,90	1,10	0,40	0,60	0,80	1,50
2005	2,94	3,20	3,30	1,20	0,47	0,17	0,27	0,46	0,90	1,70	1,10	1,20
Varição Homóloga												
Varição Homóloga 2018/2017	7,67	7,67	7,23	6,55	7,35	6,59	5,43	7,59	9,30	10,22	9,62	9,04
Varição Homóloga 2017/2016	4,73	4,87	4,86	4,35	3,47	5,76	7,18	6,51	6,39	6,51	5,88	7,69
Varição Homóloga 2016/2015	4,47	4,35	4,67	5,95	6,21	5,55	5,52	5,51	5,77	5,84	6,17	5,12
Varição Homóloga 2015/2014	6,38	6,25	6,49	6,07	5,45	5,04	5,05	4,97	4,81	4,33	4,36	3,96
Varição Homóloga 2014/2013	7,04	6,80	7,37	6,28	6,95	7,34	7,44	7,14	7,07	7,28	6,74	6,43
Varição Homóloga 2013/2012	10,40	10,50	11,30	10,70	9,60	7,20	6,50	6,40	6,40	6,50	6,80	7,10
Varição Homóloga 2012/2011	11,80	11,50	9,50	8,00	8,60	10,90	11,60	11,40	11,40	11,40	11,10	10,40
Varição Homóloga 2011/2010	12,80	12,90	14,80	16,70	17,40	16,60	15,10	14,90	13,80	13,20	12,20	11,90
Varição Homóloga 2010/2009	15,90	15,90	14,80	13,40	11,80	11,50	12,40	12,80	13,20	13,00	13,00	12,90
Varição Homóloga 2009/2008	23,50	20,00	17,70	17,50	17,70	18,00	15,40	14,60	14,30	14,80	15,60	16,10
Varição Homóloga 2008/2007	27,70	31,20	33,80	35,10	35,80	35,30	37,00	35,20	32,50	30,20	27,10	24,80
Varição Homóloga 2007/2006	17,70	20,20	16,80	12,10	12,70	13,50	14,30	16,10	19,20	21,60	25,10	27,60

Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas

RELATÓRIO ANUAL 2018

Anexo IX - Operações Financeiras do Estado

	Real 2016	Real 2017	Previsão 2018	Estimativa 2018	% Exec. 2018	VH 18/17
RECEITAS TOTAIS (EFFECTIVAS + NÃO EFFECTIVAS)	2 581 303,9	2 573 428,5	3 278 265,0	2 259 049,1	68,9	- 12,2
RECEITAS EFFECTIVAS	2 253 139,5	2 282 546,7	3 035 650,0	2 080 815,9	68,5	- 8,8
RECEITAS CORRENTES	1 160 380,9	1 179 589,1	1 366 590,0	1 365 306,1	99,9	15,7
RECEITAS CORRENTES (excl. petróleo)	1 085 995,6	1 128 662,7	1 337 951,0	1 153 287,4	86,2	2,2
RECEITAS FISCAIS	979 313,0	1 040 301,5	1 253 354,0	1 099 410,6	87,7	5,7
Impostos Directos	385 271,6	408 279,7	475 994,0	358 016,9	75,2	- 12,3
IRS	273 462,6	250 338,3	294 199,5	247 309,6	84,1	- 1,2
IRC	99 524,5	145 440,2	166 436,5	97 239,8	58,4	- 33,1
Imposto s/ patrimonio	12 284,6	12 501,2	15 357,9	13 467,5	87,7	7,7
Impostos Indirectos	593 195,6	631 694,1	776 061,3	740 353,1	95,4	17,2
Imposto s/ Importação	390 991,9	388 662,4	487 597,0	485 988,3	99,7	25,0
Taxas aduaneiras	229 489,8	208 408,2	254 060,0	232 201,7	91,4	11,4
Sobretaxas aduaneiras	161 502,1	180 254,2	206 898,0	253 786,6	122,7	40,8
Sobretaxas Especial Derivado petróleo	-	-	26 639,0	-
Imposto s/ Consumo	92 380,1	136 007,0	168 193,0	157 376,1	93,6	15,7
Bebidas alcoólicas	-	30 402,7	46 108,4	33 775,7	73,3	11,1
Serviços	71 519,5	83 709,8	89 000,0	92 879,5	104,4	11,0
Produção local	20 860,6	21 894,4	33 084,6	30 720,9	92,9	40,3
Imposto de Selo	64 591,1	60 965,4	65 200,3	60 139,0	92,2	- 1,4
TAXAS	45 232,4	46 059,3	55 071,1	36 849,8	66,9	- 20,0
Outras Receitas Fiscais	845,8	327,7	1 298,7	1 040,5	80,1	217,5
RECEITAS NÃO FISCAIS	181 067,9	139 287,6	113 236,0	265 895,5	234,8	90,9
Receita Patrimonial	142 787,3	92 590,8	55 336,4	233 900,7	422,7	152,6
Rendimento de Participações	16 437,6	13 285,3	13 285,3	11 276,5	84,9	- 15,1
Rendimento de Recursos Naturais	116 186,9	66 936,4	31 800,0	212 347,2	667,8	217,2
Rendimentos do Petróleo	74 385,3	50 926,4	2 000,0	212 018,7	10 600,9	316,3
Bonificação e Prémios	74 385,3	50 926,4	2 000,0	212 018,7	10 600,9	316,3
Rendimentos das Pescas	41 801,6	16 010,1	29 800,0	328,4	1,1	- 97,9
Outros Rendimentos das Pescas	41 801,6	16 010,1	29 800,0	328,4	1,1	- 97,9
Outras Receitas Patrimoniais	10 162,7	12 369,0	10 251,1	10 277,0	100,3	- 16,9
Receita de Serviços	23 133,3	35 856,3	43 900,0	21 221,7	48,3	- 40,8
Outras Receitas não Fiscais	15 147,3	10 840,5	10 840,5	10 773,2	77,0	- 0,6
DONATIVOS	1 092 758,6	1 102 957,6	1 669 060,0	715 509,8	42,9	- 35,1
para Apoio Directo ao Orçamento	81 426,4	191 800,5	183 500,0	125 415,5	68,3	- 34,6
para Projectos	946 057,6	844 162,3	1 402 337,0	557 011,7	39,7	- 34,0
HIPC	65 274,6	66 994,8	83 223,0	33 082,7	39,8	- 50,6
DESPESA TOTAL (Efectiva+Financeira)	2 733 377,7	2 716 335,4	3 278 265,0	2 345 011,4	71,5	- 13,7
DESPESAS EFFECTIVAS	2 630 570,6	2 605 180,5	3 162 381,0	2 258 614,1	71,4	- 13,3
DESPESAS PRIMÁRIAS	1 287 338,6	1 401 809,2	1 430 659,8	1 424 167,0	99,5	1,6
DESPESAS DE FUNCIONAMENTO	1 250 668,5	1 404 577,4	1 511 839,0	1 473 181,9	97,4	4,9
Despesas c/ pessoal	678 672,6	745 212,7	749 257,9	795 974,9	106,2	6,8
Vencimentos e salários	297 939,4	310 307,4	311 109,8	319 117,5	102,6	2,8
Outras Despesas com Pessoal	357 407,0	409 911,1	406 286,5	451 115,3	111,0	10,1
Bens e Serviços	169 517,8	223 569,0	238 415,6	259 715,9	108,9	16,2
Juros da Dívida	31 782,9	38 634,8	50 238,5	34 242,1	68,2	- 11,4
Interna	1 893,6	11 225,3	4 500,8	6 251,4	138,9	- 44,3
Externa	29 889,3	27 409,5	45 737,8	26 696,0	58,4	- 2,6
Encargos Bancários	-	-	-	1 294,6
Subsídios e Transferências Correntes	275 514,5	293 982,1	317 699,0	272 723,2	85,8	- 7,2
Transferências Correntes	275 514,5	293 982,1	317 699,0	272 723,2	85,8	- 7,2
Outras transferências correntes	3 843,6	7 212,0	11 504,2	8 417,8	73,2	16,7
Outras Despesa Correntes	82 688,9	88 860,8	76 747,3	70 505,3	91,9	- 20,7
DESPESAS CONSIGNADAS	47 634,3	56 917,6	45 454,0	42 113,6	92,7	- 26,0
DESPESAS CORR. EXC. FINDO	12 491,9	14 318,0	79 480,7	40 020,5	50,4	179,5
DESPESAS DE INVESTIMENTO	1 379 902,0	1 200 603,1	1 650 542,0	785 432,2	47,6	- 34,6
Financiado com recursos internos	80 944,8	50 184,5	48 540,0	25 247,8	52,0	- 49,7
Recursos Próprios	63 032,1	28 359,0	26 804,0	13 427,6	50,1	- 52,7
HIPC	17 912,8	21 825,5	21 736,0	11 820,2	54,4	- 45,8
Financiado com recursos externos	1 298 957,2	1 150 418,5	1 602 002,0	760 184,4	47,5	- 33,9
Donativos	1 071 161,1	960 999,5	1 402 337,0	643 325,5	45,9	- 33,1
Créditos	227 796,1	189 419,0	199 665,0	116 858,9	58,5	- 38,3
DESPESA FINANCEIRA (Amortização)	102 807,1	111 154,9	115 884,0	86 397,3	74,6	- 22,3
Dívida Corrente	102 807,1	111 154,9	115 884,0	64 986,9	56,1	- 41,5
Outras Despesas Financeiras	-	-	-	21 410,5
Saldo Corrente	- 90 287,6	- 224 988,3	- 145 249,0	- 107 875,8	74,3	- 52,1
Saldo Primário (Doméstico)	- 201 343,0	- 273 146,5	- 92 708,8	- 270 879,6	292,2	- 0,8
Saldo Primário (convecional)	- 345 648,2	- 283 999,0	- 76 492,5	- 143 556,1	187,7	- 49,5
Saldo Global (base de compromisso)	- 480 238,1	- 433 788,7	- 242 615,0	- 264 195,5	108,9	- 39,1
Varição dos atrasados	-	20 046,9	-	115 906,8	...	478,2
Atrasados internos	-	20 046,9	-	115 906,8	...	478,2
Saldo Global (base de caixa)	- 480 238,1	- 413 741,8	- 242 615,0	- 148 288,7	61,1	- 64,2
FINANCIAMENTO	480 238,1	413 741,8	242 615,0	148 288,7	61,1	- 64,2
RECEITAS NÃO EFFECTIVAS	328 164,3	290 881,8	242 615,0	178 233,2	73,5	- 38,7
FINANCIAMENTO INTERNO	48 833,9	57 079,8	42 950,0	45 383,9	105,7	- 20,5
Conta Nacional de Petróleo	46 109,9	56 248,5	42 450,0	45 246,3	106,6	- 19,6
Alienação de activos	1 644,6	831,2	500,0	137,6	27,5	- 83,4
Restituição	1 079,4	-	-	-
FINANCIAMENTO EXTERNO	279 330,4	233 802,1	199 665,0	132 849,3	66,5	- 43,2
Desembolsos(+)	279 330,4	233 802,1	199 665,0	132 849,3	66,5	- 43,2
Desembolsos p/ despesas correntes	31 962,5	-	-	-
Desembolsos p/ projectos	247 367,9	233 802,1	199 665,0	132 849,3	66,5	- 43,2
Amortizações (-)	-	-	-	-
Δ DEPÓSITOS DO GOVERNO	42 149,5	- 61 762,1	-	104 317,4	...	- 268,9
BCSTP LÍQUIDO	150 395,4	206 426,4	-	40 584,2	...	- 80,3
REGULARIZAÇÃO DE MOV.ESPECIFICOS DO TESOURO	9 243,9	- 24 022,0	-	- 14 994,8	...	- 37,6
CNP OFFSHORE (-)	- 74 385,3	- 50 926,4	-	- 212 018,7	...	- 316,3

Fonte: MPFEA

Anexo X - Taxas de Câmbio do Mercado

	STN/EUR		STN/USD		Variação face ao período precedente, em (%)	
	Média	Último dia	Média	Último dia	STN/EUR	STN/USD
2018						
dez/18	24,5000	24,5000	21,9227	21,8125	0,00	-0,17
nov/18	24,5000	24,5000	21,9600	21,9874	0,00	0,15
out/18	24,5000	24,5000	21,9265	22,1641	0,00	1,44
set/18	24,5000	24,5000	21,6148	21,5413	0,00	-0,93
ago/18	24,5000	24,5000	21,8170	21,5895	0,00	1,13
jul/18	24,5000	24,5000	21,5730	21,6260	0,00	0,91
jun/18	24,5000	24,5000	21,3784	21,5162	0,00	1,34
mai/18	24,5000	24,5000	21,0955	21,5027	0,00	3,47
abr/18	24,5000	24,5000	20,3887	20,6402	0,00	0,87
mar/18	24,5000	24,5000	20,2131	20,1886	0,00	0,24
fev/18	24,5000	24,5000	20,1655	20,2700	0,00	-1,44
jan/18	24,5000	24,5000	20,4607	20,0844	0,00	-2,91
2017						
dez/17	24,5000	24,5000	21,0747	20,9017	0,00	-0,86
nov/17	24,5000	24,5000	21,2583	21,0368	0,00	0,32
out/17	24,5000	24,5000	21,1901	21,4612	0,00	1,29
set/17	24,5000	24,5000	20,9193	21,1797	0,00	-2,75
ago/17	24,5000	24,5000	21,5100	21,5203	0,00	-0,93
jul/17	24,5000	24,5000	21,7128	21,3124	0,00	-2,30
jun/17	24,5000	24,5000	22,2237	21,8699	0,00	-1,54
mai/17	24,5000	24,5000	22,5718	22,2940	0,00	-2,94
abr/17	24,5000	24,5000	23,2561	22,9001	0,00	-0,26
mar/17	24,5000	24,5000	23,3176	23,2258	0,00	-0,42
fev/17	24,5000	24,5000	23,4161	23,5325	0,00	-0,36
jan/17	24,5000	24,5000	23,5018	23,3854	0,00	-0,40
2016						
dez/16	24,5000	24,5000	23,5963	23,8600	0,00	2,54
nov/16	24,5000	24,5000	23,0120	23,4031	0,00	2,08
out/16	24,5000	24,5000	22,5436	22,7460	0,00	1,56
set/16	24,5000	24,5000	22,1981	22,1769	0,00	-0,03
ago/16	24,5000	24,5000	22,2055	22,2933	0,00	-1,23
jul/16	24,5000	24,5000	22,4816	22,5074	0,00	1,49
jun/16	24,5000	24,5000	22,1523	22,4418	0,00	0,75
mai/16	24,5000	24,5000	21,9876	22,3240	0,00	0,17
abr/16	24,5000	24,5000	21,9505	22,0340	0,00	-2,21
mar/16	24,5000	24,5000	22,4458	22,0443	0,00	0,16
fev/16	24,5000	24,5000	22,4109	22,6088	0,00	-2,20
jan/16	24,5000	24,5000	22,9162	22,8324		
2015	24,5000		22,4364		0,00	19,85
2014	24,5000		18,7200		0,00	0,14
2013	24,5000		18,6935		0,00	-3,41
2012	24,5000		19,3536		0,00	5,06
2011	24,5000		18,4208			

Fonte: Bancos Comerciais

Anexo XI - Taxas de Câmbio Oficial do Banco Central

	STN/EUR		STN/USD		Variação da média face ao período precedente, em (%)	
	Média	Último dia	Média	Último dia	STN/EUR	STN/USD
2018						
dez/18	24,5000	24,5000	21,6925	21,5504	0,00	-0,13
nov/18	24,5000	24,5000	21,7197	21,6772	0,00	1,11
out/18	24,5000	24,5000	21,4813	21,7057	0,00	1,51
set/18	24,5000	24,5000	21,1624	21,0847	0,00	-0,96
ago/18	24,5000	24,5000	21,3686	21,1117	0,00	1,10
jul/18	24,5000	24,5000	21,1357	21,1261	0,00	0,01
jun/18	24,5000	24,5000	21,1341	21,3104	0,00	1,27
mai/18	24,5000	24,5000	20,8697	21,2206	0,00	4,00
abr/18	24,5000	24,5000	20,0671	20,2858	0,00	0,24
mar/18	24,5000	24,5000	20,0195	20,0339	0,00	0,25
fev/18	24,5000	24,5000	19,9693	20,0665	0,00	-1,43
jan/18	24,5000	24,5000	20,2593	19,8726	0,00	-2,92
2017						
dez/17	24,5000	24,5000	20,8687	20,6836	0,00	-0,85
nov/17	24,5000	24,5000	21,0480	20,8707	0,00	0,31
out/17	24,5000	24,5000	20,9839	21,2571	0,00	1,28
set/17	24,5000	24,5000	20,7180	20,9575	0,00	-0,94
ago/17	24,5000	24,5000	20,9150	20,7148	0,00	-2,56
jul/17	24,5000	24,5000	21,4654	21,0451	0,00	-2,43
jun/17	24,5000	24,5000	21,9990	21,6278	0,00	-1,58
mai/17	24,5000	24,5000	22,3532	22,0923	0,00	-3,10
abr/17	24,5000	24,5000	23,0677	22,6852	0,00	-0,20
mar/17	24,5000	24,5000	23,1130	22,9894	0,00	-0,32
fev/17	24,5000	24,5000	23,1877	23,3152	0,00	-0,26
jan/17	24,5000	24,5000	23,2469	23,2208	0,00	-0,59
2016						
dez/16	24,5000	24,5000	23,3855	23,6140	0,00	2,40
nov/16	24,5000	24,5000	22,8381	23,3394	0,00	2,10
out/16	24,5000	24,5000	22,3684	22,6000	0,00	1,61
set/16	24,5000	24,5000	22,0138	21,9900	0,00	-0,02
ago/16	24,5000	24,5000	22,0187	22,1022	0,00	-1,26
jul/16	24,5000	24,5000	22,3005	22,2577	0,00	1,46
jun/16	24,5000	24,5000	21,9798	22,2577	0,00	0,81
mai/16	24,5000	24,5000	21,8035	22,1598	0,00	0,11
abr/16	24,5000	24,5000	21,7798	21,9255	0,00	-2,22
mar/16	24,5000	24,5000	22,2747	21,7977	0,00	0,18
fev/16	24,5000	24,5000	22,2340	22,4275	0,00	-0,60
jan/16	24,5000	24,5000	22,3682	22,6394	0,00	-1,56
2015						
dez/15	24,5000	24,5000	22,7229	22,5918	0,00	-0,99
nov/15	24,5000	24,5000	22,9506	23,3306	0,00	4,53
out/15	24,5000	24,5000	21,9571	22,5835	0,00	-0,18
set/15	24,5000	24,5000	21,9956	22,0983	0,00	-0,87
ago/15	24,5000	24,5000	22,1892	21,9061	0,00	-1,15
jul/15	24,5000	24,5000	22,4467	22,5320	0,00	1,87
jun/15	24,5000	24,5000	22,0347	22,1717	0,00	-0,38
mai/15	24,5000	24,5000	22,1189	22,6540	0,00	-3,56
abr/15	24,5000	24,5000	22,9361	22,4357	0,00	0,87
mar/15	24,5000	24,5000	22,7390	22,7605	0,00	4,57
fev/15	24,5000	24,5000	21,7450	21,8112	0,00	3,10
jan/15	24,5000	24,5000	21,0902	21,8151	0,00	5,44

Fonte: Banco Central de São Tomé e Príncipe

Anexo XII - Índice de Taxa de Câmbio Efetiva Nominal e Real

	<i>Base Dez 2014= 100</i>	2015	2016	2017	2018
Índice de Taxa de Cambio Efetiva Nominal		101,10	108,89	109,40	121,33
Varição face ao período precedente (%)		0,30	7,71	0,47	10,91
Índice de Taxa de Cambio Efetiva Real		101,31	107,36	105,92	120,49
Varição face ao período precedente (%)		2,84	5,97	-1,34	13,75

Fonte : Banco Central de São Tomé e Príncipe

Notas:

- (1) Índice calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos seis maiores parceiros comerciais, nomeadamente: Portugal, Angola, Bélgica, Países Baixos, Espanha e China no período 2010/15
- (2) Um aumento/diminuição do ITCN corresponde a uma apreciação/depreciação da Dobra
- (3) Um aumento/diminuição do ITCR corresponde a uma apreciação/depreciação real da Dobra e portanto a uma degradação/melhoria da competitividade da economia nacional

Anexo XIII - BALANÇA COMERCIAL POR PRODUTO

	<i>Em Mil USD</i> Ano -15	ANO 16	ANO 17	ANO 18
1. EXPORTAÇÕES DE BENS - FOB	9 076,51	10 417,52	10 866,22	12 303,43
1.1. Cacau	7 895,51	8 635,61	8 620,65	8 203,17
1.2. Café	20,26	4,27	37,06	17,93
1.3. Pimenta	100,35	169,44	208,81	207,58
1.4. Óleo de Coco	0,00	1,10	0,12	143,22
1.5. Chocolate	196,34	176,79	188,69	429,76
1.6. Coco	135,87	179,04	190,51	171,75
1.7. Outros	728,18	1 251,27	1 620,39	3 130,02
2. REEXPORTAÇÃO	2 229,86	3 226,72	4 724,22	3 724,50
3. IMPORTAÇÕES DE BENS- FOB	118 947,79	119 114,18	127 674,66	132 861,56
3.1. Bens de Consumo	61 520,83	63 121,08	62 041,99	63 857,37
3.1.1. Géneros alimentícios	25 776,35	26 612,16	27 006,18	25 677,74
3.1.2. Bebidas não alcóolicas	3 312,60	3 669,98	3 499,19	4 058,58
3.1.3. Bebidas alcóolicas tabaco e narcóticos	5 588,66	6 197,92	4 577,04	5 456,43
3.1.4. Vestuário e calçado	1 466,24	2 152,62	1 319,21	1 851,12
3.1.5. Mobiliário, artigo de decoração e equip. doméstico	8 221,10	6 191,24	6 467,04	7 072,77
3.1.6. Medicamentos	576,79	648,73	974,49	1 022,61
3.1.7. Veículos motorizados	5 217,48	6 617,43	5 143,45	4 804,05
3.1.8. Material informático e de telecomunicação	4 324,22	3 698,89	4 667,46	4 518,11
3.1.9. Livros, Mat. Didáticos e outros prod. das indústrias gráficas	716,22	552,60	654,28	1 300,66
3.1.10. Bens de consumo diverso	6 321,17	6 779,51	7 733,65	8 095,30
3.2. Bens de Capital	22 134,23	30 230,43	33 510,65	31 312,24
3.2.1. Equipamentos	12 744,50	17 398,88	23 048,03	20 931,09
3.2.2. Materiais de Construção	9 389,73	12 831,55	10 462,62	10 381,15
Dos quais: Cimento	1 826,22	2 560,04	1 813,81	1 750,57
Ferro Alumínio e Out. Simil.	2 258,07	3 232,31	2 201,45	3 010,90
3.3. Produtos petrolíferos	31 354,63	21 732,35	27 804,91	33 625,55
3.3.1. Gasóleo	21 154,73	15 036,41	18 922,95	22 053,25
3.3.2. Gasolina	5 076,75	3 108,05	4 802,36	6 158,52
3.3.3. Outros	5 123,16	3 587,90	4 079,60	5 413,78
3.4. Outros	3 938,09	4 030,32	4 317,11	4 066,41
4. SALDO DA BALANÇA COMERCIAL(1-3)	-109 871,28	-108 696,65	-116 808,44	-120 558,13

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

RELATÓRIO ANUAL 2018

Anexo XIV - BALANÇA COMERCIAL GEOGRÁFICA					
	<i>Em Mil USD</i>	ANO 15	ANO 16	ANO 17	ANO 18
1. EXPORTAÇÕES - FOB		9 076,51	10 417,52	10 866,22	12 303,43
1.1. África		252,29	1 044,62	272,15	274,63
1.1.1. Países Membros da SADC		164,49	985,85	196,22	235,90
1.1.1.1. África do Sul		1,07	3,96	5,67	0,00
1.1.1.2. Angola		163,42	981,90	190,55	235,90
1.1.2. Países Membros da CEEAC		48,68	11,87	14,75	3,23
1.1.2.1. Gabão		48,68	11,87	14,75	3,23
1.1.3. Países Membros da CEDAO		39,12	46,89	61,18	35,49
1.1.3.1. Nigéria		39,12	46,89	61,18	35,49
1.2. Europa		7 330,68	7 253,72	8 901,15	10 553,08
1.2.1. Países Membros da União Europeia		7 330,68	7 253,72	8 901,15	10 553,08
1.2.1.1. Bélgica		2 248,15	661,07	1 538,53	2 212,28
1.2.1.2. Espanha		877,69	1 461,82	1 772,32	114,72
1.2.1.3. França		465,76	2 683,16	1 719,42	603,94
1.2.1.4. Países Baixos		3 274,39	2 159,37	3 249,04	4 678,09
1.2.1.5. Portugal		464,69	288,31	621,84	2 944,05
1.3. América		70,96	54,81	104,56	50,00
1.3.1. América do Norte		70,96	54,81	104,56	50,00
1.3.1.1. E. U. América		70,96	54,81	104,56	50,00
1.4. Outros Países		1 422,58	2 064,37	1 588,37	1 425,72
2. IMPORTAÇÕES - FOB		118 947,79	119 114,18	127 674,66	132 861,56
2.2. Europa		73 308,95	76 597,18	77 224,87	76 101,54
2.2.1. Países Membros da União Europeia		73 271,92	76 572,90	77 193,43	76 025,03
2.2.1.1. Bélgica		1 287,22	2 316,93	1 318,32	1 305,18
2.2.1.2. Espanha		2 460,74	2 351,63	1 723,40	1 228,42
2.2.1.3. França		644,74	1 235,62	2 422,97	780,13
2.2.1.4. Itália		142,58	222,95	307,50	317,89
2.2.1.5. Países Baixos		965,86	641,47	1 321,79	1 166,67
2.2.1.6. Portugal		67 014,20	68 927,94	68 466,15	70 658,56
2.2.1.7. Rep. Fed. Alemã		422,14	491,38	307,28	180,03
2.2.1.8. Suécia		0,77	0,00	2,11	0,00
2.2.1.9. Dinamarca		333,67	384,98	1 323,90	388,13
2.2.2. Países Não Membros da União Europeia		37,03	24,29	31,44	76,51
2.2.2.1. Suíça		37,03	24,29	31,44	76,51
2.3. África		32 341,49	24 259,72	33 226,78	36 699,82
2.3.1. Países Membros da SADC		29 504,59	21 516,51	28 258,36	34 502,05
2.3.1.1. África do Sul		125,72	871,75	150,53	480,61
2.3.1.2. Angola		29 378,86	20 644,76	28 107,82	34 021,44
2.3.2. Países Membros da CEEAC		2 026,19	1 967,92	1 524,48	1 355,31
2.3.2.1. Gabão		2 011,16	1 866,13	1 504,35	1 310,66
2.3.2.2. Camarões		15,03	101,79	20,13	44,65
2.3.3. Países Membros da CEDAO		810,72	775,29	3 443,95	842,46
2.3.3.1. Nigéria		401,84	565,74	3 086,23	471,69
2.3.3.2. Togo		408,88	209,54	357,71	370,77
2.4. Ásia		7 809,54	11 055,95	8 944,09	10 618,78
2.4.1. China		3 601,02	6 153,69	6 012,59	7 229,11
2.4.2. Coreia		85,36	71,87	232,89	1 210,21
2.4.3. Indonésia		525,57	632,65	508,60	677,29
2.4.4. Japão		2 659,61	2 869,64	1 246,25	820,26
2.4.5. Taiwan		34,09	794,99	133,53	0,00
2.4.6. Vietname		28,73	0,00	56,74	99,62
2.4.7. Tailândia		875,16	533,12	753,48	582,29
2.5. América		2 138,74	4 231,48	3 827,57	3 713,50
2.5.1. América do Norte		1 672,88	2 030,35	2 197,98	1 919,90
2.5.1.1. E. U. América		1 672,88	2 030,35	2 197,98	1 919,90
2.5.2. Outros Países da América		465,87	2 201,14	1 629,59	1 793,60
2.5.2.1. Bahamas		0,00	1 478,87	0,00	0,00
2.5.2.2. Brasil		465,87	722,27	1 629,59	1 793,60
2.6. Médio Oriente		961,22	1 087,94	1 049,43	476,40
2.6.1. Emirados A. U.		961,22	1 087,94	1 049,43	476,40
2.7. Outros Países		2 387,85	1 881,90	3 401,93	5 251,53
3. SALDO DA BALANÇA COMERCIAL (1-2)		-109 871,28	-108 696,65	-116 808,44	-120 558,13

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Anexo XV - Balança de Pagamentos

<i>Fluxos do período (Milhões de Dólares)</i>	2015	2016	2017	2018
1. Balança corrente	-68,6937	-61,4940	-78,5968	-62,2171
1.1. Balança de bens	-107,6414	-105,4699	-112,5080	-116,8336
Exportações de bens (f.o.b.)	11,3064	13,6442	15,1667	16,0279
das quais:cacau	7,8955	8,6356	8,6207	8,2032
Importação de bens (f.o.b.)	118,9478	119,1142	127,6747	132,8616
1.2. Balança de serviços	11,5865	17,1969	4,9922	16,7749
crédito	78,6775	82,9196	70,5044	82,2048
das quais:viagens de turismo	55,2319	61,4696	50,8282	60,9650
débito	67,0910	65,7227	65,5122	65,4298
1.3. Rendimento primário	2,8471	2,8467	-0,3900	1,8112
crédito	6,9323	6,2801	1,0802	0,3580
débito	4,0851	3,4334	0,5604	1,2787
1.4. Rendimento secundário	24,5141	23,9324	29,3090	36,0305
crédito	26,9201	26,6816	5,5927	10,5520
dos quais:donativos em bens alimentares	1,7181	1,6437	2,0961	0,5443
remessas de emigrantes	19,6252	17,4626	18,1921	17,7761
débito	2,4060	2,7491	0,4346	0,7054
dos quais:remessas imigrantes***	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
2. Balança de capital	32,1005	29,7263	29,7073	29,9380
3. Balança financeira	-22,9335	-66,5005	-45,5669	-73,2025
3.1. Investimento directo	-25,2693	-22,3250	-33,8864	-28,4640
Investimento directo no exterior	2,6548	1,0061	0,3221	2,3582
Investimento directo no país	27,9241	23,3311	34,2085	30,8222
dos quais:empresas petrolíferas	24,1640	19,3012	32,1140	30,2265
3.2. Investimento de carteira	6,6311	0,6060	0,5876	0,0951
Activos	4,2114	0,5984	0,6662	0,0827
Passivos	-2,4197	-0,0076	0,0786	-0,0124
3.3. Derivados Financeiros	-0,5045	0,0000	0,0000	0,0000
3.4. Outros Investimentos	-13,7514	-32,1467	-9,1806	-31,8406
Activos	7,8205	-19,5325	3,3040	-36,8366
Passivos	21,5719	12,6142	12,4847	-4,9959
3.5. Activos de Reserva	9,9605	-12,6348	-3,0874	-12,9930
4. Erros e Omissões líquidos	13,6597	-34,7329	3,3226	-40,9235
<i>por memória:</i>				
Balança Corrente e de Capital	-36,5932	-31,7676	-48,8895	-32,2791

As principais diferenças entre os registos da 5ª e 6ª edição devem-se essencialmente à mudança de metodologia e maior cobertura de informações (a) dados provisórios (b) alteração de metodologia de cálculo a partir de 2013

Fonte: Banco Central de S. Tomé e Príncipe





BANCO CENTRAL
S. TOMÉ E PRÍNCIPE



Banco Central de S. Tomé e Príncipe
Praça da Independência, São Tomé
C.P. 13
Tel.: 00 239 22243700
Fax : 00 239 2222777
Site: www.bcstp.st